

INEP/CBPE/Centro

ARQUIVO - Nº 32 (documentos do Gabinete da Direção do CBPE)

2a. gaveta

- V Reunião do CIC (Maracay) - 15 a 22.2.68
- Reunião Técnica da Integração de Projetos
Profa. Letícia Faria
OEA - 23 a 27.9.68
- Bureau Internacional de Educação (Documentos de Paris)
- E A T E P
- I Encontro Nacional
- VI Estadual de Prof. de Educação Artística
- O E A
- Projetos da BIRD
- " " O E A
- BIRD
- CONTAP
- COLTED
- FISI - Histórico: Organização e Finalidades
Início das Atividades no Brasil
- Universidades (Admissão)
- Educação Especial (Excepcionais)
- Escola Parque da Bahia
- Coordenação Técnica
- Educação de Adultos
- Reforma Universitária
- Freda Jardim Bondi
- Operação Escola
- Relatórios
- Assistentes de Educação
- Grupo de Trabalho da Estatística de Educação
- Tempo Integral
- Trabalhos do Dr. Jayme Abreu
- S A T - CONTAP
- Portarias do S A T
- Aplicação de Recursos do Plano Nacional Educação
- Constituição
- Estatuto do Magistério (ante-projeto e Lei)
- Relat. e Relat. Final da Missão - Projeto Conjunto MEC/
UNESCO/FISI

ARQUIVO Nº 32

2a. gaveta

- I Semana de Estudos EATEP - março/1968
- II " " " " - relatório
- CROSE
- Encontro Secretários e Diretores MEC em Brasília
- " " " " " " (fala dos Secre
tários)
- UNESCO
- UNICEF

COLTED



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. 828

Em 29 de julho de 1966

Do Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Ao Exmº Senhor Ministro da Educação e Cultura

Assunto

Senhor Ministro:

Pelo Decreto nº 58 653, de 16 de junho último, instituiu-se no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático - COLTED - com a "atribuição de gerir e aplicar recursos destinados a financiamento e realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso" (Art. 1º).

Prevê-se que o COLTED se constituirá de um Colegiado e de uma direção executiva. Aquêle, presidido pelo Ministro de Estado, e, esta, exercida por pessoa indicada pelo Ministro e investida pelo Conselho. Compõem o Colegiado o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, os Diretores das Diretorias de Ensino e ainda os Diretores do INEP e do Instituto Nacional do Livro, dêle fazendo parte, também, o Presidente do Sindicato Nacional dos Editôres (Art. 4º), membros êstes, que, em seus impedimentos, poderão fazer-se representar (§ 1º)

Ao Colegiado, nos termos do Decreto, compete (art.5º):

"I - aprovar a programação geral do COLTED, com as respectivas previsões financeiras, e acompanhar sua execução;

II - assentar os critérios gerais que devam ser adotados na escolha e oportunidade das publicações;

A Sua Excelência

Professor Raymundo Moniz de Aragão

Digníssimo Ministro da Educação e Cultura

III - estatuir regras genéricas que facilitem a execução dêste decreto;

IV - autorizar a efetivação de despesas até o limite de meio por cento dos recursos do COLTED para custeio de sua operação".

Ao Secretário Executivo caberá (art. 6º):

"I - gerir, administrar e representar o organismo;

II - movimentar conta especial que o COLTED deverá manter no Banco do Brasil, com recursos depositados pelo Banco Central da República (art. 3º);

III - ordenar pagamentos e assumir obrigações, dentro dos quantitativos globais e dos planos de conjunto traçados pelo colegiado do Conselho;

IV - celebrar convênios e ajustes com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros;

V - firmar acordos de assistência técnica com organizações nacionais e internacionais;

VI - Organizar a Secretaria Executiva com servidores públicos postos à sua disposição, bem como com especialistas contratados de acordo com a legislação trabalhista (§ 1º e 2º)".

O COLTED terá receitas provenientes de "créditos concedidos pela União, recursos de doações e empréstimos da Aliança para o Progresso e de outras agências internacionais, e suprimentos advindos dos demais poderes públicos ou de instituições internacionais.

Tendo o INEP iniciado, em 1953, com as Campanhas do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) e de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), a publicação de manuais especializados para professores e de livros-fonte, nas diversas matérias de nível médio e devendo integrar agora, pelo seu Diretor, o novo órgão instituído para expansão do livro escolar e do livro técnico, tem uma experiência a considerar e a respeito da qual não se pode calar no momento em que se retoma essa importante matéria para cogitação do Governo e especialmente com recursos de procedência estrangeira, tudo fazendo crer que serão de vulto os elementos positivos e as condições negativas dessa experiência é que nos inspiram nas considerações que passaremos

a fazer à margem do decreto em causa, cuja redação consagra uma linha diretriz que se nos afigura não ser a mais feliz e aconselhável na produção do livro técnico e didático, motivo por que, data vênua, tomamos a liberdade de ponderar:

1. Pela experiência do INEP com as Campanhas do Livro Didático e de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar a que nos referimos, transformadas em atividades dos Centros de Pesquisas, bem podemos avaliar as dificuldades que têm diante de si os organismos oficiais na produção do livro. A série de publicações planejada em 1952/53 não atingiu um número sequer razoável de manuais. A maioria das obras encomendadas a especialistas não chegou a ser editada. Prorrogações de prazos, de sistências e protelações reduziram a série planejada a um pequeno número de edições.

1.2 Essa experiência fez com que o próprio INEP mudasse de orientação, preferindo estimular edições privadas de livros de textos e manuais para o professor, tendo em vista que as relações comerciais entre autor e editor são muito mais positivas e produtivas que os compromissos intelectuais entre órgão governamental e autor.

1.3 Pelo decreto, o Colegiado deverá decidir não só no plano puramente pedagógico como no da edição e produção. A adaptação de textos aos programas adotados, os direitos autorais, o planejamento gráfico das obras, são alguns dos aspectos do problema a serem por ele estudados e orientados. Estudos e pesquisas deverão ser feitos de modo a sondar o mercado do livro, avaliar o custo da produção e estimular as redes de distribuição. Por toda essa respeitável soma de obrigações bem se pode avaliar o vulto e a complexidade dos encargos que se pretende atribuir a esse órgão.

2. O Decreto não explicitou como seria conveniente a política editorial a ser adotada. Nos termos em que ficou colocada, poderá descambar para uma estatização do livro técnico e didático, ao arrepio da política de inspiração democrática, em que se acha empenhado o Governo, de estimular, não restringir a liberdade de ação da iniciativa privada. Em consequência, muitos capitais que poderiam ser investidos na produção do livro, retrair-se-iam. O Estado passaria a concorrente da indústria do livro,

que a êle compete estimular e tonificar. A experiência brasileira está cheia de malogros quando se invadem setores de produção / tradicionalmente ocupados pela empresa privada.

2.1 Sem dúvida o Governo deverá estar presente na produção e distribuição do livro, com um órgão regulador do mercado e altamente vigilante da política editorial. A livre concorrência deve ser, entretanto, estimulada e é óbvio que beneficiará a qualidade, contribuindo para a diminuição do custo e dos preços de venda.

2.2 Deveria estar também expressa no Decreto a defesa do autor nacional, a cuja produção deverá ser dada preferência, recorrendo-se a traduções e adaptações, nas matérias em que ainda seja escassa a nossa bibliografia. São critérios que deveriam desde logo constar do Decreto institucional. A prioridade das publicações técnicas e científicas, que nossas carências tornam mais urgentes, deveria outrossim estar igualmente prevista. O assunto é por demais conhecido, mas deverá sempre ser lembrado quando se procura atingir um conjunto de normas para disciplinar uma boa política editorial.

3. Permita-nos V.Ex^a lembrar, de passagem, a orientação prática e econômica que vem sendo seguida pela Comissão Editorial instituída na Universidade de São Paulo com os mais animadores resultados. Ali, essa Comissão decidiu adotar, com o objetivo de aproveitar da melhor forma possível os recursos disponíveis, duas normas principais: 1) editar, por conta exclusiva da Universidade, obras de real valor e ainda não comprometidas para edição por uma Editôra particular; 2) colaborar na edição de outras obras, de igual valor, já aceitas por Editôras particulares, mediante o compromisso de aquisição de um certo número de exemplares. Pareceu à Comissão Editorial ser êste um bom caminho a seguir: As Editôras particulares podem, desta forma, ter a segurança de que a edição das obras, com a cooperação da Editôra da Universidade de São Paulo, não será um fracasso econômico; a Editôra da Universidade, vendendo exemplares dos livros adquiridos, pode reaver, ao menos parcialmente, os recursos empregados, o que permitirá ampliar suas atividades; estudantes e professores podem adquirir da Editôra da Universidade os livros que ela edita por conta própria e em colaboração com as firmas particulares, com 30% (trinta por cento)

de desconto sobre o preço de venda ao público; o público em geral é beneficiado, porque o auxílio da Editôra da Universidade / permite às firmas particulares baixarem o preço do livro lançado no mercado; finalmente, parte dos livros é doada a bibliotecas de instituições públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, com o que se obterá, para a Universidade, muito material bibliográfico de valor que essas instituições remeterão gratuitamente, em permuta.

3.1 A Comissão Editorial possui um regimento, disciplinando suas atividades, de modo a beneficiar estudantes e professores em especial e o público em geral, facilitando as edições, incentivando o mercado, orientando os editores e reduzindo o custo e o preço de venda do livro, sem a criação de órgãos complexos e onerosos para os cofres públicos, como parece que virão a ser os previstos no Decreto nº 58 653.

4. Ademais, convém assinalar, ainda com maior atenção, a estranha forma por que se definiu no Decreto a delegação de poder, atribuindo-o integral - a um Secretário Executivo (art. 6º) e concedendo-se, em termos vagos e genéricos, ao Colegiado - presidido pelo Ministro - a competência para aprovar programação, assentar critérios gerais, estatuir regras genéricas que facilitem a execução do diploma e autorizar a efetivação de despesas / até o limite de meio por cento dos recursos do COLTED para custeio de sua operação (art. 5º).

4.1 Não nos parece cabível de modo algum, em matéria de tal relevância, que se possa centralizar num administrador a soma de atribuições de que trata o art. 6º: gerir, administrar e representar o organismo; movimentar conta, ordenar pagamentos e assumir obrigações; celebrar convênios e ajustes com autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros; firmar acordos de assistência técnica com organizações nacionais e internacionais. Todo esse elenco de funções para ser desempenhado por um funcionário que deverá ser investido nas funções de Diretor Executivo, tendo um colegiado constituído de Diretores do Ministério - presidido pelo Ministro, insista-se - apenas para dar-lhe cobertura às decisões.

No que se refere à celebração de convênios ou acordos, não temos dúvida em afirmar que se trata de matéria de competência ministerial, não cabendo sua atribuição a um servidor da categoria prevista.

4.2 Em face do disposto no art. 2º é provável que o COLTED possa ter à sua disposição recursos financeiros vultosos, nacionais e estrangeiros, afigurando-se-nos temerário investi-los no financiamento de programas que, segundo o ponto de vista em que nos colocamos, não consultam os interesses da administração pública, nem os do País.

4.3 Não nos parece devamos insistir na análise das falhas e na indicação dos riscos que, a nosso ver, poderão decorrer da execução do Decreto, mas não podíamos calar a impressão / que em nosso espírito resultou de sua leitura desde que, como Diretor do INEP, está-me reservado um lugar no Colegiado.

Se nos concede vênha V.Exª, nossa proposta é no sentido de que, pelo menos, com as cautelas da prudência, seja revista a matéria. S.M.J.

Reitero a V.Exª as expressões de meu subido respeito.



Carlos Correa Mascaro

Diretor do INEP

os estabelecimentos educacionais de
postariga de arrecadação, de
acordo com o estatuto que for es-
tabelecido em ato do Poder Exe-
cutivo, guardada a respectiva
proporcionalidade, em favor do
correspondente Instituto de Apo-
sentadoria e Pensões, mas deduzi-
da antes a taxa de administra-
ção de 1% (um por cento)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

corridos na faixa de 1961, e que
concluíram na data do licenciamento
mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço,
aplicando-se as disposições da pará-
grafo 1º do art. 2º da Lei nº 3.705,
de 1º de maio de 1960.

1º Os benefícios desta Lei são de-
vidos a partir da data do licencia-
mento.

1º O Ministério da Marinha fará
publicar no Diário Oficial, dentro de
30 dias, a relação dos nomes de que
trata esta Lei.

teratário nacional, o "Dia de Mate-
rística, a comemorar-se, anualmente, no
dia 25 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966: 149º
da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Walter Peracchi Barcellos

Guarabara.

Art. 2º A licença concedida não
abrange o material sem similar na-
cional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições
em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1966: 149º
da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Oscar de Faria

DECRETO Nº 58.653 de 16 de
JUNHO DE 1966

Institui no Ministério da Educação e
Cultura o Conselho do Livro Téc-
nico e Didático.

O Presidente da República, usando
da atribuição que lhe confere o
art. 87, item I, da Constituição,
decreta:

Art. 1º É instituído no Ministério
da Educação e Cultura o Conselho do
Livro Técnico e Didático - COLTED,
com a atribuição de gerir e aplicar
os recursos destinados ao financiamento
na realização de programas e proje-
tos de expansão do livro escolar e do
livro técnico em colaboração com a
Aliança para o Progresso.

Parágrafo único - Integram o
COLTED:

I - O órgão colegiado incumbido
de estabelecer normas e critérios ge-
rais e de aprovar planos de trabalho
com as respectivas previsões;

II - A direção executiva, que tem
a gerência e a administração de en-
tidade;

Art. 2º Incluem-se na receita do
COLTED:

a) os créditos em seu favor conce-
didos pela União

b) os recursos provenientes de do-
ações ou empréstimos da Aliança para
o Progresso, postos à sua disposição
pela AID e outras agências interna-
cionais de cooperação técnica;

c) supramentos advindos dos demais
poderes públicos ou de instituições
nacionais.

Art. 3º Os recursos do COLTED
serão depositados no Banco Central
da República, que os contabilizará e
sobre eles exercerá a necessária fun-
ção de auditoria.

Parágrafo único. O Banco Central
da República fará abrir no Banco do
Brasil, conta em nome do COLTED,
por este movimentada.

Art. 4º São membros do colegiado,
presidido pelo Ministro de Estado:

- o Diretor-Geral do Departamen-
to Nacional de Educação;

- os diretores do Instituto Nacio-
nal de Estudos Pedagógicos e do Ins-
tituto Nacional do Livro;

- os diretores das Diretorias de
Ensino do Ministério da Educação e
Cultura;

- o presidente do Sindicato Na-
cional dos Editores.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

1º Os titulares acima poderão
fazer-se representar nos seus impe-
dimentos.

2º O Diretor-Geral do Departamen-
to Nacional de Educação far-se-á
acompanhar, sempre que necessário,
do Diretor Executivo da Campanha
Nacional de Material de Ensino.

3º O exercício das funções dos
membros do colegiado é gratuito, con-
siderado serviço público relevante.

Art. 5º Ao colegiado do Conselho
compete:

I - aprovar a programação geral
do COLTED, com as respectivas pre-
visões financeiras, e acompanhar sua
execução;

II - assessorar os critérios gerais
que devam ser adotados na escolha e
oportunidade das publicações;

III - estabelecer regras genéricas que
facilitem a execução deste decreto;

IV - autorizar a efetuação de des-
pesas até o limite de meio por cento
dos recursos do COLTED para custeio
de sua operação.

Art. 6º Ao Diretor Executivo ins-
tituído pelo Ministro da Educação e

Cultura, ao Conselho que o auxiliará,
compete:

I - gerir administrativamente e represen-
tar o organismo;

II - movimentar a conta especial
abrida no art. 3º;

III - ordenar pagamentos e assu-
mir obrigações, dentro dos quantitativos
globais e dos planos de conjunto
tracados pelo colegiado do Conselho;

IV - celebrar convênios e ajustes
com autores, tradutores, editores, grá-
ficos distribuidores e livreiros;

V - firmar acordos de assistência
técnica com organizações nacionais e
internacionais.

1º A Secretaria Executiva será
organizada pelo Diretor Executivo,
dentro das previsões financeiras ado-
tadas pelo Conselho.

2º A Secretaria será constituída
de servidores públicos postos à sua
disposição, bem como de especialistas
contratados de acordo com a legisla-
ção trabalhista.

Art. 7º Este decreto entra em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1966: 149º
da Independência e 78º da Repu-
blica.

H. CASTELLO BRANCO

Pedro Aleixo

Diário Oficial 20/6./66 fls - 6603



Handwritten signature or mark.

Handwritten signature or mark.

REGIMENTO DAS COMISSÕES ESTADUAIS DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO
DIDÁTICO (CELTEDs)

1. DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Comissões Estaduais do Livro Técnico e do Livro Didático, CELTEDs, instituídas pelo Colegiado da COLTED, têm por finalidades, cada uma em seu respectivo Estado ou Território e no Distrito Federal :

- a) levantar e manter atualizado cadastro das unidades escolares e dos alunos matriculados nos diversos cursos e séries ;
- b) levantar os livros indicados pelos professores, nos diversos níveis de ensino, e proceder à sua apreciação ;
- c) promover ampla divulgação dos objetivos, programa e atividades da COLTED ;
- d) divulgar a bibliografia técnica e didática enviada pela COLTED ;
- e) promover a realização de cursos de formação, de treinamentos, seminários, encontros etc., que visem o envolvimento e a integração da comunidade escolar no programa COLTED.

2. DA CONSTITUIÇÃO E DAS INDICAÇÕES

Art. 2º - Cada CELTED, nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, será constituída por sete membros, no máximo, sendo três indicados pela Secretaria de Educação e três indicados pelo Conselho de Educação e um representante da COLTED, como Coordenador.

Art. 3º - As Secretarias e os Conselhos de Educação deverão indicar elementos de comprovada experiência e elevado nível técnico, ligados à educação.

Art. 4º - Nessas indicações, as Secretarias e os Conselhos de Educação de -
verão levar em conta, ainda, os seguintes critérios :

a) garantir a participação de professores dos três níveis do ensino e de técnicos;

b) possibilitar a participação de representantes de entidade de classe do magistério ;

c) aproveitar aqueles elementos que colaboram na execução do programa COLTED e/ou que participaram da (s) Semana (s) de Estudos por ela promovida (s).

Art. 5º - Para a consecução de suas finalidades, as CELTEDs poderão se valer da assessoria de professores e técnicos nos diversos ramos de ensino, assim como de universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior:

3 - DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - As CELTEDs funcionarão em regime de colegiado e serão coordenadas pelo representante da COLTED.

Art. 7º - Cada CELTED designará um Secretário, escolhido entre seus membro, não podendo o coordenador acumular esta função.

Art. 8º - As CELTEDs funcionarão junto à Secretaria de Educação, recebendo da mesma o apoio administrativo necessário à execução de seus trabalhos.

Art. 9º - As reuniões, tantas quantas necessárias para a execução do trabalho, realizar-se-ão com um número mínimo de quatro membros, incluindo o coordenador, devendo haver, pelo menos, um representante da Secretaria de Educação e outro do Conselho de Educação.

Art. 10º - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao representante da COLTED o voto de desempate.

Art. 11º - Os membros das CELTEDs receberão, por serviços especiais, remuneração fixada pela COLTED.

Art. 12º - As CELTEDs deverão atender às instruções da COLTED sobre os programas básicos de trabalho.

Art. 13º - As CELTEDs enviarão periodicamente à COLTED relatório sucinto de suas atividades.

4. DISPOSIÇÕES GERAL E TRANSITÓRIAS

Art. 14º - A Direção Executiva da COLTED poderá baixar instruções complementares a este regimento, visando atender às necessidades das CELTEDs.

Art. 15º - A indicação dos livros a serem distribuídos aos alunos será integrada a nível regional, imediatamente após a conclusão dos trabalhos nos Estados, em encontros promovidos pela COLTED, com representantes de cada CELTED e da Comissão Nacional de Seleção (CONSEL)

Art. 16º - A seleção final dos livros a serem distribuídos será feita pela Comissão Nacional de Seleção.

Art. 17º - A aquisição e a distribuição dos livros selecionados será feita sob a responsabilidade da COLTED.

A N E X O

Atendendo objetivamente ao :

- ítem VI, Art. 13, Capítulo IV do Regimento da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático que diz " Compete ao Diretor Executivo propor tabelas de gratificação de representação/de gabinete, bem como remuneração por serviços ; e ao

- ítem 3 - Do Funcionamento - Art. 11 do Regimento das Comissões Estaduais do Livro Técnico e do Livro Didático (CELTEDs) que diz " Os membros da CELTED receberão por serviços especiais, remuneração fixada pela COLTED " ;

Esta Direção Executiva propõe a seguinte remuneração por serviços especiais para os membros integrantes das referidas Comissões a fim de que possam ser instaladas, imediatamente as CELTEDs :

1 - Para os coordenadores dos Estados, Territórios e Distrito Federal, cinco salários mínimos regionais mensais.

2 - Para os membros das referidas comissões por Estado, Território e Distrito Federal " jeton " de 1/4 sobre o salário mínimo regional por reunião.

II SEMANA DE ESTUDOS - COLTED

RECOMENDAÇÕES FINAIS

São as seguintes as Recomendações Finais da II Semana de Estudos - COLTED, depois dos estudos realizados pelas quatro Comissões de trabalho e do consenso estabelecido em plenário:

I - BIBLIOTECAS

1a) - Que a COLTED, visando à maior unidade de orientação, coordene a elaboração e a utilização de materiais adequados ao bom funcionamento das bibliotecas - COLTED:

2a) - Que a COLTED, em colaboração com as Secretarias de Educação, propicie aos Setores de Coordenação a possibilidade de visitas às bibliotecas - COLTED, localizadas no interior dos Estados.

3a) - Que a COLTED, solicite aos Setores de Coordenação um relatório anual das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas - COLTED.

4a) - Que a COLTED, promova, sempre que possível, o enriquecimento e a atualização do acervo das bibliotecas - COLTED.

5a) - Que a COLTED, remeta aos Setores de Coordenação um exemplar do material bibliográfico, especificando os títulos que compõem as diversas bibliotecas - COLTED, para melhor orientar sua utilização.

6a) - Que a COLTED, solicite a cooperação do Instituto Nacional do Livro, da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, da Confederação Nacional dos Trabalhadores

em Estabelecimentos de Educação e Cultura e de outras entidades, para implantação e desenvolvimento de bibliotecas escolares.

II - EDUCAÇÃO ELEMENTAR

1a) - Que, na seleção de livros, sejam levados em consideração:

- a - Os resultados obtidos com o material enviado, do ponto de vista de melhoria do rendimento escolar;
- b - As condições do aluno e do meio;
- c - A necessidade de harmonização das exigências técnicas a que deve atender o livro e da adequação dêste ao professor diplomado e ao leigo docente, para elevar o nível do mestre.

2a) - Que, nas consultas a serem feitas ao professor, sejam considerados os seguintes aspectos:

- a - Os livros indicados devem ser considerados como escolhas, quando se trate de material já selecionado pela COLTED e como sugestões, para o estudo de Comissões Técnicas, em caso contrário;
- b - As indicações devem ser justificadas;
- c - Para a indicação dos livros, o professor deve ser orientado no sentido de apresentar uma sequência de prioridade.

3a) - Que, na seleção de livros seja considerado critério econômico que leve em conta:

- a - A retribuição do investimento, do ponto de vista da elevação do nível de ensino;
- b - O barateamento do livro;
- c - A necessidade de estimular a produção de novos títulos de padrão cada vez mais elevado;
- d - O encaminhamento gradual para maiores tiragens.

4a) - Que a COLTED envie, além do livro selecionado para o aluno, outros livros de recente lançamento, para conhecimento do professor.

5a) - Que os critérios de fornecimento de livros por séries escolares sejam baseados na disponibilidade financeira para cada criança e cada série escolar e não no número pré-fixado de livros por aluno.

6a) - Que se realize contínua avaliação do programa COLTED.

7a) - Que não é desejável o livro único; isto é, aquele que trata simultaneamente de duas ou mais matérias, nem livros por séries escolares.

8a) - Que o conteúdo estimule na criança a noção de igualdade e de respeito ao ser humano, qualquer que seja sua condição social, econômica, cômica, credo ou lugar de nascimento.

III - EDUCAÇÃO MÉDIA

1a) - Que, para avaliação do conteúdo de livros-textos, seja levado em consideração:

a - O atendimento aos princípios preconizados nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

b - O valor formativo;

c - Adequação aos objetivos visados;

d - A exatidão e a atuação científica;

e - A organicidade;

f - A apresentação didática da matéria;

g - A oportunidade de participação dos alunos na formulação de sínteses, esquemas e conclusões;

h - A apresentação de exercícios (jogos, testes, questionários) estimuladores do raciocínio e da criatividade;

i - O atendimento a problemas de interesse regional, nacional e universal;

j - Sugestões de leituras, pesquisas e outras atividades;

l - A propriedade, clareza, objetividade e correção de linguagem;

m - A qualificação do autor, prefácio, sumário e/ou índices e bibliografia;

n - O vocabulário das expressões técnico-científicas utilizadas.

2a) - Quanto ao aspecto material dos livros-texto, que a COLTED constitua um grupo de especialistas para a elaboração de material técnico;

IV - IMPLEMENTAÇÃO

1a) - Que sejam criadas Comissões Estaduais - COLTED, não somente com a denominação restritiva de "avaliação", mas abrangente, constituídas por professores dos três níveis de ensino e técnicos, assegurando-se, sempre que possível, a representação de entidade de classe do magistrado, com os seguintes objetivos:

- a - Levantar e manter atualizado o cadastro das unidades escolares e dos alunos matriculados nas diversas séries;
- b - Levantar os livros indicados pelos professores nos diversos níveis de ensino e proceder à sua apreciação;
- c - Promover ampla divulgação dos objetivos, programas e atividades da COLTED;
- d - Divulgar a bibliografia técnica e didática enviada pela COLTED;
- e - Promover a realização de cursos de formação, de treinamento, seminários, encontros, etc; e atividades que visem a envolver e integrar a comunidade escolar no programa COLTED.

2a) - Que seja ampliada a assessoria técnica da COLTED para incentivar ou promover estudos sobre a função do livro no processo educativo, bem como providenciar a avaliação progressiva dos programas.

3a) - Que sejam mobilizados recursos de colaboração:

- a - De outros órgãos governamentais, sobretudo através de integração de programas com objetivos convergentes e do aproveitamento de experiências já realizadas em diversos pontos do país;

- b - De instituições, emprêsas privadas, universidades e grupos de especialistas;
- c - Da comunidade local, através de seus líderes e de suas instituições.

4a) - Que a COLTED programe, anualmente, a realização de cursos e seminários para o atendimento de suas finalidades, inclusive para o preparo de pessoal que supervisione nos Estados o aproveitamento do material distribuído.

5a) - Que a COLTED estimule:

- a - A organização de exposições de livros técnicos, didáticos, assim como material de informação ilustrativo etc.;
- b - A manutenção de documentação atualizada sobre currículos escolares de sistemas educacionais.

6a) - Que a COLTED promova a elaboração e a distribuição de publicações, boletins e cartas para professores, alunos e interessados sobre sua política de ação, programa e atividade.

7a) - Que para cada título se promova elaboração quando necessário, de um Guia do Professor.

8a) - Que, além do Guia do Professor, sejam utilizados outros recursos audio-visuais, como diapositivos, diáfilmes, quadros etc., através da criação de programa próprio.

9a) - Editar guias de utilização da Coleção COLTED e do Livro Didático, preferivelmente sob a forma de instrução programada.

10a) - Que sejam utilizados os serviços profissionais de especialistas de publicidade, divulgação e de comunicações.

11a) - Que a COLTED, através das suas respectivas Comissões Estaduais, solicite a instalação de um setor, sob a direção de um bibliotecário (onde houver técnico), com a finalidade

de de coordenar as medidas necessárias para o imediato fun-
cionamento das bibliotecas -COLTED.

12a) - Que os órgãos coordenadores utilizem, tanto quanto -
possível, a rêde de cursos já existentes, incluindo, nos cur-
rículos dos mesmos, sessões de orientação que levem os pro-
fessôres a adquirir os conhecimentos indispensáveis à bôa u-
tilização das bibliotecas -COLTED.

13a) - Que a COLTED e os Setores de Coordenação realizem
treinamento para a orientação de professôres encarregados
das bibliotecas -COLTED.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

1a) - Sempre que possível, elaborar uma edição preliminar -
da obra para utilização entre os interessados;

2a) - Que a COLTED constitua um grupo de especialistas -
com a incumbência de preparar uma obra sôbre orientação
e técnica da leitura;

3a) - Que a COLTED estude a possibilidade de aplicação, a -
través de programa próprio, de recursos destinados ao aper-
feiçoamento de autores, ilustradores, bibliotecários etc.;

4a) - Que a COLTED se articule com programas e institui-
ções de preparo e aperfeiçoamento do magistério, visando à
implementação dêsses programas.

Colted
Assinatura

Senhor Presidente :

A COLTED, criada pelo Decreto nº 59.355 de 4 de setembro de 1966, iniciou suas atividades no dia 1º de março de 1967, instalando-se em salas do 8º andar do prédio nº 90 da Avenida Almirante Barroso.

Cumpre-nos, inicialmente, através de sucinta análise, relembrar que o plano de aplicação - parte integrante do convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a USAID - estabeleceu a necessidade de serem concretizados prioritariamente os seguintes projetos :

- a) aquisição urgente de títulos já publicados destinados a se constituírem nas Bibliotecas - COLTED.
- b) programação especial para novos títulos.
- c) planejamento adequado para o programa "Grandes Tiragens".

Com referência à primeira parte do programa, isto é a aquisição e distribuição imediata dos títulos já publicados, o compromisso previu a constituição de 8.000 Bibliotecas COLTED divididas pelos três níveis de ensino. Desses níveis somente o relativo ao Ensino Superior ainda não teve completada a sua distribuição, estando os demais, com um total de 2.563.175 volumes, em fase final de distribuição, já tendo sido entregues 4.728 Bibliotecas do nível primário - INEP para os diversos Estados do País, conforme demonstra o anexo nº 1.

No que diz respeito à execução do projeto referente às "Grandes Tiragens", necessário seria o conhecimento prévio dos livros mais utilizados nas diversas disciplinas de currículo dos três níveis de ensino, levando-se

em conta, para essa avaliação, as peculiaridades relativas às diversas regiões do País. Não existiam, no entanto, tão logo foi completada a programação das bibliotecas, elementos estatísticos ou de consulta capazes de permitir à COLTED um justo critério de escolha, visto como ele só poderia emanar da seleção a ser feita por aqueles que iriam se utilizar das bibliotecas distribuídas.

Com base no escalonamento de recursos - programado desde Maio de 1967 - a COLTED propôs modificar o 1º plano de aplicação, (anexo nº 2) excluindo-se o item "Grandes Tiragens" por duas razões fundamentais:

a) Impossibilidade material de tempo para executar o referido programa, inclusive pela incapacidade de atendimento, por parte dos editores, em curto prazo, visto que teriam eles apenas 4 meses para produzir quantidade estimada de 12.000.000 de exemplares, o que, dentro da atual realidade, não era possível.

b) Dificuldades por parte da COLTED de adotar, de imediato, um critério de avaliação e seleção para tão vasto programa, tendo em vista a falta de pesquisas e consulta às diversas escolas, inclusive dentro dos aspectos estaduais e regionais.

Por essa razão, as verbas destinadas em 1967, às "Grandes Tiragens", foram destinadas à formação imediata de mais 15.049 novas bibliotecas que, somadas às já adquiridas e distribuídas, perfizeram o total de 23.024, significando, com isso, uma melhor área de amostragem para os trabalhos de pesquisa necessários à análise das Comissões de Seleção.

Vale lembrar aqui, que a partir de Fevereiro de 1967, a COLTED, tendo em vista os termos do Convênio firmado, empenhava-se a fim de conseguir recursos orçamentários para os anos de 1968/69/70. Dêsse trabalho resultou, na mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, um destaque de NCr\$ 23.000.000,00 para a "Manutenção e Ampliação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático", tornando-se assim o maior projeto do Orçamen

to - Programa de Educação.

Por essa mesma razão, necessitou a COLTED defender com profundidade perante o Congresso Nacional a sua dotação, já que, através de emendas apresentadas, haviam sido reduzidos os seus recursos para apenas NCr\$ 10.000.000,00.

Depois de uma luta que se processou durante meses nas diversas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a COLTED viu premiados os seus esforços, conseguindo a aprovação do total de NCr\$ NCr\$ 20.851.000,00, mantendo-se, assim, pela sua importância, como o maior projeto da Educação para 1968.

Com a aprovação pelo Colegiado e pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, em setembro de 1967, do novo plano de aplicação da COLTED, e tendo em vista os exíguos prazos estabelecidos de acordo com o quadro anexo nº 3, mister se fazia alcançar imediatamente os objetivos programados, já que, pela premência de tempo, a não observância das datas pré-fixadas poderia de terminar o insucesso do programa, visto como, a programação de 68 e 69 ficaria profundamente prejudicada.

Dêsse trabalho resultou a expedição de Ordens de Compra - a diversos editores brasileiros no valor de NCr\$ 14.337.251,88, que acrescentados ao valor da 1a. etapa totalizaram a considerável soma de NCr\$ NCr\$ 20.323.473,45 representando 7.682.395 de volumes - fato inédito no campo educacional do País.

Constam do quadro anexo nº 4, para melhores esclarecimentos, os dados referentes à 1a. etapa (totalmente paga) e à 2a. etapa (em início de pagamento).

Apresentamos, também, no anexo nº 5 o quadro referente ao plano de aplicação da COLTED em 1967, com todos os recursos empenhados, excetuando-se o item "Títulos Novos", que se inicia agora em Dezembro e se destina a atender à área do Ensino Superior, que, sendo a mais atuante, assume importância fundamental.

Para o desempenho de suas atividades, a COLTED acha-se

estruturada segundo o organograma apresentado no anexo nº 2, dispondo de um total de 18 funcionários, como mostra o quadro apresentado no anexo nº 8.

Cumpra observar que as despesas de administração da COLTED, num período de mais de um ano, como pode ser constatado pelo Balancete Financeiro, anexo nº 7, representaram cerca de 0,5% do total de recursos movimentados, e as despesas com pessoal apenas 0,17%, o que vem demonstrar a dedicação e o esforço do seu diminuto número de funcionários, na execução de tão grandioso programa.

Para melhor compreensão do desenvolvimento técnico do plano de aplicação, já agora com todos os seus valores devidamente contabilizados e classificados dentro do Plano de Contas da COLTED, apresentamos o balancete realizado em 30/11/67, acompanhado de pequena análise das etapas do programa :

- 1 - Plano de Contas da COLTED
- 2 - Comparativo da receita orçada com a arrecadada
- 3 - Balanço patrimonial
- 4 - Balanço orçamentário
- 5 - Balanço financeiro
- 6 - Comparativo da despesa estimada com a realizada
- 7 - Comparativo de livros
- 8 - Demonstrativo por natureza de despesa.

PLANO DE CONTAS

SISTEMA FINANCEIRO

1. ATIVO

11. ATIVO FINANCEIRO

111. DISPONÍVEL

- 111.1 CAIXA (FUNDO FIXO)
- 111.2 BANCO DO BRASIL S.A.

112. REALIZÁVEL

- 112.1 DEVEDORES POR DEVOLUÇÃO
- 112.2 DÉBITOS EM SUSPENSO
- 112.3 ESTANTES

113. TRANSITÓRIO

- 113.1 SUPRIMENTOS EFETUADOS
- 113.2 REMESSA DE FUNDOS
- 113.3 DEPÓSITOS E CAUÇÕES

114. IMOBILIZADO

- 114.1 MÓVEIS E UTENSÍLIOS
- 114.2 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

2. PASSIVO

21. PASSIVO FINANCEIRO

211. COMPROMISSOS A LIQUIDAR

- 211.1 RESTOS A PAGAR C/ MOVIMENTO

212. EXIGÍVEL

- 212.1 CREDORES
 - 212.1.1 IMPÔSTO DE RENDA A PAGAR
- 212.2 CRÉDITOS EM SUSPENSO

213. TRANSITÓRIO

- 213.1 SUPRIMENTOS RECEBIDOS
- 213.2 RECEBIMENTOS DE FUNDOS

PLANO DE CONTAS

SISTEMA FINANCEIRO

3. DESPESAS

31. DESPESA ORDINÁRIA - PROJETOS

311. ELEMENTAR

3111. PRIMÁRIO

3111.1 BIBLIOTECAS

31111.1 INEP

31111.2

31111.3

31112.1 PAMP

31112.2

31112.3

3111.2 ESTANTES E ARQUIVOS

3111.3 DIVERSOS

312. MÉDIO

3112. SECUNDÁRIO

3112.1 BIBLIOTECAS

3112.2 ESTANTES E ARQUIVOS

3112.3 DIVERSOS

3113. NORMAL

3113.1 BIBLIOTECAS

3113.2 ESTANTES E ARQUIVOS

3113.3 DIVERSOS

3114. COMERCIAL

3114.1 BIBLIOTECAS

3114.2 ESTANTES E ARQUIVOS

3114.3 DIVERSOS

3115. INDUSTRIAL

3115.1 BIBLIOTECAS

3115.2 ESTANTES E ARQUIVOS

3115.3 DIVERSOS

3116. AGRÍCOLA

3116.1 BIBLIOTECAS

3116.2 ESTANTES E ARQUIVOS

3116.3 DIVERSOS

313. SUPERIOR

313.1 ESCOLAS

313.2 MILITARES

314. TÍTULOS NOVOS E OBRAS ESPECIAIS

PLANO DE CONTAS

SISTEMA FINANCEIRO

- 315. CURSOS, SEMINÁRIOS, PREMIO E INCENTIVOS
 - 315.1 CURSOS
 - 315.2 SEMINÁRIOS
 - 315.3 PREMIO
 - 315.4 INCENTIVOS
- 316. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES
 - 316.1 PUBLICAÇÕES
 - 316.2 DIVULGAÇÕES
- 317. DISTRIBUIÇÃO
 - 317.1 SERVIÇOS DE TERCEIROS
 - 317.2 MATERIAL DE CONSUMO
 - 317.3 CONDUÇÃO
 - 317.4 TELEFONE E TELEGRAMAS
 - 317.5 DIVERSOS
 - 317.6 FRETES E CARRETOS
 - 317.7 VIAGENS E ESTADAS
- 32. DESPESA ORDINÁRIA
 - 321. DESPESAS CORRENTES
 - 321.01 PESSOAL
 - 321.02 SERVIÇO DE TERCEIROS
 - 321.03 MATERIAL DE CONSUMO
 - 321.04 MANUTENÇÃO E REPAROS
 - 321.05 LUZ E FÔÇA
 - 321.06 TELEFONE E TELEGRAMAS
 - 321.07 CORREIO
 - 321.08 CONDUÇÃO E REPRESENTAÇÃO
 - 321.09 SUBSCRIÇÕES
 - 321.10 SERVIÇO SOCIAL
 - 321.11 DEPRECIAÇÕES
 - 321.12 ALUGUÉIS
 - 321.13 SERVIÇOS PRESTADOS
 - 321.14 VIAGENS E ESTADAS
 - 321.15 FRETES E CARRETOS
 - 321.50 DIVERSAS
- 33. DESPESA EXTRAORDINÁRIA
 - 331. LIQUIDADA NO EXERCÍCIO
 - 331.1 RESTOS A PAGAR - LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO
 - 331.2 CREDORES - LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO
 - 332. ESCRITURADA NO EXERCÍCIO
 - 332.1 DEVEDORES - ESCRITURADA NO EXERCÍCIO
- 34. DESPESA VINCULADA
 - 341. DESPESA VINCULADA A PROJETOS

PLANO DE CONTAS

SISTEMA FINANCEIRO

4. RECEITA

41. RECEITA ORDINÁRIA

411. RECEITAS CORRENTES

- 411.1 CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS
- 411.2 CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS
- 411.3 CONTRIBUIÇÕES - DIVERSAS

412. RECEITAS DE CAPITAL

42. RECEITA EXTRAORDINÁRIA

421. CONVÊNIO MEC - SNEL - USAID

422. LIQUIDADA NO EXERCÍCIO

422.1 DEVEDORES - LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO

423. ESCRITURADA NO EXERCÍCIO

423.1 RESTOS A PAGAR - ESCRITURADOS NO EXERCÍCIO

423.2 CREDORES - ESCRITURADOS NO EXERCÍCIO

43. RECEITA VINCULADA

431. RECEITA VINCULADA A PROJETOS

5. RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

51. RESULTADO FINANCEIRO

511. SALDO FINANCEIRO

512. SALDO FINANCEIRO A DESCOBERTO

52. RECURSOS VINCULADOS

521. SALDO FINANCEIRO VINCULADO

522. SALDO FINANCEIRO VINCULADO A DESCOBERTO

53. TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS

531. TRANSFERÊNCIA PARA O SISTEMA PATRIMONIAL

532. TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA PATRIMONIAL

PLANO DE CONTAS

SISTEMA PATRIMONIAL

6. ATIVO

- 61. ATIVO FINANCEIRO
 - 611. DISPONÍVEL
 - 611.1 CAIXA - CONTA SALDO
 - 611.2 BANCO DO BRASIL S.A. - C/ SALDO
 - 612. REALIZÁVEL
 - 612.1 DEVEDORES C/ SALDO
 - 612.2 DÉBITOS EM SUSPENSO - C/ SALDO
- 62. ATIVO PERMANENTE
 - 621. BENS MÓVEIS
 - 626. DIVERSOS
- 63. RESULTADO FINANCEIRO
 - 631. RECURSOS A APLICAR - DEFICIT
- 64. RECURSOS VINCULADOS
 - 641. FUNDOS VINCULADOS A DESCOBERTO
- 68. ATIVO COMPENSADO
 - 681. RESPONSÁVEIS POR SUPRIMENTOS
 - 682. RESPONSÁVEIS DIVERSOS

7. PASSIVO

- 71. PASSIVO FINANCEIRO
 - 711. COMPROMISSOS A LIQUIDAR
 - 711.1 RESTOS A PAGAR C/ SALDOS
 - 712. EXIGÍVEL
 - 712.1 CREDORES C/ SALDO
 - 712.2 CRÉDITOS EM SUSPENSO C/ SALDO
- 72. PASSIVO PERMANENTE
 - 721. PATRIMÔNIO
- 73. RESULTADO FINANCEIRO
 - 731. RECURSOS A APLICAR - SUPERAVIT
- 74. RECURSOS VINCULADOS
 - 741. FUNDOS VINCULADOS
- 78. PASSIVO COMPENSADO
 - 781. RESPONSABILIDADES POR SUPRIMENTOS
 - 782. RESPONSÁVEIS DIVERSOS

8. RESULTADO ECONÔMICO DO EXERCÍCIO

- 81. RESULTADO FINANCEIRO
 - 811. SALDO FINANCEIRO C/PATRIMONIAL - SUPERAVIT
 - 812. SALDO FINANCEIRO A DESCOBERTO - C/PATRIMONIAL
- 82. RECURSOS VINCULADOS
 - 821. SALDO FINANCEIRO VINCULADO C/PATRIMONIAL
 - 822. SALDO FINANCEIRO VINCULADO A DESCOBERTO-C/PATRIMONIAL
- 83. TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS
 - 831. TRANSFERÊNCIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO
 - 832. TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO
- 84. MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
 - 841. MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS-RESULT.DA EXEC.ORÇAM.
 - 841.1 AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS
- 85. RESULTADO PATRIMONIAL
 - 851. SUPERAVIT - VERIFICADO
 - 852. DEFICIT - VERIFICADO
- 86. REABERTURA E ENCERRAMENTO
 - 861. BALANÇO DE REABERTURA
 - 862. BALANÇO DE ENCERRAMENTO

PLANO DE CONTAS

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

91. PREVISÕES E EXECUÇÕES

911. ORÇAMENTO DA RECEITA

912. RECEITA C/ DE PREVISÃO

912.1 RECEITA ORDINÁRIA C/ DE PREVISÃO

912.2 RECEITA EXTRAORDINÁRIA C/ DE PREVISÃO

9122.1

913. TESOURO NACIONAL C/ DE CRÉDITOS

914. DESPESAS C/ DE CRÉDITOS

914.1 DESPESAS ORDINÁRIAS C/ DE CRÉDITOS

914.2 DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS C/ DE CRÉDITOS

95. EMPENHOS

951. DESPESA EMPENHADA

952. DESPESA REGISTRADA

99. BALANÇOS

991. BALANÇO DE REABERTURA

992. BALANÇO DE ENCERRAMENTO

MEC - COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
EM 30.11.1967

Títulos	Orçada N.º	Arrecadada N.º	DIFERENÇAS			
			Para Mais N.º	%	Para Menos N.º	%
RECEITAS CORRENTES						
CONTRIBUIÇÕES EXTERNAS	30.000.000,00	15.000.000,00	-	-	15.000.000,00	50%
Total:	30.000.000,00	15.000.000,00			15.000.000,00	50%

MEC - COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 30.11.1967

A T I V O				P A S S I V O			
Títulos	N	G	N	G			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL							
Caixa		1.768,43					
Banco do Brasil S/A	6.838.827,97		6.840.596,40				
DIVERSOS							
Depósitos e Cauções			3.840,00	6.844.436,40			
TOTAL GERAL:				6.844.436,40	TOTAL GERAL:	6.844.436,40	
				=====		=====	

MEC - COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Em 30/11/1967

Títulos	Previsão NCr\$	Execução NCr\$	Diferença NCr\$	Títulos	Previsão NCr\$	Execução NCr\$	Diferença NCr\$
RECEITAS				DESPESAS			
CORRENTES							
Cont. Externas	30.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	DESP. ORD.	30.000.000,00	8.159.781,04	21.840.218,96
				SUPERAVIT		6.840.218,96	
TOTAL :	30.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00		30.000.000,00	15.000.000,00	

MEC - COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

BALANÇO FINANCEIRO

EM 30.11.1967

R E C E I T A		D E S P E S A	
Títulos	N º	Títulos	N º
EXTRAORDINÁRIA		EXTRAORDINÁRIA	
Convênio MEC/SNEL/USAID	15.000.000,00	Pagamento no Exercício	8.159.781,04
Imposto Renda Terceiros	377,44		
		SALDO PARA O MÊS SEGUINTE	
		Disponível	
		Banco do Brasil S.A.	6.838.827,97
		Caixa	1.768,43
TOTAL:	<u>15.000.377,44</u>	TOTAL:	<u>15.000.377,44</u>

COMPARATIVO DE LIVROS

EM 31.11.1967

Títulos	Estimado	Realizado	Para Mais	%	Para Menos	%
ELEMENTAR						
INEP	4.500.000	1.820.000			2.680.000	
PAMP	600.000	393.000			207.000	
TOTAL:	5.100.000	2.213.000			2.887.000	56,60
MÉDIO						
Secundário	1.000.000	387.000			613.000	
Normal	400.000	-			400.000	
Comercial	240.000	109.700			130.300	
Industrial	80.000	34.100			45.900	
Agrícola	60.000	37.880			22.120	
TOTAL:	1.780.000	568.680			1.211.320	68,05
SUPERIOR						
Escola	88.350	-			88.350	
Militares	11.800	-			11.800	
TOTAL:	76.550	-			76.550	100,00
SOMA:	6.956.550	2.781.680			4.174.870	60,01
=====						

COMPARATIVO DA DESPESA ESTIMADA COM A REALIZADA
Em 30 / 11 / 1967

Títulos	Estimada NCr\$	Realizada NCr\$	Para Mais NCr\$	%	Para Menos NCr\$	%
ELEMENTAR						
INEP	11.250.000,00	4.019.465,00			7.230.535,00	
PAMP	1.500.000,00	822.362,00			677.638,00	
TOTAL :	12.750.000,00	4.841.827,00			7.908.173,00	62,02
MÉDIO						
Secundário	4.000.000,00	1.954.266,00			2.045.734,00	
Normal	1.600.000,00	- - -			1.600.000,00	
Comercial	960.000,00	323.899,80			636.100,20	
Industrial	320.000,00	151.016,50			168.983,50	
Agrícola	240.000,00	181.501,02			58.498,98	
TOTAL :	7.120.000,00	2.610.683,32			4.509.316,68	63,33
SUPERIOR						
Escola	883.500,00	- - -			883.500,00	
Militares	50.000,00	- - -			50.000,00	
TOTAL :	933.500,00	- - -			933.500,00	100,00
SOMA :	20.803.500,00	7.452.510,32			13.350.989,68	64,18
Títulos Novos e Obras Especiais	4.196.500,00	- - -			4.196.500,00	100,00
Cursos - Seminários						
Premios - Incentivos	400.000,00	72.858,81			327.141,19	81,78
Despesas Administrativas						
Instalações e Máquinas	300.000,00	116.410,59			183.589,41	61,20
Distribuição - Estantes						
Arquivos	4.100.000,00	455.320,52			3.644.679,48	88,89
Publicações e Divulgação	200.000,00	58.840,80			141.159,20	70,58
TOTAL :	5.000.000,00	703.430,72			4.296.569,28	85,93
TOTAL GERAL :	30.000.000,00	8.155.941,04			21.844.058,96	72,81

MEC - COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

DISTRIBUIÇÃO

Serviços de Terceiros	161.161,51	
Material de Consumo	4.650,00	
Frete e Carretos	26,35	
Viagens e Estadas	<u>382,66</u>	166.220,52

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS CORRENTES

Serviços de Terceiros	53.676,00	
Material de Consumo	10.168,11	
Manutenção e Reparos	8.892,55	
Telefone e Telegramas	227,21	
Correios	89,30	
Condução e Representação	570,83	
Serviço Social	830,80	
Aluguel	11.053,52	
Serviços Prestados	3.160,00	
Viagem e Estadas	1.033,13	
Frete e Carretos	104,30	
Diversas	<u>123,72</u>	89.929,47

DESPESAS DE CAPITAL

Bens Móveis	<u>1.710,00</u>
-------------	-----------------

TOTAL :

257.859,99
=====

1a. ETAPA

- a) Distribuição de 7.975 Bibliotecas de níveis elementar e médio.
Em fase final de execução.
- b) Distribuição de 530 Bibliotecas de nível superior. Transferi -
da para a 2a. Etapa.

2a. ETAPA

- a) Seleção de títulos.

No mês de novembro foram selecionados e adquiridos 5.031.220 volumes, perfazendo um total acumulado, até agora, de 7.594.395 volumes, ou seja 99,93% de um total de 7.600 volumes.

- b) Confecção e expedição de ordens de compra.

Foram expedidas 3.150 ordens de compra no mês de novembro, perfazendo um total de NCr\$ 19.373.475,45 até 30/11/67, ou seja 93,13% de um total de NCr\$ 20.803.500,00.

- c) Entrega de livros à Distribuidora.

Até a presente data foram entregues 4.463.175 livros à Distribuidora, ou seja 68,77% do total programado.

- d) Atividades da Distribuidora.

Foram distribuídas 5.258 Bibliotecas com um total de 1.531.872 livros, ou seja 70,34% da primeira etapa e 22,84 do total, respectivamente 7.475 e 23.024.

Destacamos, a seguir, as atividades da COLTED, relativamente aos trabalhos desenvolvidos pelas Assessorias de Avaliação, bem como as realizações e programações de cursos e seminários :

A Assessoria de Avaliação é uma decorrência do que estabelece o Item III - RESPONSABILIDADES - e o nº 4 do Item IV - GERAL do Convênio, tendo sido aprovada pelo Colegiado da COLTED na reunião de 15/9 do corrente ano.

Seu principal objetivo é assegurar à Seleção de Títulos maior rapidez e melhor eficiência, o que possibilita, dentro de cada nível e ramo de ensino, critérios de homogeneidade na constituição das Bibliotecas COLTED.

De acordo com a decisão do Colegiado, foram constituídos 3 grupos de trabalho, um para cada nível de ensino, assim discriminados :

- 1 - Elementar
- 2 - Médio
- 3 - Superior

A designação dos elementos componentes desses grupos, por acordo entre aqueles professores que, participando ativamente da 1ª. seleção, estavam mais entrosados com os trabalhos da COLTED e possuíam conhecimento e experiência marcantes no campo docente do seu respectivo nível de ensino.

O trabalho das diversas comissões que compõem a Assessoria de Avaliação da COLTED obedeceu aos seguintes critérios :

- Confirmação de títulos feita pela equipe selecionadora dos respectivos órgãos responsáveis;
- Unificação, dentro do possível, dos títulos comuns a cada nível de ensino, nos seus respectivos ramos;

- Substituição de títulos indicados anteriormente, levando-se em consideração os que ainda não haviam sido examinados pelas diversas comissões de seleção.

Para a substituição de títulos, foram adotadas as seguintes diretrizes :

- Prioridade às obras cujo conteúdo didático pedagógico possibilitasse ao aluno o desenvolvimento do seu raciocínio reflexivo, de sua participação ativa na própria aprendizagem, e conseqüentemente a formação de uma atitude crítica;

- Preferência pelas obras cujo teor melhor condissesse com a evolução técnico-científica do mundo atual, e que apresentassem dados atualizados e criteriosos;

- Destaque ao livro que oferecesse apresentação sistemática e gradativa da matéria, considerando-se sua adequação ao desenvolvimento psico-genético do educando;

- Prioridade às obras de cultura geral, que não particularizassem temas ou fatos isolados.

Tendo em vista a deficiente formação didático-pedagógica - grande parte do corpo docente brasileiro - o que acarreta a fraqueza do nosso sistema educacional e é um dos fatores responsáveis pelo índice de repetência e evasão escolar - a Comissão de Avaliação considerou de grande importância as obras de formação pedagógica, não só referendando as escolhidas, como acrescentando outras, que permitissem ao professor colocar-se a par das modernas teorias de ensino e também aprimorar os seus conhecimentos.

A inclusão de obras de referência, tanto para alunos como para professores, é justificável pela necessidade de desenvolver-se uma atu -

de de pesquisa, imprescindível à formação do homem.

Veio, pois, a Comissão de Avaliação proporcionar à COLTED maior dinamismo na execução de seu programa, assim como um melhor entsamento dêste com os diversos órgãos operacionais, visando a integrar o programa COLTED à problemática educacional do país.

Realizamos em maio dêste ano, na sede do MEC, a I SEMANA DE ESTUDOS COLTED, em que reunimos cêrca de 220 educadores e editôres de todo o Brasil. Foi uma realização que atingiu plenamente os seus objetivos, com as recomendações finais das seis Comissões (Novos Títulos, Ensino Primário, Ensino Médio, Ensino Superior, Bibliotecas e Distribuição) servindo de base às atividades seguintes da COLTED. Frise-se ainda que cada delegado voltou ao seu Estado com uma imagem sólida das finalidades da COLTED, compreendendo os seus objetivos. Com êsses delegados mantemos agora correspondência para utilizar a sua experiência.

Sôbre a I SEMANA DE ESTUDOS COLTED foi publicada a "Notí - cias nº 2", contendo os trabalhos apresentados pelas Comissões e as "Reco - mendações Finais", síntese dêsses trabalhos. Essa publicação foi, posterior - mente, enviada a cada participante do Seminário.

Estamos em entendimentos com órgãos do Ministério da Educação e Cultura para, no período das férias, quando da realização de cursos como os da CADES, promover palestras sôbre os trabalhos da COLTED. Aproveitando a oportunidade do Encontro de Supervisores do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário, período de 11 a 21 de dezembro, a Direção Executiva da COLTED realizará palestra sôbre as atividades da COLTED em 1967 e sôbre a programação para 1968. Como parte dessa programação constam 79 cursos - sôbre utilização da biblioteca COLTED, a serem realizados através do PAMP, em janeiro e fevereiro próximos.

Dentro do programa de Cursos e Seminários, promoveremos no mês de março de 1968, de 4 a 8, a II SEMANA DE ESTUDOS COLTED, desta -

feita em São Paulo, em colaboração com a Câmara Brasileira do Livro. O tema do Encontro será "A utilização das bibliotecas COLTED", sendo igualmente chamados delegados de todo o Brasil.

Os integrantes da II SEMANA serão escolhidos dentre elementos de notória atividade no setor de bibliotecas e utilização de livros técnicos e livros didáticos para que as normas estabelecidas possam ser cumpridas em todo o Brasil. Cada delegado, depois, disseminará o resultado do Seminário em seu próprio Estado, multiplicando os cursos, sempre sob a orientação da direção da COLTED.

Assim, ante o exposto, verifica-se que a COLTED vem correspondendo plenamente às suas finalidades e caminha, a passos largos, para a consecução do seu mais alto objetivo - que é distribuir gratuitamente o livro-texto a todos os estudantes dos níveis elementar e médio e livros ao preço de custo aos universitários.

E' fato, também, que nessa luta que todos empreendemos com idealismo e determinação, muito nos tem valido o irrestrito apoio que sempre recebemos do Sr. Presidente e dos ilustres membros do Colegiado da COLTED, bem como o estímulo, a orientação e a confiança com que nos tem distinguido o Sr. Ministro da Educação e Cultura.

A N E X O S

Anexo Nº 1	Legislação
Anexo Nº 2	Organograma
Anexo Nº 3	Bibliotecas já distribuídas
Anexo Nº 4	Plano de Aplicação 1967
Anexo Nº 5	Programação das atividades
Anexo Nº 6	Bibliotecas - Recursos Empenhados
Anexo Nº 7	Balancete Financeiro
Anexo Nº 8	Relação do Pessoal em Exercício
Anexo Nº 9	Plano Trienal da Educação - Projeto prioritário
Anexo Nº 10	Relatório enviado à COCAP.

LEGISLAÇÃO

Decreto Nº 59.355 de 4 de outubro de 1966

Institue a COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, diretamente subordinada ao Ministro com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento, e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.

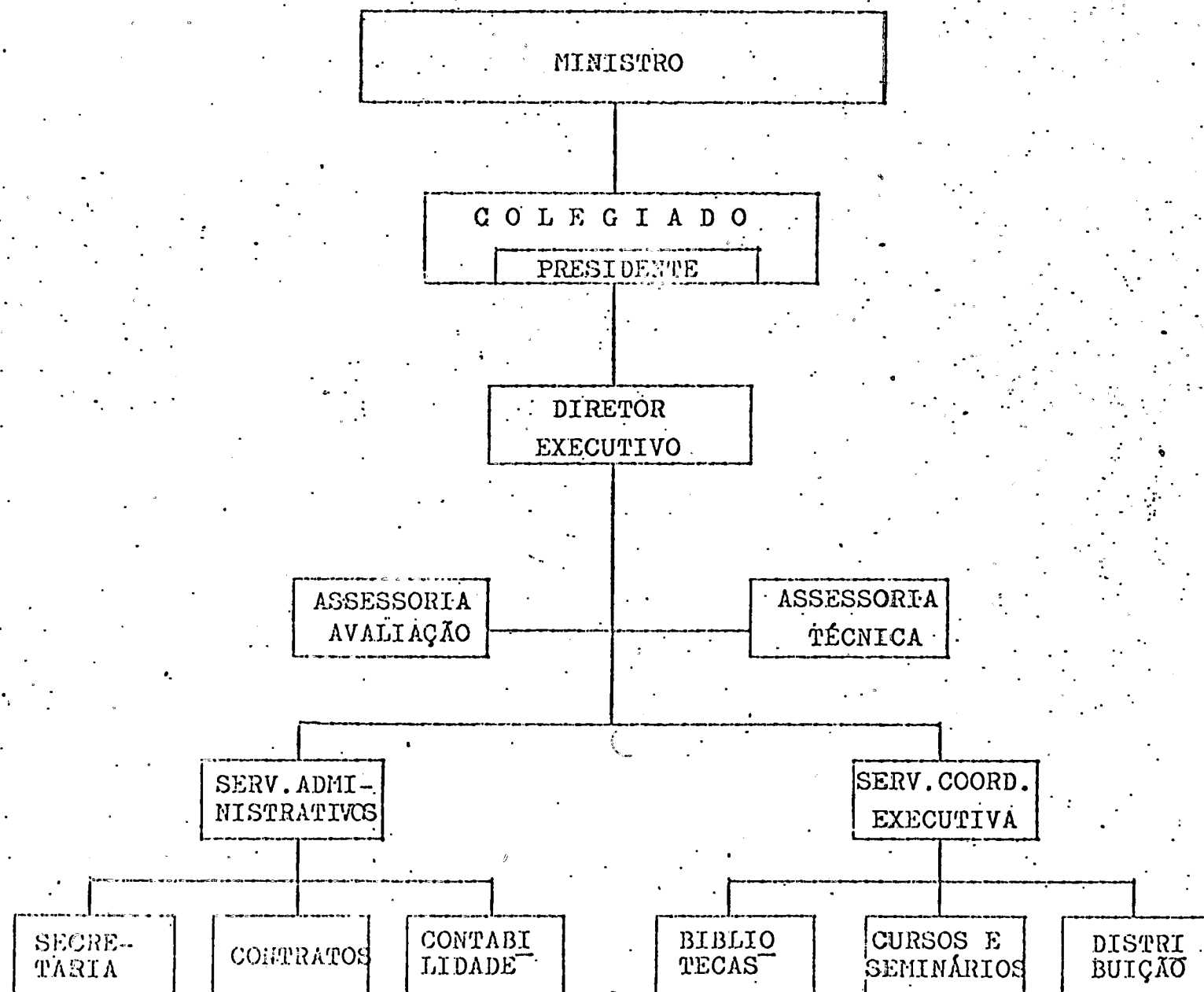
CARTA-ACORDO de 10 de novembro de 1966, dirigida pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica da Fazenda e de Educação e Cultura, ao Diretor da USAID/Brasil, definindo programas e propondo a liberação dos respectivos recursos.

CONVÊNIO MEC/ SNEL /USAID, de 6 de janeiro de 1967, regulamentando a execução dos programas e propondo o Plano de Aplicação.

PORTARIA Nº 69 - MEC, de 13 de março de 1967, aprovando o Regulamento Interno da COLTED.

AVISO Nº 288 - MEC, de 12 de maio de 1967, dirigido ao Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, solicitando a liberação de recursos complementares para execução dos projetos de 1967 do Plano de Aplicação.

DECRETO Nº 60.833, de 8 de Junho de 1967, alterando e suprimindo dispositivos do Decreto nº 59.355 de 4 de outubro de 1966.



NÍVEL PRIMÁRIO - 1ª ETAPABIBLIOTECAS JÁ DISTRIBUIDASEM 30.11.67

ESTADO	Nº BIBLIOTECAS	JÁ DISTRIBUIDAS	A ENVIAR
ACRE	16	16	0
ALAGOAS	116	115	1
AMAPÁ	5	-	5
AMAZONAS	65	53	12
BAHIA	568	500	68
CEARÁ	335	298	37
DISTRITO FEDERAL	12	12	0
ESPÍRITO SANTO	103	103	0
GOIÁS	193	183	10
GUANABARA	84	84	0
MARANHÃO	286	274	12
MATO GROSSO	76	-	76
MINAS GERAIS	647	647	0
PARÁ	119	96	23
PARAÍBA	183	183	0
PARANÁ	334	317	17
PERNAMBUCO	295	295	0
PIAUI	127	127	0
RIO DE JANEIRO	212	212	0
R.G. DO NORTE	89	89	0
R.G. DO SUL	331	330	1
ROIMBERIA	4	-	4
ROIMBERIA	3	-	3
SANTA CATARINA	104	104	0
SÃO PAULO	634	634	0
SERGIPE	59	58	1
TOTAIS	5.000	4.728	272

PLANO DE APLICAÇÃO - 1967

RECURSOS EMPENHADOS

	1ª ETAPA	2ª ETAPA	TOTAL
Bibliotecas	5.986.221,57	14.337.251,88	20.323.473,45
Estantes	885.000,00	1.200.000,00	2.085.000,00
Distribuição e Fretes	621.145,00	1.873.881,55	2.495.026,55
Despesas Administrativas, Instalações e Máquinas	75.000,00	225.000,00	300.000,00
Cursos, Seminários, Pre- mios e Incentivos	225.000,00	175.000,00	400.000,00
Publicações e Divulgações		200.000,00	200.000,00
Títulos Novos		4.196.500,00	4.196.500,00
TOTAIS	7.792.366,57	22.207.633,43	30.000.000,00

/jfr

COLTED - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

	DE	A
<u>1ª ETAPA</u>		
Distribuição de 7975 bibliotecas de nível elementar e médio.....	29.8.67	31.12.67
<u>2ª ETAPA</u>		
Seleção de títulos.....	15.9.67	6.10.67
Expedição de ordens de compra.....	6.10.67	15.11.67
Entrega de livros à distribuidora.....	30.11.67	6.1.68
Atividades da Distribuidora.....	30.11.67	15.3.68
Última biblioteca entregue ao destinatário.....		15.3.68
<u>3ª ETAPA</u>		
Utilização dos livros pelos professores e alunos...	15.3.68	30.6.68
Seleção e avaliação de títulos.....	30.6.68	31.7.68
Edição do Livro - Grandes tiragens.....	31.7.68	30.11.68
Distribuição dos livros para uso dos alunos.....	1.12.68	15.3.69
Último livro entregue ao destinatário		15.3.69

MEC - COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

BIBLIOTECAS - RECURSOS ALOCAADOS

	1ª ETAPA			2ª ETAPA			TOTAIS		
	QUANTIDADE	VOLUMES	VALOR N G	QUANTIDADE	VOLUMES	VALOR N G	QUANTIDADE	VOLUMES	VALOR N G
<u>PRIMÁRIO</u>									
INEP	5.000	1.620.000	3.114.515,00	10.000	3.570.000	7.400.470,00 8.322.710,00	15.000	5.190.000	10.514.954,00
PAMP	1.000	350.000	738.364,00	1.000	368.000	727.253,10 603.059,00	2.000	718.000	1.465.617,10
<u>MÉDIO</u>									
SEC/GIN	1.000	317.000	892.653,00	1.500	448.500	1.794.323,00	2.500	765.500	2.686.976,00
SEC/COL	500	112.500	644.643,00	500	113.500	665.920,50	1.000	226.000	1.310.563,50
AGRÍCOLA	75	33.375	147.657,27	35	13.720	80.161,92	110	47.095	227.818,85
INDUSTRIAL	100	37.300	154.446,00	100	38.500	148.673,90	200	75.800	303.119,90
COMERCIAL	300	93.000	293.943,30	300	117.000	473.725,80	600	210.000	767.669,10
NORMAL				1.000	362.000	2.096.755,00	1.000	362.000	2.096.755,00
<u>SUPERIOR</u>				589	80.000	900.000,00	589	80.000	900.000,00
<u>MILITARES</u>				25	8.000	50.000,00	25	8.000	50.000,00
TOTAIS	7.975	2.563.175	5.986.221,57	15.049	5.119.220	14.337.251,88	23.024	7.682.395	20.323.473,45

RESUMO

Receita ou Entrada	Despesa ou Saída
1 - Aviso do Banco do Brasil S.A., nº 499.212, de 17 de janeiro de 1967 . 10.000.000,00	1 - Administração 145.676,30
	2 - Bibliotecas 7.452.510,32
	3 - Distribuição 438.953,75
	4 - Publicações 19.388,00
	5 - Seminário 66.409,95
2 - Aviso do Banco do Brasil S.A., nº 956.213, de 7 de julho de 1967 ... 5.000.000,00	6 - Convênio 36.000,00
	7 - Disponível
	Caixa 2.233,75
	Banco do Brasil 6.838.327,70
15.000.000,00	3.158.938,30
	6.842.061,70
	15.000.000,00

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1967

Silviana
Contadora

LEVANTAMENTO GERAL ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 19671 - DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO

1.1 - Aluguel	14.893,52	
1.2 - Pessoal :		
De 16.11.66 a 28.2.67	4.950,00	
De 1.3 a 30.11.67	<u>51.943,26</u>	
1.3 - Encargos Diversos	56.893,26	
1.4 - Material de Consumo	17.564,63	
1.5 - Material Permanente	9.731,19	
1.6 - Reparos e Adaptações	37.020,93	
	<u>9.572,77</u>	145.676,30

2 - BIBLIOTECAS

2.1 - Comercial	323.164,80	
2.2 - Agrícola	181.501,02	
2.3 - INEP	4.019.465,00	
2.4 - PAMP	822.362,00	
2.5 - Secundário	1.954.266,00	
2.6 - Industrial	<u>151.751,50</u>	7.452.510,32

3 - DISTRIBUIÇÃO

3.1 - Recebimento e Distribuição de Biblio tecas	145.253,73	
3.2 - Estantes	<u>289.700,00</u>	438.953,73

4 - PUBLICAÇÕES

4.1 - Folhetos - COLTED	6.350,00	
4.2 - Separatas- 1ª Semana Estudos	528,00	
4.3 - Boletim- Notícias 1	2.250,00	
4.4 - Boletim- Notícias 2	2.160,00	
4.5 - Como Organizar Sua Biblioteca	4.650,00	
4.6 - Folhetos(formato envelope- 8 págs.).	<u>3.450,00</u>	15.388,00

5 - SEMINÁRIOS

5.1 - 1ª Semana Estudos-COLTED (1 a 8.5.67)		80.409,95
---	--	-----------

6 - CONVÊNIO

6.1 - COLTED e Inst.Nacional do Livro		<u>21.000,00</u>
--	--	------------------

Total das Despesas

5.111.838,30

7 - DISPONÍVEL

7.1 - Caixa	2.233,73	
7.2 - Em depósito no Bco.do Brasil S/A ...	<u>6.838.827,97</u>	<u>6.841.061,70</u>

NCR.\$ 15.000.000,00

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1967

Geraldo Martuchelli
Acr. ContábilChristina V. Spina
Contadora

RELAÇÃO DO PESSOAL EM EXERCÍCIO

DIRETOR EXECUTIVO

Ruy Baldaque Guimarães

CHEFE SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Ary Leonardo Pereira

CHEFE SERVIÇO COORDENAÇÃO

Reginaldo Carpenter Ferreira

CONTABILIDADE

Thereza Christina Villela Spinelli
Geraldo Martuchelli

SECRETARIA

Jane Fernandes
Lindalva Tenório Fraga
Irene Hildebrand
Antonio Fagundes
Laercio Ferreira de Albuquerque

CONTRATOS

Ubirajara Barroso Magalhães

BIBLIOTECARIA

Francisca Barros Evangelista

REPRODUÇÃO

Sônia Maria
Augusto Souza Meyer
Arsindo Gonçalves Baptista

CURSOS E SEMINÁRIOS

Jandira Bastos Cintra de Oliveira
Lenita Soares Bastos

MEO - COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

Assim como ocorre com o programa da alimentação escolar, que vem evitando um dos mais sérios problemas educacionais — a evasão escolar, também a COLTED, com a distribuição de livros a todos os estudantes brasileiros, está concorrendo de maneira definitiva para solucionar esse grave problema, além de contribuir decisivamente para a erradicação do analfabetismo no País.

Objetivo : — Coordenar e executar todas as atividades do M. E. C. relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros didáticos e técnicos no País. Estimular o fortalecimento e a expansão de uma indústria editorial e gráfica de livros técnicos e didáticos, auto-suficiente e economicamente sólida no Brasil, que pela expansão do mercado reduzirá o custo do livro.

Para enfrentar o gigantesco problema da falta de livros, que todos os anos limita os caminhos de progresso para milhares de estudantes brasileiros, foi instituída a COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, no M. E. C.

Para tornar possíveis o atendimento desse objetivo, o M.E.C. firmou um Convênio com o Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEEL) e com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), visando atender as necessidades atuais e futuras dos estudantes brasileiros.

A meta fundamental é a distribuição gratuita de livros a todos os estudantes brasileiros dos níveis primário e médio e permitir ao estudante do nível superior um número de livros técnicos e científicos maior e mais diversificado.

Para dar início a esta etapa do programa, vinte e duas bibliotecas-amostra (experimentais) estão sendo distribuídas pela COLTED.

para diversas escolas e estabelecimentos de ensino dos níveis elementar, médio e superior, bem como para o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP).

Os livros foram selecionados pelas diretorias do Ministério da Educação e a escolha das escolas e colégios contemplados foi feita pelas Secretarias de Educação de cada Estado, atendendo ao critério fixado pelo Plano Nacional de Educação (revisão 1965) para cada Estado.

A biblioteca COLTED caracteriza-se por ser uma biblioteca experimental, dotada de um determinado número de volumes reputados entre os melhores existentes, selecionados por elementos técnicos e com profundo conhecimento de livros em suas áreas.

Esta biblioteca tem por finalidade dar ao professor e ao aluno a oportunidade permanente de manuseio de melhores livros, instrumentos básicos para lhes facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento cultural e de acordo com as respostas enviadas, as Comissões Técnicas da COLTED decidirão quais os livros que deverão ser distribuídos a todos os alunos.

RELATÓRIO - COLTED

Senhor Coordenador

Cumpramos, inicialmente, através de questo análise, relembrar que o plano de aplicação — parte integrante do convênio firmado — entre o Ministério da Educação e Cultura, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a USAID, estabeleceu a necessidade de serem concretizados prioritariamente os seguintes projetos :

- a) aquisição urgente de títulos já publicados destinados a se constituírem nas Bibliotecas - COLTEC.
- b) programação especial para novos títulos.
- c) planejamento adequado para o programa "Grandes Tiragens".

Em referência à primeira parte do programa, isto é, à aquisição e distribuição imediata dos títulos já publicados, o compromisso prevê a constituição de 8.635 Bibliotecas COLTEC, distribuídas pelos três níveis de ensino. Desses níveis, somente o relativo ao Ensino Superior ainda não teve completada a sua distribuição, estando os demais, com um total de 8.63.173 volumes, em fase final de distribuição, já tendo sido entregues 4.771 Bibliotecas para os diversos Estados do País, conforme demonstra o anexo nº 2.

No que diz respeito à execução do projeto referente às "Grandes Tiragens", necessário seria o levantamento prévio dos livros mais utilizados nas diversas disciplinas do currículo dos três níveis de ensino, levando-se em conta para essa avaliação, as peculiaridades relativas às diversas regiões do País. Não existiam, no entanto, dados que fossem completados a programação das bibliotecas, elementos estatísticos ou de consulta capazes de permitir estabelecer um justo critério de escolha, visto como não se poderia esperar de se não a ser feita por aqueles que não se utilizam das bibliotecas distribuídas.

Assim, com os recursos estimados e compromissos assumidos, a propósito, o texto do aviso nº 266 de 12 de Maio de 1967, do Ministério da Educação ao Sr. Ministro do Planejamento:

o Aviso 212 298

12 de Maio de 1967

Senhor Ministro

A COLTEC - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, tem como objetivo imediato, a ser executado nas próximas três - anos, a aquisição e distribuição de 51 milhões de livros didáticos ao nosso sistema escolar.

Esse programa inicial deverá ser financiado com os meios provenientes do Acordo de 10.11.66 do Governo Brasileiro com a UNESCO e do Convênio assinado em 6.1.67 pelo MEC/SMEL/UNED, ao qual prevê, através do seu último plano de aplicação, a liberação de recursos no montante de 20 milhões de cruzeiros novos, no corrente exercício.

Os 15 milhões de cruzeiros novos liberados em janeiro deste ano, já estão sendo utilizados para a aquisição de 6.600.000 livros didáticos, que se destinam em grande parte à formação.

Assim, impõe-se a necessidade de liberar dos recursos 20 milhões de cruzeiros novos, para a qual já conta com autorização da Comissão e aprovação da UNESCO, devendo obedecer às seguintes condições:

a) 15 milhões de cruzeiros novos, previstos no Convênio de 1966, para a aquisição de livros de grandes tiragens, destinados ao ensino médio e ao ensino superior.

b) 5 milhões de cruzeiros novos a serem liberados em 17 de setembro próximo, para a aquisição de programas de ensino técnico, de ensino superior, de ensino médio, de ensino fundamental e de ensino infantil, no total de 12.500.000 exemplares para os três anos seguintes. Este programa tem como objetivo a melhoria do ensino médio e fundamental.

Por isso, solicito a Vossa Excelência que o programa de trabalho seja aprovado para o desenvolvimento do MEC, que está iniciando a execução da proposta organizacional.

os próximos anos, a partir de 1968, dotações destinadas ao cumprimento desse elevado objetivo.

Na certeza de contar com o decidido apoio de Vossa Excelência aproveito a oportunidade para renovar abos os meus protestos de estima e alta consideração.

ass. TARSO DUTRA *

Com base nesse escalonamento de recursos - progra -
mado desde Maio de 1967, a COLTED propõe modificar o 1º plano de aplica -
ção, (anexo nº 1) excluindo-o o item " Grandes Tiragens " por duas razões
fundamentais :

a) Impossibilidade material de tempo para executar o ro
terido programa, inclusive pela incapacidade de atendimento, por parte dos -
editores, em curto prazo, visto que teriam eles apenas 4 meses para produzir
quantidade estimada em 12.000.000 exemplares, o que, dentro da atual realida
de, não era possível.

b) Dificuldades por parte da COLTED de adotar, de ime
diato, um critério de avaliação e seleção para tão vasto programa, tendo em
vista a falta de pesquisas e consulta às diversas escolas, inclusive dentro dos
aspectos estaduais e regionais.

Por essa razão, as verbas destinadas em 1967, às " Gran
des Tiragens ", foram destinadas à formação imediata de mais 15.069 novas bi
bliotecas, com suas respectivas cópias e distribuição, perfizeram o total de
10.000, significando, com isso, uma melhor área de amostragem para os trá
dos de pesquisas necessários à análise das Comissões de Seleção.

Vale lembrar aqui, que a partir de Fevereiro de 1967, a
COLTED, tendo em vista os termos do Convênio firmado, empenhava-se a imp
licitamente, perante as Comissões de Orçamento do MEC e do Ministério do Planejamento,
na obtenção de recursos orçamentários para os anos de 1968/69/70. Dessa

trabalho resultou, na mensagem do Executivo ao Congresso Nacional, um destaque de NCr\$ 25.000.000,00 para a "Manutenção e Ampliação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático", tornando-se assim o maior projeto do Orçamento - Programa da Educação.

Por essa mesma razão, necessitou a COLTED defender com profundidade perante o Congresso Nacional a sua dotação, já que, através de emendas apresentadas, haviam sido reduzidos os seus recursos para apenas NCr\$ 10.000.000,00.

Depois de uma luta que se processou durante meses nas diversas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a COLTED viu premiados os seus esforços, conseguindo a aprovação do total de NCr\$ 26.850.000,00, mantendo-se, assim, pela sua importância, como o maior projeto da Educação para 1968.

Com a aprovação pelo Colegiado e pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, em Setembro de 1967, do novo plano de aplicação da COLTED, e tendo em vista os emérgos prazos estabelecidos de acordo com o quadro anexo nº 3, mister se fez alcançar imediatamente os objetivos programados, já que, pela premência do tempo, a não observância das datas previstas poderia determinar o fracasso do programa, visto como, a programação de 68 e 69 ficaria profundamente prejudicada.

Dêse trabalho relativo à expedição da Ordem de Compra a diversos editores brasileiros no valor de NCr\$ 14.337.251,80, cujos pagamentos já se encontram em execução.

Constam do quadro anexo nº 4, p. 1, os dados referentes a 68, em 1.º de Janeiro, os dados referentes a 69, em 1.º de Janeiro, e os dados referentes a 70, em 1.º de Janeiro, (com data de pagamento).

Apresentamos, também, no anexo nº 5 o quadro relativo ao plano de aplicação da COLTED em 1968, com todos os recursos e exceções, excetuando-se o item "Títulos Novos" que se inicia agora em Dezembro.

tina a atender à área do Ensino Superior, que, sendo a mais avançada, assume importância fundamental.

Pelo exposto, verifica-se que a COLTED necessita de recursos imediatos na ordem de NCr\$ 15.000.000,00 podendo, no entanto, conforme esclarecimentos já prestados, admitir que o referido depósito seja efetuado em 2 parcelas:

1a.	8.000.000,00	p/liberação imediata.
2a.	7.000.000,00	p/liberação no máximo até 15 de Janeiro vindouro.

Podemos mesmo afirmar que a não liberação dos recursos já programados desde Maio de 1967, de acordo com o organismo financiador (a USAID), viria a frestar um dos projetos de mais alta prioridade e de investimento básico na vida do País, causando, ainda, inevitável impacto econômico financeiro no campo da indústria gráfica e editorial brasileira - a qual não poderia resistir a qualquer protelação dos prazos para pagamento do tão grande volume de obras encomendadas pela COLTED (NCr\$ 14.337.251,00).

Eº oportuno ressaltar que, nesse setor industrial, a maioria das empresas tem feito substanciais investimentos na remodelação e renovação de sua maquinaria, e não se está em condições de atender às possibilidades propiciadas pelo programa da COLTED.

Aproveitando a oportunidade, apresentamos também a V. Sa. o estudo básico realizado por esta Comissão, destinado ao Ministério do Planejamento, no qual se evidencia (Anexo nº 6) a necessidade máxima de livros e recursos para atender à atual realidade brasileira.

Por tudo o que acima ficou exposto, e levando em conta o que a respeito há de merecer a melhor atenção de V. Sa., que bem compreenderá a magnitude do problema - cuja solução - há tantos benefícios trará aos estudantes brasileiros.

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO - 1968 - 1970

Projetos ou Atividades Prioritárias

UNIDADE	D.N.E. - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO				
ORGAO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA				
PROJETO ATIVIDADE	Produção e distribuição de livros técnicos e de livro didáticos				
JUSTIFICATIVA:					
OBJETIVOS:					
METAS FÍSICAS					
ÍTEM	UNID.	TOTAL	1968	1969	1970
Primário	um livro	55.771.000	17.620.000	23.714.000	19.437.000
Médio	um livro	43.452.000	13.152.000	14.472.000	15.828.000
Superior	um livro	3.285.000	1.005.000	1.085.000	1.195.000
CRONOGRAMA DE APLICAÇÕES					
NATUREZA	VALOR TOT.		1968	1969	1970
PESSOAL					
OUTROS CUSTOS	183.289.800		56.418.600	61.167.400	65.703.800
OBRAS					
EQUIPAMENTOS INSTALAÇÕES MATERIAL PERMANENTE					
INVERSÕES					
TOTAIS	183.289.800		56.418.600	61.167.400	65.703.800

NÍVEL PRIMÁRIO1968

Séries	Nº Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	4.337	1	4.337	5.204.400
2	2.350	1	2.350	2.820.000
3	1.905	3	5.715	6.858.000
4	1.406	3	4.218	5.061.600
5	1.000	1	1.000	1.200.000
Totais..	10.998	9	17.620	21.144.000

1969

Séries	Nº Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	4.133	1	4.133	4.959.600
2	2.416	1	2.416	2.899.200
3	2.015	3	6.045	7.254.000
4	1.530	3	4.590	5.508.000
5	1.530	1	1.530	1.836.000
Totais..	11.624	9	18.714	22.456.800

1970

Séries	Nº Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	3.972	1	3.972	4.766.400
2	2.465	1	2.465	2.958.000
3	2.120	3	6.360	7.632.000
4	1.660	3	4.980	5.976.000
5	1.660	1	1.660	1.992.000
Totais..	11.877	9	19.437	23.324.400

+ O custo médio do livro para o nível primário foi estimado em NCr\$ 1,20

OBS: As matrículas consideradas foram dos exercícios de 1969-1970 e 1971

NÍVEL MÉDIO1968

Séries	Nº de Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	1.198	4	4.792	11.021.600
2	599	4	2.396	5.510.800
3	445	4	1.780	4.094.000
4	336	4	1.344	3.091.200
5	295	4	1.180	2.714.000
6	230	4	920	2.116.000
7	185	4	740	1.702.000
Totais	3.288	28	13.152	30.249.600

1969

Séries	Nº de alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	1.237	4	5.148	11.840.400
2	672	4	2.688	6.182.400
3	513	4	2.052	4.719.600
4	373	4	1.492	3.431.600
5	333	4	1.332	3.063.600
6	248	4	992	2.281.600
7	192	4	768	1.736.400
Totais ...	3.618	28	14.472	33.285.600

1970

Série	Nº de Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	1.381	4	5.524	12.705.200
2	739	4	2.956	6.798.800
3	576	4	2.304	5.299.200
4	403	4	1.612	3.707.600
5	369	4	1.476	3.394.800
6	280	4	1.120	2.576.000
7	209	4	836	1.922.800
Totais ..	3.957	28	15.828	36.404.400

+ O custo médio do livro de nível médio foi estimado em NCr\$ 2,30

OBS: As matrículas consideradas foram dos exercícios de 1969-1970 e 1971.

NÍVEL SUPERIOR1968

Séries	Nº Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros (1.000)	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	59	5	295	1.475.000
2	49	5	245	1.225.000
3	41	5	205	1.025.000
4	35	5	175	875.000
5	17	5	85	425.000
Totais..	201	25	1.005	5.025.000

1969

Séries	Nº Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros (1.000)	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	64	5	320	1.600.000
2	54	5	270	1.350.000
3	44	5	220	1.100.000
4	37	5	185	925.000
5	18	5	90	450.000
Totais.	217	25	1.085	5.425.000

1970

Séries	Nº Alunos (1.000 pessoas)	Nº de Livros (1.000)	Total de Livros (1.000)	Total (Recursos) + (NCr\$)
1	70	5	350	1.750.000
2	58	5	290	1.450.000
3	49	5	245	1.225.000
4	41	5	205	1.025.000
5	21	5	105	525.000
Totais..	239	25	1.195	5.975.000

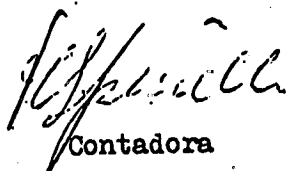
+ O custo médio do livro de nível superior foi estimado em NCr\$ 5,00

+ Temos nas tiragens para o nível superior, a constituição de um Fundo Rotativo, em virtude da venda dos livros pelo custo, a partir de 1969.

RESUMO

Receita ou Entrada	Despesa ou Saída
1 - Aviso do Banco do Brasil S.A., nº 499.212, de 17 de janeiro de 1967 . 10.000.000,00	1 - Administração 145.676,30 2 - Bibliotecas 7.452.510,32 3 - Distribuição 438.953,73 4 - Publicações 19.388,00 5 - Seminário 66.409,95 6 - Convênio 36.000,00 8.158.938,30
2 - Aviso do Banco do Brasil S.A., nº 956.213, de 7 de julho de 1967 ... 5.000.000,00	7 - Disponível Caixa 2.233,73 Banco do Brasil 6.838.827,97 6.841.061,70
15.000.000,00	15.000.000,00

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1967


Contadora

LEVANTAMENTO GERAL ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 19671 - DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO

1.1 - Aluguel	14.893,52	
1.2 - Pessoal :		
De 16.11.66 a 28.2.67	4.950,00	
De 1.3 a 30.11.67	<u>51.943,26</u>	
1.3 - Encargos Diversos	17.564,63	
1.4 - Material de Consumo	9.731,19	
1.5 - Material Permanente	37.020,93	
1.6 - Reparos e Adaptações	<u>9.572,77</u>	145.676,30

2 - BIBLIOTECAS

2.1 - Comercial	323.164,80	
2.2 - Agrícola	181.501,02	
2.3 - INEP	4.019.465,00	
2.4 - PAMP	822.362,00	
2.5 - Secundário	1.954.266,00	
2.6 - Industrial	<u>151.751,50</u>	7.452.510,32

3 - DISTRIBUIÇÃO

3.1 - Recebimento e Distribuição de Biblio tecas	149.853,73	
3.2 - Estantes	<u>289.100,00</u>	438.953,73

4 - PUBLICAÇÕES

4.1 - Folhetos - COLTED	6.350,00	
4.2 - Separatas- 1ª Semana Estudos	528,00	
4.3 - Boletim- Notícias 1	2.250,00	
4.4 - Boletim- Notícias 2	2.160,00	
4.5 - Como Organizar Sua Biblioteca	4.650,00	
4.6 - Folhetos(formato envelope- 8 págs.) ..	<u>3.450,00</u>	19.388,00

5 - SEMINÁRIOS

5.1 - 1ª Semana Estudos-COLTED (1 a 8.5.67)		66.409,95
---	--	-----------

6 - CONVÊNIO

6.1 - COLTED e Inst.Nacional do Livro		<u>36.000,00</u>
--	--	------------------

Total das Despesas

8.158.938,30

7 - DISPONÍVEL

7.1 - Caixa	2.233,73	
7.2 - Em depósito no Bco.do Brasil S/A ...	<u>6.838.827,97</u>	<u>6.841.061,70</u>

Ncr.\$ 15.000.000,00

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1967

Geraldo Martuchelli
Aux.ContábilThereza Christina V. Spinelli
Contadora

ANEXOS

Anexo Nº 1	Plano de Aplicação 1967
Anexo Nº 2	Bibliotecas já distribuídas
Anexo Nº 3	Programação das atividades
Anexo Nº 4	Bibliotecas - Recursos empenhados
Anexo Nº 5	Plano de Aplicação - Recursos empenhados
Anexo Nº 6	Plano Trienal de Educação - COLTEO
Anexo Nº 7	Balancete financeiro.

PLANO DE APLICAÇÃO - 1967

Títulos	1ª Fase R\$	2ª Fase R\$	Total R\$
FUNDEAT			
LEMP	3.750.000,00	7.500.000,00	11.250.000,00
PAMP	750.000,00	750.000,00	1.500.000,00
TOTAL	4.500.000,00	8.250.000,00	12.750.000,00
MÉDIO			
Secundário	1.600.000,00	2.400.000,00	4.000.000,00
Normal	-	1.600.000,00	1.600.000,00
Comercial	400.000,00	400.000,00	800.000,00
Industrial	160.000,00	160.000,00	320.000,00
Agrícola	160.000,00	80.000,00	240.000,00
TOTAL	2.400.000,00	4.720.000,00	7.120.000,00
SUPERIOR			
Escolas	795.000,00	83.500,00	878.500,00
Militares	-	50.000,00	50.000,00
TOTAL	795.000,00	133.500,00	928.500,00
Grandes Tiragens	4.755.000,00	(4.755.000,00)	-
Títulos Novos e Obras Especiais	-	4.196.500,00	4.196.500,00
Correios, Seminários, Prêmios e Incentivos	225.000,00	175.000,00	400.000,00
Despesas Administrativas	-	-	-
Instalações e Máquinas	75.000,00	225.000,00	300.000,00
Distribuição, Ententes e Arquivos	2.250.000,00	1.350.000,00	4.100.000,00
Publicações e Divulgações	-	200.000,00	200.000,00
TOTAL	2.950.000,00	2.450.000,00	5.400.000,00
TOTAL GERAL:	19.000.000,00	19.000.000,00	38.000.000,00

NÍVEL PRIMÁRIO - 1ª. ETAPABIBLIOTECAS JÁ DISTRIBUÍDAS

ESTADO	Nº BIBLIOTECAS	JÁ DISTRIBUÍDAS	A ENVIAR
ACRE	16	16	0
ALAGOAS	116	115	1
AMAPÁ	5	-	5
AMAZONAS	65	53	12
BAHIA	566	500	66
CEARÁ	335	298	37
DISTRITO FEDERAL	12	12	0
ESPÍRITO SANTO	103	103	0
GOIAS	193	183	10
GUANABARA	84	84	0
MADEIRA	266	276	12
MATO GROSSO	76	-	76
MINAS GERAIS	647	647	0
PARÁ	119	96	23
PARANÁ	183	183	0
PARANÁ	334	317	17
PERNAMBUCO	295	295	0
PIAUÍ	127	127	0
RIO DE JANEIRO	212	212	0
RIO GRANDE DO NORTE	89	89	2
RIO GRANDE DO SUL	331	330	1
RONDÔNIA	4	-	4
RORAIMA	3	-	3
SANTA CATARINA	104	104	0
SÃO PAULO	634	634	0
SERGIPE	59	58	1
TOTAIS	5.000	4.728	272

CONTEÚDO - PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES:

1ª ETAPA	DE	A
Distribuição de 7975 bibliotecas de nível elementar e médio	29/3/67	31/12/67
2ª ETAPA		
Seleção de títulos.....	15/3/67	6/10/67
Emissão de ordens de compra.....	6/10/67	15/11/67
Entrega de livros a Distribuidora.....	30/11/67	6/1/68
Atividades da Distribuidora.....	30/11/67	15/3/68
Última Biblioteca entregue ao destinatário.....		15/3/68
3ª ETAPA		
Utilização dos livros pelos professores e alunos.....	15/3/68	30/6/68
Seleção e Avaliação de títulos.....	30/6/68	31/7/68
Edição dos Livros - Grandes Tiragens.....	31/7/68	30/11/68
Distribuição dos Livros para uso dos alunos.....	1/12/68	15/3/69
Último Livro entregue ao destinatário....		15/3/69

RENTALIDADES - RENDIMENTOS ESPERADOS

	1ª ETAPA			2ª ETAPA			TOTAL		
	QUANTIDADE	VALOR	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
	UNID.	R\$	R\$	UNID.	R\$	R\$	UNID.	R\$	R\$
PRODUTOS									
CAPI	5.000	1.620.000	3.214.515,00	10.000	3.570.000	7.400.439,00	15.000	5.190.000	10.514.954,00
						0.222.710,00			
PAPI	1.000	350.000	730.364,00	1.000	360.000	727.253,10	2.000	710.000	1.465.617,10
						808.059,00			
SERVIÇOS									
SER/GRS	1.000	317.000	892.685,00	1.500	442.500	1.794.325,00	2.500	765.500	2.686.976,00
SER/ODS	500	112.500	644.645,00	500	113.500	665.920,50	1.000	226.000	1.310.565,50
AGRICOLA	75	55.575	147.697,27	35	13.750	89.161,50	110	47.025	227.810,85
INDUSTRIAL	200	37.300	154.446,00	200	58.500	143.675,00	200	75.800	303.119,00
COMERCIAL	300	95.000	293.943,30	300	117.000	473.725,00	600	210.800	767.669,10
FINANÇAS				1.000	352.000	2.056.758,00	1.000	562.000	2.096.758,00
RENTALIDADES				500	50.000	300.000,00	500	50.000	300.000,00
RENTALIDADES				25	5.000	50.000,00	25	5.000	50.000,00
TOTAL	7.975	2.963.175	9.936.221,97	15.045	5.119.220	14.337.251,06	23.020	7.692.500	20.323.473,45

PLANO DE APLICAÇÃO - 1967
RECURSOS EMPENHADOS

	1ª ETAPA	2ª ETAPA	TOTAL
Bibliotecas	5.936.221,57	14.337.251,83	20.323.473,45
Estantes	635.000,00	1.200.000,00	2.035.000,00
Distribuição e Protes	621.145,00	1.873.881,55	2.495.026,55
Despesas Administrati- vas, Instalações e Ma- quinas	75.000,00	225.000,00	300.000,00
Curios Seminários, Pro- rios e Incentivos	225.000,00	175.000,00	400.000,00
Publicações e Divulga- ções		200.000,00	200.000,00
Títulos Novos		4.196.500,00	4.196.500,00
TOTAIS	7.792.566,57	22.207.633,43	30.000.000,00

ANEXO 1

Modelo A - LIVROS PARA O ALUNO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO
ESTE LIVRO É PARA USO DO ALUNO
Foi doado pela COLTED e é propriedade da escola
Não estrague, nem extravia.
A boa conservação permitirá o seu uso no ano seguinte.

Modelo B - BIBLIOTECA/COLTED

MEC COLTED-COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO
PROPRIEDADE DA ESCOLA
1969
 LIVROS PARA O PROGRESSO

Em, de julho de 1969

Senhor Diretor,

Envio em anexo, para seu conhecimento, o expediente a mim encaminhado pelo sr. Diretor da COLTED e as ponderações que, a respeito, me foram solicitadas, em resposta.

Atenciosamente,

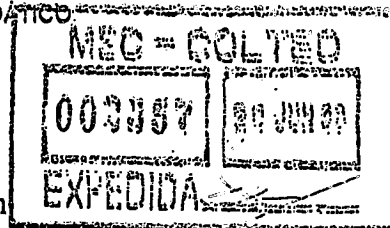
Elza M. Alves
Elza Nascimento Alves

Ilmo. Sr.
Guido Ivan de Carvalho
M.D. Diretor do INEP

Nesta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO



Em

Do Diretor Executivo da COLTED

Ào Professora Elza Nascimento Alves, coordenadora de
"O LIVRO DIDÁTICO : sua utilização em classe"
Assunto

URGENTE

RESERVADO

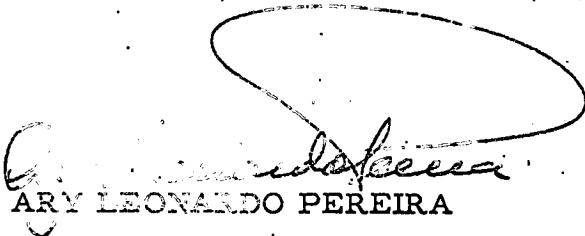
Prezada Professora :

Face às observações contidas no Documento Anexo, sobre os conceitos filosóficos contidos em "O LIVRO DIDÁTICO : sua utilização em classe", cabe-me solicitar a V.Sa. providências com a máxima urgência, para :

- 1) informar os princípios filosóficos adotados na elaboração do trabalho ;
- 2) remeter a esta Direção Executiva outros trabalhos de V.Sa., ou dos demais colaboradores da obra em questão, que contenham princípios filosóficos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Sa. protestos de estima e consideração.

ALP/lf.


ARY LEONARDO PEREIRA

Diretor Executivo

RESERVADO

BASE SOCIALISTA-RADICAL DE PUBLICAÇÃO DA
COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DIDÁTICO
(COLTED)

A publicação lançada no corrente ano pela COLTED, O LIVRO DIDÁTICO sua utilização em classe, destinada à orientação dos Professores Primários, nos Cursos de Treinamento para emprêgo dos livros a serem distribuídos a todos os alunos matriculados, nos municípios das capitais, no nível mencionado, em 1969, prega a educação em base socialista-radical, materialista: é a educação processo social em torno de valores mutáveis com a sociedade (1º período da página 5 da coleção de cópias, anexa). Não há valores superiores, transcendentais, eternos, o que importa em subordinar inteiramente o indivíduo à sociedade. Essa base contraria frontalmente os princípios democráticos, em que o Estado (representante da sociedade) serve ao Homem e não é senhor dele. Contraria frontalmente os fundamentos filosóficos da Constituição do Brasil. (Ver PONTES DE MIRANDA, Preâmbulos das Constituições, em COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1967, Tomo I, Art. 1º - 7º -, Editora Revista dos Tribunais, 1967).

A base socialista-radical, com ênfase na finalidade econômica da educação (página 3 da coleção de cópias) e inferiorização do indivíduo, poderá mesmo servir de apoio a livros semelhantes ao publicado pelo MEC, em épocas tristes para a Nação - História Nova do Brasil - de diversos autores, entre os quais NELSON WERNECK SODRÉ.

Parece, outrossim, oportuno perguntar porque um trabalho destinado a orientar o emprêgo de livros didáticos assume a grave responsabilidade de fixar, para professores, bases filosóficas da educação? E mesmo o fazendo, porque não se limitou aos fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4.024 de 20.12.1961), expostos no seu Art. 1º ? Isto porque, se os fundamentos dessa lei ignoraram as implicações filosóficas do Preâmbulo da Constituição de 1946, não autorizam, contudo, a subordinação da educação apenas aos interesses da sociedade, com robaixamento do indivíduo, e não afirmam a crença apenas em valores passageiros (materialismo). Pregação ideológica?

Fundamentaremos, ainda, a análise anterior, com as transcrições seguintes:

a. De FRANS DE HOVRE (Essai de Philosophie Pédagogique, Bru-

xelles, Librairie Albert Lewit, 1967):

"A heresia do socialismo pode ser representada pela equação:

$$\text{Socialidade} = \text{Moralidade} = \text{Religião}$$

Ante êsse erro, ergue-se a pirâmide secular da tradição cristã:

$$\text{Religião} > \text{Moralidade} > \text{Socialidade} "$$

- b. Da mesma obra, anteriormente citada, em crítica ao socialismo radical:

"O homem é um ser social não porque é homem, mas ele é homem porque é um ser social. Tal é o princípio orgânico da concepção socialista da vida".

"A vida social é a ciência suprema: o estudo da vida social é por consequência a ciência suprema".

"Só a Sociologia está em condições de resolver os grandes problemas da vida; somente ela está autorizada a construir uma filosofia da vida".

"A vida psíquica é essencialmente vida social. Em consequência só a psicologia sociológica está em condições de explicar a vida psíquica".

"O homem tem religião não porque ele é um ser dotado de razão, mas porque é um ser social".

"Moralidade, princípios morais, doutrinas morais, vida moral, são produtos da comunidade. O socialismo reduz a moralidade à sociedade".

"A educação é essencialmente um conceito social".

"Por meio dos dados da sociologia, o socialismo pretende construir uma moral científica que, independente da religião, é destinada a substituir a velha moral cristã".

"A Moral modifica-se segundo os tempos e os lugares, e sobretudo segundo o meio social. Não existe moral universal, eterna, fixa, imutável, absoluta. Tudo no mundo é relativo, proclama o socialismo".

"A mesma gangrena corrói a concepção socialista da vida e a doutrina socialista da educação".

"O homem é qualquer coisa mais que um ser social. A Sociedade não pode absorver o indivíduo integralmente. Acima dela encontra-se a personalidade humana: o homem e seu destino su-

perior, eis o fim da vida. A Sociedade é importante para manter sua própria vida.

Socializar o ideal da educação e da formação e fundir completamente o indivíduo na Sociedade é recuar em vez de progredir".

"Os pontos de vista individual e social são conexos como a alma e o corpo: eles devem servir-se e completar-se mutuamente. Neste sentido, a solução encontra-se em uma pedagogia social moderada."

"A educação cristã deve ser desenvolvida no sentido social; a educação social deve ser a profundada no sentido cristão".

- c. Trechos do trabalho Marxismo e Humanismo, da educadora russa Maria Petrossian, chefe da cátedra de Filosofia do Instituto de Engenharia e Economia de Moscou, especialista em problemas de humanismo, publicado no Jornal do Brasil de 9 e 10-4-1967:

"Outro ponto de partida da teoria marxista é o fato de que ela propõe a tarefa de alcançar o bem-estar e o desenvolvimento livre e multilateral de todos os membros da sociedade, conseqüentemente, o desenvolvimento material e espiritual de cada pessoa."

"As possibilidades de utilização do progresso técnico-científico no interesse de todos os membros da sociedade são, em realidade, inesgotáveis. Elas revelaram perspectivas sem precedentes e até agora incríveis para a transformação da natureza, criação da abundância de bens materiais, para a completa liquidação da fome e das doenças em todos os países do mundo, para a elevação do nível espiritual e do nível de cultura geral de todos os homens."

"A luta pela liberdade e pela independência nacional dos povos é uma exigência elementar do humanismo em nosso tempo, condição elementar para resolver o problema do homem."

"Dessa maneira, a compreensão marxista do humanismo encerra-se no ideal do homem física e espiritualmente altamente desenvolvido, no respeito à dignidade humana da personalidade..."

O artigo assim termina:

"Apesar de todas as contradições e divergências existentes no exame do problema do humanismo, nossa época lança entre todos os humanistas uma tarefa geral: a tarefa de como conseguir que TODAS as pessoas em todos os países do mundo possam realmente utilizar os direitos humanos, satisfazer e desenvolver suas

exigências materiais e espirituais, de como garantir o respeito à dignidade de CADA representante do gênero humano, de como garantir a vida sem exterminadoras guerras de conquistas, sem fome, sem pobreza e doenças".

Dir-se-ia tratar-se de linguagem de um convicto democrata, com ênfase em um nítido espírito cristão - TÔDAS as pessoas possam utilizar direitos humanos; garantir o respeito à dignidade de CADA representante do gênero humano. Os menos avisados, sobretudo quanto à coloração espiritualista que caracteriza os mesmos valores no mundo democrático, não perceberão a diferença profunda dos conceitos. Essa diferença torna-se clara no seguinte trecho, do início do trabalho em exame, tal como acontece com o 1º período, em relação ao último, do Conceito social da educação, do livro analisado (página 4 da coleção de cópias):

"O marxismo parte do fato de que a essência do homem é determinada não por princípios ético-abstratos, psicológicos, naturalistas ou sobrenaturais, mas sim pelo meio social, em cujas condições vive este ou aquele homem. O meio social forma as pessoas".

ANEXOS - 9 cópias xerox de O LIVRO DIDÁTICO sua utilização em classe.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1969.

Senhor Diretor Executivo da COLTEB, Cel. Ary Leonardo Pereira,

Acusamos o recebimento do ofício expedido em 20 do corrente, em que V. Sa. nos encaminha um Documento, sem assinatura, contendo observações sobre os conceitos filosóficos contidos em "O Livro Didático: sua utilização em classe".

2. O Documento, embora tenha um título abrangente "Base socialista-radical de publicação da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTEB)", não faz referências à totalidade da obra, restringindo-se à parte relativa a "Princípios Gerais", de nossa responsabilidade.

3. Só decidimos elaborar esta resposta em consideração ao pedido de V. Sa. que, por motivos que ignoramos, resolveu tomar em consideração uma acusação anônima, feita evidentemente de má fé, como poderia V. Sa. concluir pela simples confrontação com nosso trabalho.

4. Quanto à segunda parte de seu pedido, esclarecemos que não temos nenhum outro trabalho abordando temas de Filosofia da Educação. Sugerimos, também, quanto à mesma solicitação feita em relação aos demais colaboradores, entendimento direto com os mesmos, todos profissionais qualificados, com larga experiência e longa atuação no sistema público de ensino. Nosso trabalho de coordenação do volume que, como V. Sa. não ignora, constitui uma reunião das apostilas de um curso dado, foi essencialmente de natureza formal, continuando da exclusiva responsabilidade de cada um os conceitos nele emitidos.

5. Desejamos esclarecer, preliminarmente, que a crítica apresentada não pode ser considerada uma contestação ao nosso trabalho, pois isto exigiria, pelo menos, que o autor baseasse suas conclusões em princípios efetivamente expressos, considerados dentro da perspectiva global do trabalho analisado.

6. Podemos facilmente demonstrar que o autor do Documento utiliza táticas de desvirtuamento do texto na elaboração do instrumento crítico:

a) Apresentando, como afirmações nossas, citações que em absoluto não constam do texto.

b) Ignorando e omitindo em suas referências, exatamente a parte de nosso trabalho "Sistematização dos objetivos gerais da educação primária" (págs. 44 e 45), além de outros trechos contidos em páginas anteriores do mesmo capítulo, que, calcados nos ideais democráticos de educação, como foram definidos nos textos legais brasileiros pertinentes à matéria, evidenciariam, de forma irrefutável, a falta total de fundamentação das acusações feitas.

c) Tomando, como redutivas e exclusivas, abordagens puramente metodológicas, apresentadas dentro de um esquema que não constitui nenhuma inovação nossa, mas que é clássico no âmbito da educação. O estudo dos aspectos psicológicos, biológicos, sociais, históricos e econômicos da educação constam do currículo das escolas normais do Brasil e de qualquer outro país. Na fundamentação filosófica dos fins da educação não se pode deixar de levar em conta a crítica e a sistematização dos conhecimentos provenientes de todas estas áreas, quando se tem em vista a formação humana de um ser real, envolto em sua cir-

7. Passando, agora, para a comprovação objetiva do que acabamos de expor, analisaremos as afirmações a nós atribuídas e as inferências extraídas de nosso texto:

A - Parágrafo primeiro do Documento

" A publicação lançada no corrente ano pela COLTED, O LIVRO DIDÁTICO sua utilização em classe, destinada à orientação dos Professores Primários, nos Cursos de Treinamento para emprego dos livros a serem distribuídos a todos os alunos matriculados, nos municípios das capitais, no nível mencionado, em 1969, prega a educação em base socialista radical, materialista: é a educação processo social em torno de valores mutáveis com a sociedade (1º período da página 5 da coleção de cópias, anexa) * . Não há valores superiores, transcendentes, eternos, o que importa em subordinar inteiramente o indivíduo à sociedade. Essa base contraria frontalmente os princípios democráticos, em que o Estado (representante da sociedade) serve ao Homem e não é senhor dele. Contraria frontalmente os fundamentos filosóficos da Constituição do Brasil. (Ver PONTES DE MIRANDA, Preambulos das Constituições, em COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO DE 1967, Tomo I, Art. 1º - 7º, Editora Revista dos Tribunais, 1967) ".

A' - Refutação

1. As afirmações destacadas acima não constam da referida publicação e constituem pura interpretação do autor. O que contém o 1º período da pág. 5 da coleção de cópias é o seguinte: "A educação se refere ao processo social pelo qual os indivíduos adquirem os modos, crenças e padrões de sua sociedade. Como a sociedade é algo dinâmico que muda, se transforma e evolui, não é possível pensar em conservadorismo educacional, pois os modos, crenças, conhecimentos e padrões estão sujeitos ao mesmo dinamismo."

Para maior entendimento do que pretendemos expressar, transcrevemos apenas o parágrafo que se segue imediatamente a este: " Por isso os objetivos da educação refletem sempre as exigências que a sociedade, na sua organização, faz à escola."

Mesmo isolado do contexto geral que o explica, limita e define, o conceito acima expresso é fundamentalmente diverso do enunciado pelo autor do Documento. Não há nestes, nem nos demais parágrafos, nenhum conteúdo expresso ou latente que pudesse levar o autor a tais interpretações, que ele apresenta com o agravante de tentar confundí-las com afirmações por nós emitidas.

Há uma diferença essencial entre afirmar que " é a educação processo social em torno de valores mutáveis com a sociedade" e " os objetivos da educação refletem sempre as exigências que a sociedade (dinâmica e mutável), na sua organização, faz à escola."

O conceito enunciado pelo autor é reduutivo, expressa uma identificação.

Nosso conceito é amplo, expressa um raciocionamento.

Todos reconhecem que cada nova geração humana recebe das anteriores um legado que, por sua vez, transformará em alguma medida, antes de transmiti-lo às gerações seguintes. Esta acumulação de uma herança de cultura, sempre reelaborada, é o que imprime às sociedades humanas aquela plasticidade e variedade constante que as diferencia das sociedades animais. Assim, a educação se torna, ao mesmo tempo, um fator de estabilidade e de mudança social.

Os filósofos discutem os objetivos da educação em termos universais e, juntamente com os políticos, definem os ideais que os educadores devem lutar por realizar. Mas

um sistema escolar sofre a influência de grande variedade de forças dentro do con- 3
texto cultural que determina sua natureza e define os problemas que as escolas têm de
enfrentar.

Que a educação tem variado segundo os tempos e os países é fato indiscutível.
Em Atenas pretendia-se formar espíritos delicados, discreto e sutis; em Roma, homens de
ação; na Idade Média a educação foi antes de tudo cristã; no Renascimento toma caráter
mais laico e literário; atualmente a ciência tende a tomar o lugar que, antigamente, ti-
nham os estudos clássicos.

Que os conhecimentos, costumes, padrões (modelos) e crenças de uma sociedade
mudam, transformam-se e evoluem, também é inegável. E aqui explicamos o sentido geral
da palavra crença, para evitar uma conotação sistemática com valores espirituais: "cren-
ça, num sentido amplo, equivale a opinião e designa um assentimento imperfeito que, co-
mo a opinião, comporta todos os graus de probabilidade. Significa muito mais um fato sub-
jetivo do que uma afirmação de que se possa dar as razões lógicas adequadas (Dicionário
de Filosofia- Andre Lalande).

Quem admitiria hoje, como padrão ou modelo ideal de educação para os nossos
tempos, o cavaleiro da Idade Média?

A evolução dos conhecimentos científicos, derrubando crenças mais ou menos
estratificadas, acarretou mudanças profundas, com reflexos evidentes na educação. Os
métodos educativos modernos, por exemplo, só se desenvolveram quando o progresso dos
estudos psicológicos destruíram a crença de que "a criança é um adulto em miniatura", re-
velando a originalidade da infância e sua significação para o desenvolvimento posterior
do indivíduo.

Esta mudança passou a refletir-se no tamanho das classes, no tipo de edifícios
escolares e das salas de aula, nos currículos e programas dos cursos de formação de
professores, na atitude dos pais, acarretando ainda a transferência da ênfase na matéria
de ensino para a ênfase no desenvolvimento integral da personalidade da criança.

As escolas maternas foram, a princípio, um produto das novas condições sociais
surgidas na Inglaterra em consequência da incorporação de mulheres residentes em favelas,
ao operariado. Só mais tarde surgiram as justificativas pedagógicas para sua implantação
e expansão.

Disciplinas como trabalhos manuais e economia doméstica só passaram a integrar
os currículos escolares quando deixaram de ser aprendidas no lar.

Como é possível ignorar as modificações ocorridas nos sistemas escolares em
decorrência da emancipação da mulher, das novas formas de vida familiar, da proibição
do trabalho do menor, da invenção dos meios de comunicação de massas?

Os exemplos poderiam multiplicar-se até a exaustão; a literatura pedagógica
referente ao assunto é inesgotável.

Mas o reconhecimento de que não se pode equacionar o problema da educação des-
tacadamente do contexto da sociedade em que se insere ou ignorando o sentido e a direção
do desenvolvimento nacional, já extrapolou a área da discussão especificamente pedagó-
gica para tornar-se linguagem comum de todos quantos se ocupam do problema educacional,
sem que estejam, com isto, admitindo tese contrária à de que o "Estado serve ao Homem e não
não é senhor dele", como pretende o autor do Documento.

Apresentaremos apenas alguns exemplos que, pela sua procedência, são inquestionáveis.

O "Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970- Vol. I - Educação e Recursos Humanos", sob a coordenação do Dr. Edison Franco, Padre José de Vasconcelos e Dr. Arlindo Lopes Corrêa, sem ignorar os objetivos maiores da reforma do sistema educacional brasileiro, os quais estabelece à pág. 9, focaliza o problema da educação relacionando-o com o contexto da sociedade em que se situa:

Pág. 12 - "Após definir a Educação brasileira como instrumento em função dos objetivos básicos do desenvolvimento econômico e social do País, cabe examinar melhor as relações entre educação e desenvolvimento."

Pág. 26 - "Os programas escolares deverão considerar a existência da singularidade econômica e social, histórica e cultural, do processo nacional brasileiro; as peculiaridades das zonas urbanas e rurais e a existência de diferenciações sociais ligadas a níveis econômicos distintos que, embora tenham que ser necessariamente atenuadas numa perspectiva política e social, constituem, no momento, uma realidade. Os programas escolares e seu desdobramento didático, elaborados para essa sociedade, deverão concentrar-se em certas situações e temas conhecidos e vividos pela unanimidade da população escolar, dispondo, para isso, de ampla margem de flexibilidade."

Pág. 35 - "Prolongando a educação fundamental básica, nem por isso o ginásio polivalente abstrairá as exigências do meio em que se insere, em torno do qual, forçosamente, deverá girar a planificação e a programação do chamado ensino médio".

Pág. 106 e pág. 107 - "Ainda, em sua condição de verdadeiro "poder espiritual", a Universidade só poderá exercer, com eficácia, essa "magistratura do espírito" articulando-se, num sistema de influências recíprocas, com todos os outros poderes da cultura, incluindo também o Estado.

Doutra forma, desanraigada do solo cultural que a nutre, ela se esteriliza, permanecendo à margem da realidade como instituição omissa e inútil".

....." pois a Universidade atuante há de ser o lugar de confrontação o, ao mesmo tempo, de conciliação, também dialética, dos conflitos de gerações, da cultura que nela se produz com a sociedade global; é não somente o lugar privilegiado da transmissão de uma herança cultural mas o instrumento da renovação e mudança." (O grifo é nosso).

Fora da área governamental, muitas referências poderiam também ser invocadas.

Por exemplo, a publicação recentemente editada "A Educação que nos convém", APEC, abril de 1969, divulga os resultados de um "forum" em que conferencistas e debatedores qualificados e com experiências profissionais diversas, colocam o problema da educação nacional dentro de uma visão integrada. São desta publicação os trechos abaixo transcritos:

Pág. 12 - Prof. Paulo de Assis Ribeiro:

" Com essas considerações preliminares, passo à apresentação de alguns indicadores relativos aos aspectos geográficos, demográficos e do mercado de trabalho e às características sociais, econômicas e financeiras do país, os quais podem e devem ser considerados como condicionantes do nosso sistema educacional."

Págs. 83 e 84 - Prof. Suzana Gonçalves:

" Sendo (a Universidade) essencialmente dinâmica e para se conservar autêntica, cumpre-lhe traduzir o sentido e as aspirações de cada cultura e de cada momento dado".

" Mas convém não esquecer que, se a sociedade reage sobre a educação também a

educação reage sobre a sociedade, como um dos processos mais eficazes de mudança de sua estrutura".

Págs. 159/165 - Ministro Luis Gonzaga do Nascimento Silva

"Mas ainda que conservando objetivos e processos que são universais e, pode-se dizer, intemporais, a educação é um processo da vida. Destinando-se à formação do homem, a fazê-lo adquirir um modo de comportamento para uma atuação na sociedade em que vá viver, e a resolver os problemas que esta lhe vá propor, não se pode compreender a educação destacadamente das formas de vida social e da circunstância histórica e sociológica".

"O planejamento educacional deve ser inevitavelmente associado aos objetivos da Sociedade, aos fins que esta se propõe atingir, às suas formas vivenciais próprias".

"Pode-se dizer que, como todas as outras formas de pensamento e cultura, a ética está submetida a um esforço de reconstrução, em face dos novos problemas que um mundo em transformação gera incessantemente".

Referimo-nos ainda à publicação da UNESCO "Le contexte social de la planification de l'Éducation" que, à pág. 31, expressa: "L'école préserve des valeurs anciennes à côté des nouvelles; elle stabilise les nouvelles structures sociales en même temps qu'elle stimule la réceptivité au changement."

Na Encíclica Populorum Progressio, Sua Santidade o Papa Paulo VI afirma: "mas o homem só é homem quando integrado no seu meio social, onde a família desempenha um papel de primeira ordem."

2. Não poderíamos igualmente ter afirmado ou deixado implícita a afirmação de que "não há valores superiores, eternos, transcendentais, o que importa em subordinar inteiramente o indivíduo à sociedade", sob pena de incorrerem em absurda contradição com o que expusemos à pág. 44:

"Sistematização dos objetivos gerais da educação primária"

Do que ficou dito sobre as vantagens de objetivos bem detalhados ou específicos não deve resultar a impressão de que não é correto ou não é próprio considerar objetivos educacionais sob um ponto de vista mais geral. Os objetivos específicos decorrem dos objetivos gerais e apenas procurou-se chamar a atenção para a utilidade prática, em relação ao professor, do uso de uma linguagem mais clara e mais precisa.

Os textos legais brasileiros afirmam claramente que a educação é direito de todos, apontando como um de seus fins "o desenvolvimento da personalidade humana e sua participação no bem comum". Conclui-se, pois, que a educação deve promover todos os homens na medida da capacidade de cada um, assegurando a todos as condições necessárias às funções que irão desempenhar na sociedade.

Em trabalho elaborado pela EATEP (Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário - Convênio MEC-INEP-USAID) - Objetivos Educacionais - são assim fixadas as responsabilidades da educação primária, tendo em vista estabelecer as tarefas necessárias à realização dos propósitos nacionais relativos à educação:

Deverá desenvolver nas crianças em idade escolar primária:

Alfabetização funcional

- 1) Desejo de tornar-se um membro capaz de uma sociedade decorativa.
- 2) Conhecimento, capacidade e habilidade necessários a uma comunicação eficiente, seja ouvindo, falando, lendo ou escrevendo.

- 3) Capacidade de raciocinar sobre problemas de ordem numérica e de solucioná-los corretamente.
- 4) Capacidade de aplicar raciocínios lógicos a problemas de caráter social, político ou econômico.
- 5) Capacidade e desejo de aplicar estas atitudes e habilidades:
 - a) conservando-se informado sobre eventos locais, estaduais, nacionais e mundiais;
 - b) torcendo-se um participante ativo em assuntos da comunidade, do Estado e do País.

Saúde e eficiência física

- 1) Apreciação do valor da eficiência física e da saúde.
- 2) Conhecimento, habilidades e hábitos necessários ao controle de doenças, à segurança e à recreação.

Competência política e social

- 1) Valores morais e espirituais.
- 2) Conhecimento de História, Geografia e Governo.
- 3) Atitudes, habilidades e hábitos de cooperação.
- 4) Dedicação aos ideais democráticos da sociedade brasileira.

Competência econômica

- 1) Desejo de utilizar ao máximo suas potencialidades.
- 2) Base sólida sobre a qual o treinamento profissional ou vocacional possa ser edificado.
- 3) Compreensão das oportunidades econômicas.
- 4) Apreciação da importância da produtividade em todos os níveis, para si e para a Nação.*

Nas págs. 31 e 33 encontram-se, respectivamente, as seguintes referências a objetivos gerais da educação:

"Visando ao objetivo de formação, a escola não pode preocupar-se exclusivamente com a aquisição de conhecimentos, mas dirigirá sua atuação para a capacidade de conquistá-los e enriquecê-los, para a aquisição de habilidades e instrumentos do estudo, para o desenvolvimento de ideais, atitudes e hábitos necessários a uma vida mais feliz, mais útil e produtiva, tais como: ideais de liberdade, justiça social, respeito à dignidade humana, confraternização entre os povos; hábitos e atitudes de responsabilidade, cooperação, reflexão, iniciativa, perseverança, assiduidade, etc. "

"Todas (as crianças) deverão encontrar na escola condições favoráveis de desenvolvimento físico, intelectual, moral, emocional; terão que ser preparadas para agir convenientemente como membros dos vários grupos sociais de que fazem parte, como cidadãos e futuros trabalhadores"

" Cabe, pois, ao professor fixar o fim a buscar, o ponto de onde partirá e os meios a utilizar, para que esse processo se desenvolva adequadamente.

A Filosofia da Educação e o estudo da sociedade lhe darão os fins gerais. O estudo das matérias escolares fornecerá os fins específicos. A Psicologia escolarizará sobre as necessidades infantis, os interesses e as características da criança nas várias idades, a natureza da aprendizagem e das diferenças individuais, etc."

B - Parágrafo segundo do Documento

* A base socialista-radical, com ênfase na finalidade econômica da educação (página 3 da coleção de cópias) * e inferiorização do indivíduo, poderá mesmo servir de apoio a livros semelhantes ao publicado pelo MEC, em épocas tristes para a Nação -

* Pág. 24 da Publicação

História Nova do Brasil - de diversos autores, entre os quais NELSON WERNECK LUDRÉ."

B' - Refutação

Aqui o autor do Documento se deixa também arrastar para interpretações e conclusões tão gratuitas quanto anacrônicas.

Somente alguém alionado de sua época poderia atribuir a um texto conotação "socialista-radical, com ênfase na finalidade econômica da educação e inferiorização do indivíduo", apenas porque aborda os temas "educação como investimento" e "Produtividade da escola primária".

Quando afirmamos:

"A educação é atualmente considerada como o problema que se liga de modo mais direto às condições que determinam o desenvolvimento global da sociedade moderna".

"Os economistas de hoje encaram a educação como o melhor investimento ou emprego de capital. A capacidade produtiva do homem educado é tão superior à do deseducado que os gastos com sua educação podem ser, cedo, recuperados".

"Os dados constantes do quadro acima indicam a baixa produtividade da escola primária brasileira, em consequência do pesado ônus da reprovação e da repetência".

"Para que os investimentos em educação não fiquem, entretanto, condenados a uma semi-esterilidade, é preciso que a educação alcance um certo grau de difusão e de qualidade",

estamos apenas falando a linguagem do tempo, aplicando uma terminologia adotada por educadores, planejadores, administradores, economistas e políticos de todas as nações democráticas e cristãs e já incorporada aos documentos originários da área governamental.

Senão, vejamos:

a) Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Educação (I) - Diagnóstico Preliminar.

A simples leitura do índice é suficiente para comprovar nossa afirmativa:

- Demanda e oferta de educação no Brasil.....	pág. 33
- Prestação de serviços do sistema educacional.....	" 49
- Produtividade no sistema educacional brasileiro.....	" 109
- Pesquisas sobre economia da educação.....	" 179

b) Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970:

Pág. 25 - "A reforma do ensino primário deverá compreender alterações no currículo e no programa do ensino fundamental comum"....." Os grandes objetivos da reforma de currículos e programas serão:

- maior aproveitamento e rentabilidade do sistema de ensino;
- adequação do estudo à fase de mudança social que atravessa o País;
- entrosamento do ensino primário com o novo sistema educacional integrado;
- observação das exigências pedagógicas bem sucedidas, acumuladas em regiões de estrutura econômica e social análogas à do Brasil".

Pág. 61 - "Tendo em vista a necessidade de integrar os aspectos social, cultural político e econômico, para projetar as principais metas educacionais do Programa Estratégico

gico foi utilizado um modelo misto, que se desenvolveu segundo duas abordagens: uma predominantemente econômica - para os níveis superior e colegial, e outra cultural - para o ginásial e o primário.

Na abordagem econômica foram consideradas as projeções de crescimento do produto, produtividade e emprego setoriais que, além das comparações internacionais realizadas, forneceram a demanda de mão-de-obra e o respectivo nível educacional por setor de atividade".

Pág. 78 - " Em todos os casos, partiu-se de uma estimativa sobre a demanda, em 1976, para os diversos tipos de mão-de-obra e obteve-se o ritmo de sua incorporação anual ao mercado de trabalho. A seguir, estas incorporações foram traduzidas em termos de produção do sistema educacional e, finalmente, obteve-se uma programação de matrículas para cada especialidade".

Também a UNESCO, através do "Institut International de Planification de l'Éducation" já publicou vários trabalhos em que trata do assunto sob os pontos de vista conceptual e metodológico.

Juntamos cópia de um trecho do livro " O valor econômico da educação", de Theodore W. Schultz, patrocinado pela Fundação Ford, em que o autor, uma das maiores autoridades na matéria, conceitua os valores da instrução numa estrutura de análise econômica.

Anexamos ainda reproduções de alguns trabalhos sobre o assunto, elaborados por peritos americanos que integraram a "Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário", convênio MEC-INEP-USAID.

Finalmente, transcrevemos a conclusão a que chegou o Prof. J. de Bardt, da "Université Catholique de Lille", em documento básico apresentado no "Seminário Católico Internacional sobre Planejamento da Educação", realizado em Louvain de 10-12 de setembro de 1964:

" Pour différentes raisons, les incidences économiques relatives des différentes formes d'éducation doivent être prises en considération,

- parce qu'en raison de la rareté des ressources, la rentabilité des investissements entre nécessairement en ligne de compte;

- parce que, de toute manière, un choix doit être fait;

- parce que, même si la finalité de l'enseignement est non économique, cet enseignement a des répercussions économiques;

- parce que, comme l'a souligné M. Lindemann, l'enseignement n'est pas simplement une question de formation individuelle, mais est aussi un problème social;

- parce que, et c'est mon dernier mot, l'enseignement a besoin de ressources et que seul, le développement économique peut les créer."

C - Parágrafo terceiro do Documento

"Parce, outrossim, oportuno perguntar porque um trabalho destinado a orientar o emprego de livros didáticos assume a grave responsabilidade de fixar, para professores, bases filosóficas da educação? E mesmo o fazendo, porque não se limitou aos fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? Isto porque, se os fundamentos dessa lei ignoraram as implicações filosóficas do Preâmbulo da Constituição de 1946, não autorizam, contudo, a subordinação da educação apenas aos interesses da sociedade, com rebaixamento do indivíduo, e não afirmam a crença apenas em valores passageiros (materialismo) . Pregação ideológica?

C - Refutação

Torá o autor lido todo o nosso trabalho? Preferimos acreditar que não o tenha feito com a devida atenção e considerar seja esta a única razão de suas indagações, tão absurdas estas nos pareçam.

A resposta à sua primeira questão encontra-se à pág. 49 da publicação:

"Considerando livro-texto como um suporte para o trabalho desenvolvido por professores e alunos, não pode constituir um elemento isolado dentro do contexto escolar. Por isso objetivamos, com esta recapitulação, destacar os princípios básicos que devem orientar a elaboração do livro, a fim de que ele possa manter uma correlação positiva com os demais componentes do processo educativo. O livro-texto deve:

- a) Ser coerente em relação aos objetivos da educação primária nas várias etapas
- b) Levar em conta as características infantis nas várias idades (interesses, conhecimentos, experiências, habilidades).
- c) Atender à natureza e princípios da aprendizagem.
- d) Oferecer oportunidades de aprendizagem para estudantes com aptidões e interesses diferentes.

e) Atender aos aspectos básicos da matéria nos diferentes níveis e etapas da aprendizagem.

f) Refletir o que há de melhor e mais atualizado quanto a conteúdo e método.

g) Ser acompanhado, sempre que necessário, de manual para orientação do professor, adaptado, por sua linguagem, profundidade e graduação, aos tipos de professores a que pretende servir."

O item g) diz respeito ao que está expresso na pág. 44, 45 e 48.

Lo que se refere aos demais aspectos tratados pelo autor do Documento, cremos estejam suficientemente explicados na refutação ao segundo parágrafo, parte 2.

Quanto à reprodução que se segue no Documento, de trechos do livro de Frans de Hoore (Essai de Philosophie Pédagogique, em crítica ao socialismo radical, acreditamos que o autor da denúncia extravasou no relacionamento das afirmações transcritas do filósofo francês e as expendidas em nosso trabalho.

D - Conclusão a que chega o autor do Documento

Depois de transcrever trechos do trabalho "Marxismo e Humanismo", da autora russa Maria Potrescian, o autor do texto realmente requintado na arte do infundado e absurdo:

"Dir-se-ia tratar-se de linguagem de um convicto democrata, com ênfase em um nítido espírito cristão - Todas as pessoas possuem direitos humanos; garantir o respeito à dignidade de CADA representante do gênero humano. Os mesmos avisados, sobretudo quanto à coloração espiritualista que caracteriza os mesmos valores no mundo democrático, não perceberão a diferença profunda dos conceitos. Esta diferença torna-se clara no seguinte trecho, do início do trabalho em questão, tal como aconteceu com o 1º período, em relação ao último, do Conceito social da natureza, do livro analisado (página 4 da coleção de cópias):

"O marxismo parte do fato de que a consciência do homem é determinada não por princípios ético-abstratos, psicológicos, naturalistas ou sobrenaturais, mas sim pelo meio social, em cujas condições vive este ou aquele homem. O meio social forma as pessoas.

Observação nossa: O trecho acima transcrito é do trabalho de Maria Potrescian.

D' Conclusão a que chegamos

Parece estar carecendo ao censor uma perspectiva do desenvolvimento das teorias pedagógicas, tendendo êle para uma visão redutivista do fenômeno educacional, quando nas sociedades ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra, França, etc.) a norma que vai cada vez mais prevalecendo é a da integração, da visão global desse fenômeno. É essa perspectiva da educação a serviço do desenvolvimento global do homem, considerado não só em sua dimensão espiritual mas também em seu condicionamento biológico, psicológico, sócio-cultural e econômico, a diretriz que procuramos imprimir ao nosso trabalho.

A esta conclusão chegaram os educadores católicos reunidos no já referido "Seminário sobre Planejamento da Educação" :

"L'évolution de la vie en société augmente la complémentarité entre les objectifs individuels et sociaux,

Or, l'éducation chrétienne de l'homme doit comprendre la prise de conscience des besoins individuels et sociaux de son temps et de son évolution,

Dès lors, tout l'ensemble des sciences humaines est appelé à collaborer étroitement à la définition des exigences et des modes de réalisation de l'éducation, ainsi comprise, et par voie de conséquence à l'élaboration d'une planification de l'éducation et de l'enseignement".

É esta ainda a posição assumida pelo Governo revolucionário:

"O Programa Estratégico adota uma visão integrada da Educação Assinalando a sua função de liderança espiritual e de instrumento de transformação social dentro do quadro democrático, compreende a sua dimensão sócio-cultural e econômica", (pág. 9 do Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970).

Em Lógica, qualquer inferência é válida quando justificada pelas evidências apresentadas em seu apóio. Por sua vez é verdadeira quando exprime os fatos como eles são.

No Documento crítico, as inferências do autor não satisfazem a nenhuma dessas condições, não sendo, por isso, nem válidas nem verdadeiras.

Eis o que, em resposta a V.Sa., concordamos em dizer como refutação ao gratuito e anônimo "Documento", motivador de sua recomendação.

Ao fazê-lo, temos em vista o respeito que V.Sa. nos merece, proporcionando-lhe os esclarecimentos de que eventualmente careça para proteger da calúnia insidiosa a publicação e, conseqüentemente, o próprio Órgão que a editou.

Ao fazê-lo, objetivamos também expressar nossa repulsa à qualificação de socialista-radical-materialista invocada contra um texto de nossa autoria, uma vez que sempre pautamos nossa vida particular e pública pelos ideais cristãos e democráticos.

Cordialmente,

Travessa Guimarães Natal, 12 - Copacabana

Prep. by: Charles Turner

FOR TEAM CONSIDERATION

Date: June 26, 1967

OBJECTIVES of
PRIMARY EDUCATION

The Purpose of Objectives

Regardless of the nature of a society, the purpose of education in the society is to advance the aims of that society. In a democratic society it is essential that education enhance the well-being of the individual members of the society since a major concept of democracy is that the well-being of its members is essential to the success of the society as a whole. If these purposes can be accomplished, education must be viewed as one of the most profitable investments that a democratic nation can make. It is only within recent years that human resources have been counted among the assets - or liabilities - of a nation. It is in this area of the aggrandizement of human resources that a developing nation can make its greatest progress leading to self-sufficiency and economic, political and social independence.

To achieve these ends, the purposes of education must be well defined and must clearly support the aims of the society. Further, it is imperative that these objectives be clearly understood and have the commitment of all personnel responsible for education if inefficiency and waste is to be avoided. To attempt to plan and to implement an educational program without a clear understanding of what the program is expected to produce is as impossible as it would be for a contractor and his large group of workers to construct a large and complicated factory building without a blueprint.

The Purposes of Primary Education

The following rough-draft chart attempts to place the objectives of primary education in this frame of reference. No brief is held for all items listed - perhaps some essential ones have been omitted and some of lesser importance have been included - but careful consideration of the relationships which are shown, and the frame of reference within which the objectives are established is urgently solicited.

These objectives are based on certain assumptions about which the writer has strong convictions. It does not follow that these assumptions are necessarily true, and disagreement with the assumptions would, of course, lead to disagreement with the objectives. These assumptions are:

1. Education must become increasingly mandatory for all children and youth who are capable of profiting by it to the end that "each becomes all he is capable of being".¹⁾
2. The primary school must provide the base upon which the total educational program of a state is built - so this base must be a solid one.

1) Motto of State University of New York

OS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Objetivos Nacionais

O propósito essencial da educação pública em qualquer nação ou sociedade é o de alcançar os fins a que se propõe essa nação ou sociedade. Uma vez que o Brasil é uma democracia, torna-se essencial que a educação intensifique também o bem estar individual do cidadão - sendo que um dos principais conceitos de democracia é o de que o bem estar do indivíduo é imprescindível para o sucesso da nação.

Pode ser documentado, por textos legais e outras fontes, que no Brasil - uma nação em desenvolvimento - os objetivos que se seguem são extremamente importantes:

1. Melhoria do bem estar econômico do povo pelo aumento da produtividade, o que redundará em mais alta renda "per capita" e em distribuição mais equitativa da riqueza.
2. Melhoria do bem estar social pela elevação dos padrões de vida, das condições da saúde e dos serviços sociais.
3. Melhoria dos padrões cívicos pela participação ativa de uma cidadania esclarecida.

É do consenso geral a aceitação do papel da educação como força motivadora poderosa na realização das mudanças necessárias a consecução das metas nacionais de desenvolvimento. Deve, por isso, a educação ser encarada como investimento, e como tal ser tratada. Os recursos nacionais investidos na educação bem planejada e executada pagam dividendos sob a forma de aumento da produtividade da nação, da renda "per capita", bem como por meio de maior competência social e política.

Objetivos Estaduais

Os objetivos estaduais não diferem, em essência, dos objetivos nacionais, uma vez que devem seguir as diretrizes dos documentos legais do país, e atender as metas previstas nos planos nacionais de Educação. No entanto, a diferença nas necessidades específicas de cada Estado pode acarretar diferenças na forma de realização de seus objetivos educacionais. Certamente, uma lista de necessidades prioritárias, de qualquer estado brasileiro inclua os seguintes:

1. Crescimento tão grande quanto possível da percentagem de pessoas funcionalmente alfabetizadas, em boas condições de saúde física e mental, imbuídas de uma consciência social e política.
2. Número suficiente de pessoas preparadas para o exercício da liderança no governo, na esfera social (inclusive educação), no trabalho em geral.
3. Grupo suficiente de pessoas profissionalmente competentes.
4. Número adequado de técnicos altamente capacitados.

Data: 22 de agosto de 1967

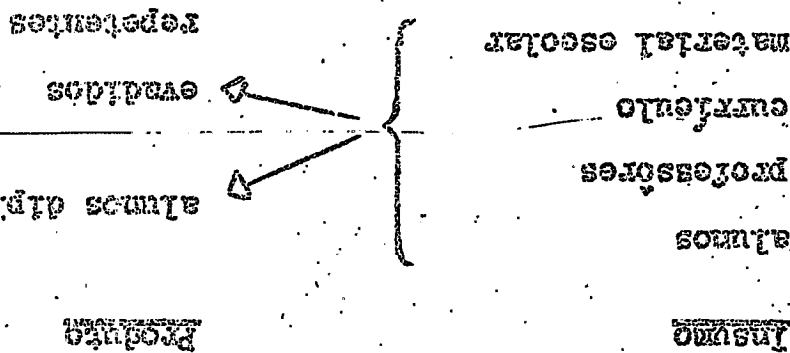
Preparado por: Harry White

Traduzido por: C. Vieira

GUIA PARA A ANALISE DE PROBLE-
MAS DE PESQUISA E AVALIAÇÃO

QUADRO DE REFERENCIA

Pode-se descrever um sistema educacional como sendo cons-
tituído por insuño e produto. Um sistema educacional eficiente e
aquele que tem um máximo produto para um insuño dado. Tanto o in-
suño quanto o produto devem ser medidos pela quantidade e pela qua-
lidade. O insuño consiste de quatro elementos (alunos, professores,
currículo e material de ensino) e duas dimensões (tempo e espaço).
O produto consiste nos alunos diplomados. A qualidade pode ser me-
dida pela soma de conhecimentos adquiridos pelos alunos em relação
aos recursos dispendidos. Uma vez que a evasão e a repetência in-
trem no produto (alunos diplomados), estes fenômenos tornam-se meios
para determinar a eficiência do sistema.



QUESTÕES

Usando o quadro de referência acima, surtem as seguintes
questões:

June 22, 1967

FOR DEAN CONSIDERATION

by: H. R. White

Revised by: H. R. White

The Costs of Dropout and Repetition
Brazilian Primary Education

PROBLEM

The 1954 School Census revealed that of 100 children who entered first grade in 1961 only 16 completed fourth grade in 1964. Apparently, during the course of four years, 84 percent of first grade entrants either dropout or remain behind repeating. What is the cost of such dropout and repetition? This is the question to which this paper is addressed.

ASSUMPTIONS

Before answering this question certain assumptions should be clarified. Properly administered, education is an item of investment as well as an item of consumption.¹ Resources flowing from the economy to the educational system are returned with interest to the economy. This return and interest takes the form of increased production. This increased production occurs when the education system supplies the economy with trained manpower or trainable manpower (manpower that can be readily trained by industry itself).

If the resources flowing from the economy are only to a limited extent converted into trained or trainable manpower the education system is in that extent a drain on the economy. On the other hand, if the resources flowing from the economy are to a large extent converted into trained or trainable manpower then to that extent a spiraling growth cycle results. But an efficient system is one which is efficient in converting resources into trained or trainable manpower. Some people leave the

1. For a discussion of this assumption see Theodore Schultz, *Manpower Resources* (Cambridge, Mass., 1964).

Preparado por: C. Turner

Data: 11/4/1967

Traduzido por: JDD

Data: 14/4/1967

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL
(Trabalho para consideração do grupo)

OBJETIVOS
NACIONAIS

Os objetivos nacionais de qualquer nação democrática em desenvolvimento enquadram-se nas três categorias que se seguem:

1. A melhoria do bem-estar econômico do povo pelo aumento da produção, o que redundará na mais alta produção per capita e na distribuição mais equitativa da riqueza.
2. A melhoria do bem-estar social pela elevação dos padrões de vida, melhoria da saúde física e mental e dos serviços sociais.
3. A melhoria do bem-estar político pela participação ativa de uma cidadania esclarecida.

A educação, conforme crença geral, é a força motivadora mais poderosa na realização das mudanças que levam à consecução destes objetivos nacionais. Depreende-se, portanto, que a educação deve ser considerada como um investimento, planejado cuidadosamente e executada como empresa importante. Os recursos nacionais investidos na educação eficiente pagam dividendos em espécie, pelo aumento da produtividade da nação, da renda per capita, bem como por meio de melhor competência social e política.

OBJETIVOS
ESTADUAIS

Os objetivos de um estado não diferem dos objetivos da nação de qua faz parte, embora possa haver diferença nas necessidades específicas desse estado e na maneira pela qual seus objetivos são conseguidos.*As questões que precisam ser levantadas em cada estado são:

Quais são as maiores necessidades de um estado para aumentar seu bem-estar social, econômico e político?

De que maneira pode a educação primária contribuir para a satisfação destas necessidades?

Uma vez que a educação diz respeito a pessoas, estas questões precisam ser respondidas em termos de recursos humanos. Certamente,

Trecho extraído do livro "O valor econômico da educação", de Theodore W. Schultz, patrocinado pela Fundação Ford - Zahar Editores, traduzido da segunda impressão, publicada em 1964 por Columbia University Press, de Nova York, 1964 págs. 22 e 23

Qual o valor da instrução? Uma torrente de vozes responderá: "É moral; apura o gosto e proporciona às pessoas real satisfação. É vocacional; desenvolve habilidades; eleva as rendas e representa um investimento humano". Nossa tarefa é considerar estes e outros valores da instrução numa estrutura de análise econômica.

No instante, porém, em que se perceber que o valor econômico da instrução está sendo focalizado, haverá muitos protestos por parte daqueles que acreditam que fixar um "preço" para a educação é aviltá-la. "Qualquer que seja o seu procedimento, no estudo da educação, não procure avaliar a dignidade dessa educação em termos econômicos". É uma fórmula que expressa uma radicada apreensão. Esta apreensão não resiste à menor análise. Embora seja verdadeiro que alguns aspectos do conhecimento econômico são utilizados como armas políticas (69), não há nenhuma razão para acreditarmos que a educação seja mais vulnerável a esse respeito do que outras formas de empreendimento.

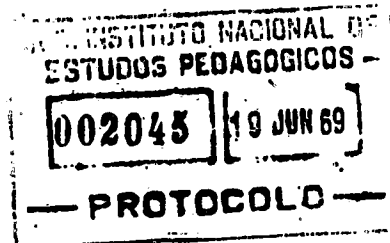
No entanto, persistirá a crença de que os méritos da instrução não devem ficar sujeitos à Economia, pelo menos, indubitavelmente, até que os estudos dos economistas consigam provar que isso não é verdade. Não obstante, será útil examinarmos uma decorrência desse fato: mais propriamente a distinção que se procura fazer amiúde quanto aos atributos "culturais" e "econômicos" da instrução. Implícita, nesta distinção, existe uma dicotomia que isola a cultura da economia, ou a arte de viver, sob o aspecto cultural do hábito de prover a subsistência, o que é incompatível com a cultura. Esta dicotomia, de qualquer maneira, repousa em um conceito de cultura, não difundido e extremamente acanhado. Um amplo e compreensivo conceito de cultura não exclui as atividades de produção e consumo, tão focalizadas pela análise econômica. A maneira pela qual o povo obtém a sua subsistência constitui, em geral,

(69) "Investment in Human Capital: Reply", American Economic Review, LI (dezembro de 1961), 1035-39

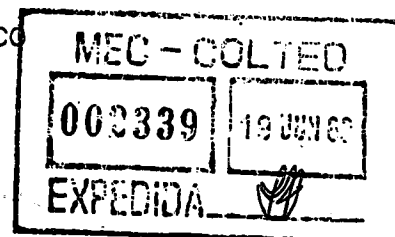
uma parte integrante da cultura. Etimologicamente, em latim, cultura significa lavar e cultivar. E, onde o crescimento das espigas se realiza, temos a agricultura. O que deve ser, aqui, considerado é que a maneira pela qual as pessoas provêem o seu sustento e a economia de que se beneficiam, neste setor, constituem uma parte essencial e importante da cultura de um povo. Assim é a ciência e a tecnologia, nas universidades e por toda a moderna economia. Também, se toda a instrução fôsse destinada a fins morais ou a refinamento do gosto, ela não seria gratuita. Nos Estados Unidos, conforme já foi observado, essa instrução absorve, anualmente, mais de trinta bilhões de dólares e o bem-estar atingido é, presumivelmente, proporcional à soma investida. Há muito campo, aqui, destinado à atuação dos economistas. Concluo, portanto, este comentário, observando ser uma distorção considerar a economia como se ela não constituísse uma parcela da cultura de uma comunidade. Recíprocamente, constitui uma distorção considerar a cultura como se ela não contivesse implicações econômicas; as despesas com propósitos morais ou refinamento do gosto não fogem à análise econômica.

.....

-*-*-*-*-*-*-*-*-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO



Em

Do Diretor Executivo da COLTED

Ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Prof. Ivan Guido
de Albuquerque
Assunto "Convite"

Senhor Diretor :

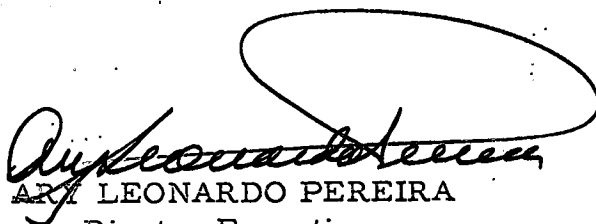
Temos a honra de convidar V. Sa. para participar da reunião do Colegiado da COLTED a realizar-se no dia 19 do corrente, às 17.00 horas no gabinete do Sr. Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura.

Constará da pauta da reunião :

- Relatório periódico das atividades da COLTED
- Apreciação do Manual de Serviços da COLTED.

Antecipando agradecimentos pela atenção que dispensar ao nosso convite, apresentamos a V. Sa. nossos protestos de alta estima e consideração.

ALP/lf.


ARY LEONARDO PEREIRA
Diretor Executivo

J. EP. Nascimento foi avisado.

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO - CBPE
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — MEC* — 1968

Escola
Cidade Estado
Turma
Nome do aluno

PARTE 1

LINGUAGEM

I — Leitura Silenciosa

A. MODELO



uvas



bola



sino



pato

1 —



tijolo



roda

2 —



moeda



fita

3 —

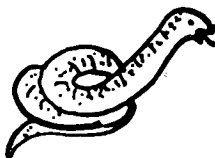


pião



cobra

4 —

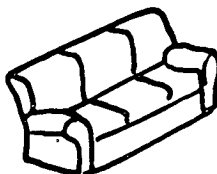


galo



vaca

5 —



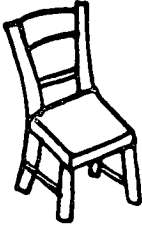
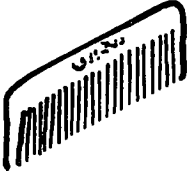
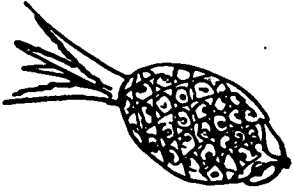
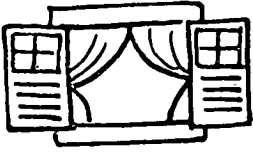
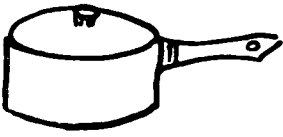
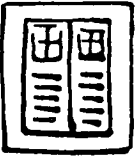
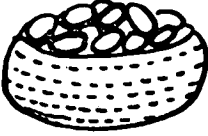
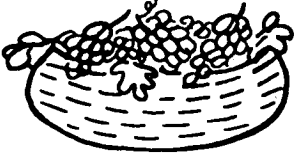
soldados



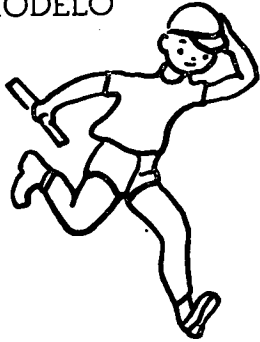
chapéu.

6 —

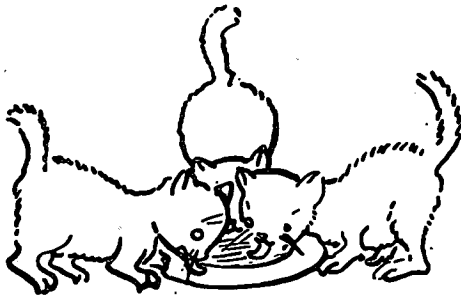


B — Modelo  ☐ fato ☐ faca ☐ fala ☐ lava	 ☐ boné ☐ boneca ☐ botão ☐ boi	 ☐ café ☐ cama ☐ caneca ☐ cadeira
 ☐ gavião ☐ garrafa ☐ galho ☐ galo	 ☐ peteca ☐ pedaço ☐ penca ☐ pente	 ☐ salada ☐ sábado ☐ sapato ☐ salame
C — Modelo  ☐  ☐  ☐		
Bola de futebol  ☐  ☐  ☐		
Janela aberta  ☐  ☐  ☐		
Bebê deitado  ☐  ☐  ☐		
Cesto com bananas  ☐  ☐  ☐		
Rato correndo  ☐  ☐  ☐		

D. MODELO



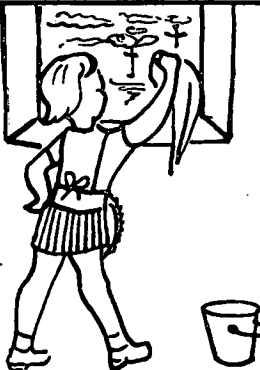
- ☐ Eva está de chapéu.
- ☐ Paulo está correndo.
- ☐ Eva dá a laranja a Paulo.



- ☐ Mimi está dormindo.
- ☐ Os gatinhos bebem leite.
- ☐ O rato come queijo.



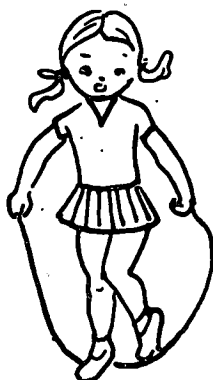
- ☐ Fábio joga bola.
- ☐ O menino está lendo.
- ☐ João veste a blusa.



- ☐ A menina está sentada.
- ☐ José pula a fogueira.
- ☐ Diva limpa o quadro.



- ☐ A moça segura uma caixa.
- ☐ É dia de chuva.
- ☐ O sol brilha no céu azul.



- ☐ Helena passa a roupa.
- ☐ O pião caiu na água.
- ☐ Gilda pula corda.

MATEMÁTICA

I — CÁLCULOS

A — Some

a) $2 + 2 =$	b) $1 + 7 =$	c) $4 + 5 =$
d) $6 + 0 =$	e) $3 + 4 =$	f) $6 + 5 =$
g) $1 + 4 =$	h) $4 + 2 =$	i) $5 + 3 =$
j) $0 + 7 =$	l) $3 + 9 =$	m) $5 + 1 + 3 =$
n) $7 + 1 + 2 =$	o) $\begin{array}{r} 11 \\ + 21 \\ \hline \end{array}$	p) $\begin{array}{r} 80 \\ + 20 \\ \hline \end{array}$

B — Subtraia

a) $5 - 4 =$	b) $6 - 1 =$	c) $8 - 8 =$
d) $9 - 5 =$	e) $7 - 4 =$	f) $9 - 7 =$
g) $10 - 4 =$	h) $8 - 1 =$	i) $4 - 2 =$
j) $7 - 5 =$	l) $4 - 3 =$	m) $9 - 2 =$
n) $12 - 6 =$	o) $\begin{array}{r} 86 \\ - 32 \\ \hline \end{array}$	p) $\begin{array}{r} 50 \\ - 20 \\ \hline \end{array}$

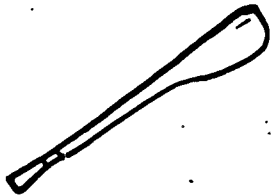
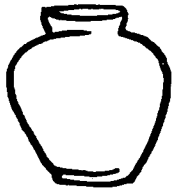
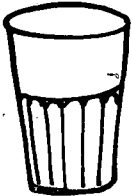
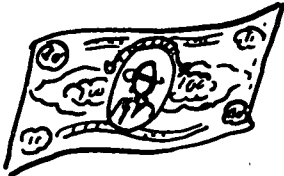
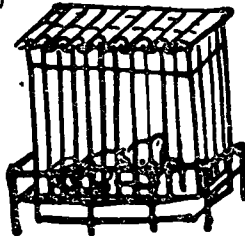
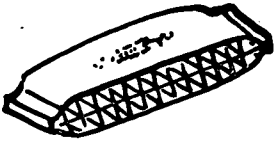
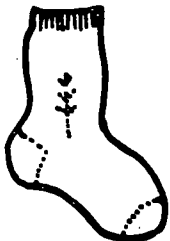
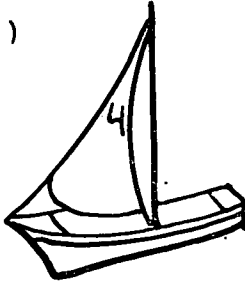
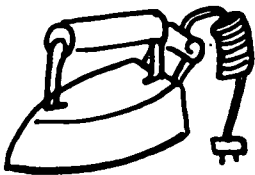
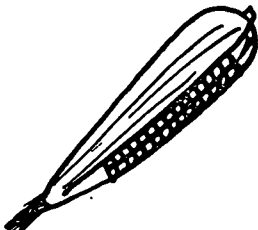
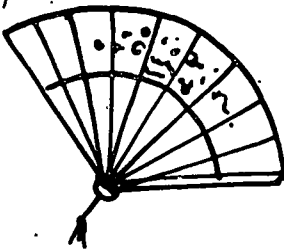
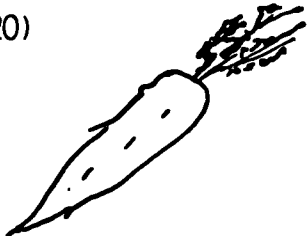
MATEMÁTICA

II — Responda:

a) _____	b) _____	c) _____	d) _____	e) _____
----------	----------	----------	----------	----------

III — Resolva:

a) Pedro fez anos e ganhou 6 bolas de gude do Joãozinho e 2 bolas de gude da Rute. Quantas bolas Pedro ganhou?	Resposta: _____
b) Valéria gosta muito de doces. A mamãe lhe deu 5 pirulitos e ela já chupou 3. Quantos pirulitos sobraram?	Resposta: _____
c) Lá em casa havia 6 patos. Nasceram mais 4 patinhos. Quantos patos temos agora?	Resposta: _____
d) O vendedor de bolas tinha 7 bolas coloridas. Vendeu 4. Com quantas bolas ficou?	Resposta: _____
e) Pedro tem 2 carrinhos, 3 bolas e 1 avião. Quantos brinquedos o Pedro tem?	Resposta: _____

1) 	2) 	3) 	4) 
5) 	6) 	7) 	8) 
9) 	10) 	11) 	12) 
13) 	14) 	15) 	16) 
17) 	18) 	19) 	20) 

2 — Geraldo e Célia estão fazendo uns bichinhos de pano. O elefante está pronto.

Agora, a menina está costurando o coelho.

As crianças já aprontaram

- ☐ o coelho.
- ☐ o elefante.
- ☐ a girafa.
- ☐ o pato.

Os bichinhos são feitos de

- ☐ madeira.
- ☐ papelão.
- ☐ massa.
- ☐ pano.

3 — José ganhou um caminhão, um navio e um avião. Ele gosta mais do navio.

O nome do menino é

- ☐ João.
- ☐ Pedro.
- ☐ José.
- ☐ Guido.

O brinquedo de que o menino gosta mais é o

- ☐ navio.
- ☐ caminhão.
- ☐ avião.
- ☐ carro.

4 — Carlos e Marli foram ao circo e viram o palhaço e muitos bichos.

A menina riu com as graças do palhaço.

Os bichos estavam

- ☐ na floresta.
- ☐ no circo.
- ☐ no Jardim Zoológico.
- ☐ na rua.

Marli achou graça no

- ☐ tigre.
- ☐ leão.
- ☐ palhaço.
- ☐ macaco.

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO - CBPE
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — MEC — 1968

Escola
Cidade Estado
Turma
Nome do aluno

PARTE 2

L I N G U A G E M

I — Leitura Silenciosa

E — MODELO

Chico é um macaco. Ele gosta de pular e de comer bananas.

O macaco se chama

- ☐ Fifi.
- ☐ Simão.
- ☐ Chico.
- ☐ Dudu.

Ele gosta de comer

- ☐ carne.
- ☐ banana.
- ☐ doce de leite.
- ☐ abacaxi.

1 — No dia de Natal, Rute ganhou uma linda blusa vermelha.

Rute ganhou

- ☐ uma boneca.
- ☐ um livro de histórias.
- ☐ um jogo.
- ☐ uma blusa.

O presente de Rute era

- ☐ bonito.
- ☐ verde.
- ☐ roxo.
- ☐ azul.

COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Senhor Diretor:

Como é do conhecimento de V.Sª, a COLTED iniciará em 1969 a distribuição de livros aos alunos de tôdas as escolas primárias das capitais das várias unidades federadas. Para orientar-se a respeito da escolha dos livros referidos, enviou, em setembro passado, um questionário às escolas, pedindo aos professores que se pronunciassem sôbre os livros que gostariam que seus alunos recebessem gratuitamente para uso em classe.

Muitas escolas receberam, ainda, uma biblioteca amostra: a chamada Biblioteca COLTED.

A fim de podermos realizar cada vez melhor a tarefa que nos cabe, vimos solicitar-lhe o preenchimento do questionário anexo, que deverá ser devolvido, juntamente com os questionários destinados aos professores de 1º ano e com as listas de resultados dos testes — diagnóstico do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Esse material, depois de completado, deve ser enviado com a máxima urgência ao Diretor do Ensino Primário dêsse Estado.

Agradecendo a constante colaboração de V.Sª, cumprimento-o cordialmente.

CORONEL ARY LEONARDO PEREIRA

Diretor Substituto da COLTED

Estado Cidade

Escola _____

Enderêço

QUESTIONÁRIO SOBRE MATERIAL ENVIADO PELA COLTED

Observação — Assinale com uma cruz nos quadrados as respostas adequadas. Conforme o caso, poderá marcar mais de uma resposta por item.

- 1 — Sua escola recebeu a Biblioteca COLTED?

☐ **Sim.**

☐ Não.

- 2 — Em caso afirmativo, a Biblioteca já está sendo utilizada?**

☐ **Sim.**

☐ Não.

- 3 — Em caso de estar sendo usada, quem a utiliza com mais frequência?

Os alunos.

Os professores.

☐ Outras pessoas. Quais?

- 4 — A Biblioteca COLTED tem sido utilizada

☐ por professores da escola.

☐ por alunos e professores da escola.

☐ por professores de outras escolas.

☐ por outras pessoas. Quais?

- 5 — A Bibliôoteca COLTED ainda não pôde ser utilizada porque

☐ a escola não dispõe de local para leitura.

|7| · os livros não estão fichados.

☐ não há bibliotecária.

☐ Outras razões. Quais?

**Não escrever
nesta coluna**

- 6 — Sua escola recebeu, em setembro, o questionário da COLTED sobre o Plano-Piloto de escolha de livros para os alunos?

☐ **Sim.**

☐ Não.

- 7 — Em caso afirmativo, como os questionários chegaram à sua escola?
Por intermédio

do correio.

☐ da Secretaria de Educação.

[] de um técnico da COLTED.

de outra maneira. Qual?

- ## 8 — O Guia Bibliográfico que acompanhou o questionário

a) não foi de grande utilidade porque

os professores já sabiam os livros que desejavam.

 não trazia informações sobre o conteúdo dos livros.

 os professores já estavam orientados sobre os melhores livros a escolher.

□ era incompleto.

☐ Outra razão. Qual?

b) foi útil porque permitiu

☐ verificar o número de código do livro.

☐ conhecer a relação de todos os livros didáticos existentes no Brasil.

☐ conhecer a relação dos livros entre os quais podia ser feita a escolha.

☐ Outra razão. Qual?

- 9 — O preenchimento do questionário foi realizado com a participação

[] da totalidade dos professores por série.

☐ da maioria dos professores por série.

[] de alguns professores.

☐ Em outra situação. Qual?

**Não escrever
nesta coluna**

10 — Os professores receberam orientação para o preenchimento do questionário?

☐ **Sim.**

☐ Não.

11 — Em caso afirmativo, quem deu essa orientação?

Q diretor da escola.

Pessoal da Secretaria de Educação do Estado.

Outra pessoa. Quem?

12 — Houve dificuldade no preenchimento do questionário?

☐ **Sim.**

☐ Não.

13 — Em caso afirmativo, assinale a dificuldade ou dificuldades encontradas:

☐ pouca clareza do questionário.

☐ excesso de itens.

☐ dificuldades de reunir os professores para darem as respostas.

☐ dificuldade de obter concordância entre professores para a escolha dos livros.

☐ pouco tempo disponível.

☐ dificuldade de, escolhendo apenas dois livros, poder atender a alunos de capacidades diferentes.

☐ Outras causas. Quais?

14 — No caso de, no futuro, haver inquéritos semelhantes, que sugestões tem a apresentar para a melhoria do trabalho?

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO — CBPE
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

OPERAÇÃO-ESCOLA

Estado: _____ Cidade: _____

Prezado professor:

Acaba de ser lançada pelo Governo Federal, em colaboração com as Secretarias de Educação estaduais, a Operação-Escola, que tem como um de seus objetivos a elevação do rendimento do ensino primário.

Cabendo ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos prestar assistência ao trabalho de melhoria qualitativa do ensino, estamos recorrendo à sua indispensável cooperação para o encaminhamento mais eficaz do problema.

O rendimento no 1.º ano escolar vem sendo muito baixo, pois em média quase 50% das crianças não são promovidas. Os programas são geralmente extensos e os critérios de promoção mostram-se muitas vezes exigentes.

Não contamos com um diagnóstico atualizado da situação real do 1.º ano e isto é imprescindível para a proposição de quaisquer medidas que levem à melhoria da situação. Com essa finalidade enviamos o presente questionário e os testes de diagnóstico que os acompanham a muitos professores de escolas sorteadas em todas as unidades federadas.

Conhecendo a dedicação do magistério primário, estamos certos de poder contar com sua cooperação no sentido de que o material que lhe remetemos seja completado de forma a mostrar o que está sendo obtido dentro das condições atuais de trabalho, bem como a situação de seus alunos. Não vamos fazer comparação entre os resultados obtidos pelos alunos das várias turmas, nem visar este ou aquele professor em particular. Interessam-nos apenas os dados globais. Precisamos conhecer os diferentes tipos de situações encontradas em nossas escolas para podermos propor, em bases sólidas, medidas mais eficazes quanto a programas, provas, critérios de promoção. Assim temos certeza de que o presente questionário será respondido com interesse e exatidão e que os resultados dos testes refletirão com fidelidade os conhecimentos de seus alunos.

Cordiais saudações,

CARLOS CORRÊA MASCARO
Diretor do I.N.E.P.

Questionário de caracterização da turma. Dados relativos ao professor

Escola: _____

Enderêço: _____

Turma (número, classificação, designação ou nome do professor, no caso de não haver outro meio de identificar a classe) _____

DADOS SOBRE A TURMA	Não escrever nesta coluna
---------------------	------------------------------

Observação — Nas questões de múltipla escolha assinale com uma cruz a resposta certa. Se necessário, assinale mais de uma resposta.

- 1 — Horário diário da turma (hora de início e de término das aulas)
de.....a.....

2 — Carga horária semanal (total de horas de aula que a turma tem por
semana)

3 — Data em que se iniciaram as aulas da turma

4 — Qual o critério de organização da turma?
☐ Por idade cronológica.
☐ Por testes.
☐ Por idade e por testes.
☐ Por adiantamento.
☐ Outro critério. Qual?

5 — Se a turma foi organizada por idade, qual a idade mínima e máxima,
no início do ano?

6 — Se a turma foi organizada de acôrdo com o resultado de testes, qual
ou quais foram êsses testes?

7 — Se a turma foi organizada segundo os resultados do Teste ABC, qual
a distribuição dos alunos de acôrdo com êsses resultados?

<u>Total de pontos no teste</u>	<u>Nº de alunos</u>
De 20 a 24	_____
De 15 a 19	_____
De 11 a 14	_____
De 8 a 10	_____
De 5 a 7	_____
De 0 a 4	_____

	Não escrever nesta coluna
8 — Número de alunos da turma	
9 — Número de alunos que iniciaram o curso em	
1968	
1967	
1966	
1965	
1964	
Antes de 1964	
10 — No início do ano a maioria da turma era composta de alunos	
☐ analfabetos.	
☐ iniciados.	
☐ quase alfabetizados.	
☐ alfabetizados.	
11 — A maioria dos pais dos alunos da turma exerce que tipo de profissões?	
☐ Ocupações braçais (carregadores, lavradores, operários, pescadores, empregados domésticos, pintores, feirantes etc.)	
☐ Empregados subalternos de escritório ou de firmas comerciais, operários técnicos etc. (Exemplo: datilógrafos, contínuos, balconistas, mecânicos, chefes de turma na indústria, práticos de laboratório)	
☐ Empregados de escritório de nível elevado (contadores, oficiais de Justiça, documentaristas etc.). Proprietários de pequenas lojas, fábricas ou sítios. Professores primários e médios etc.	
☐ Profissionais liberais de nível superior (médicos, advogados, engenheiros, dentistas, professores universitários etc.)	
☐ Ocupações de alta renda (banqueiros, grandes industriais, fazendeiros etc.)	
☐ Outro tipo de trabalho. Qual?	
.....	
OBSERVAÇÃO — Se não houver um tipo dominante de trabalho, escrever as três profissões mais comuns dos pais dos alunos:	
1 —	
2 —	
3 —	

	Não escrever nesta coluna
12 — Os alunos da turma, em sua maioria, são	
☐ pobres.	
☐ de classe média.	
☐ de classe acima da média.	
13 — Número de professores que regeram a turma este ano (inclusive o atual professor da turma):	
☐ 1	
☐ 2	
☐ 3	
☐ 4	
☐ Mais de 4. Esclareça quantos:	
14 — No caso de ter havido mudança de professor, quais as causas do fato?	
☐ O professor entrou em licença.	
☐ O professor mudou de turma.	
☐ O professor mudou de turno.	
☐ O professor se transferiu de escola.	
☐ Outras causas. Quais?	
.....	
.....	
.....	
DADOS SOBRE O PROFESSOR DA TURMA	
1 — É professor	
☐ estadual	
☐ municipal	
☐ estadual e municipal	
☐ estadual e particular	
2 — Assinale o curso de nível mais alto que realizou:	
☐ primário incompleto	
☐ primário completo	
☐ 1º ciclo secundário incompleto	
☐ 1º ciclo secundário completo	
☐ 2º ciclo secundário incompleto	
☐ 2º ciclo secundário completo	
☐ superior. Qual?	

	Não escrever nesta coluna
3 — Realizou algum curso de aperfeiçoamento sobre métodos de ensino da leitura?	
☐ Sim	
☐ Não	
4 — Em caso afirmativo, quais os métodos estudados nesses cursos?	
☐ Métodos partindo de letras ou soletração	
☐ Métodos partindo de sílabas ou silabação	
☐ Métodos partindo de palavras ou palavração	
☐ Métodos partindo de sentenças ou sentencição	
☐ Ensino por pré-livros	
☐ Outros métodos. Quais?	
.....	
.....	
5 — Que outros cursos de aperfeiçoamento realizou que o ajudam em seu trabalho de professor?	
1 —	
2 —	
3 —	
4 —	
5 —	
6 — É auxiliado em seu trabalho docente por algum orientador?	
☐ Sim	
☐ Não	
7 — Em caso afirmativo, de que forma o orientador atua na escola?	
☐ Faz palestras para os professores de todas as séries em reuniões gerais.	
☐ Faz palestras ou reuniões de professores de 1º ano.	
☐ Visita as classes e auxilia o professor nos problemas da turma.	
☐ Visita as turmas de 1º ano e faz reuniões com todos os professores da 1ª série.	
☐ Desenvolve outros tipos de orientação. Quais?	
.....	
.....	

	Não escrever nesta coluna
8 — Quantos anos tem de regência de classe (até 1968 inclusive)?	
9 — Quantos anos tem de regência de classes de 1º ano (até 1968 inclusive)?	
10 — Antes de iniciar a alfabetização da turma, desenvolveu alguma fase preparatória?	
☐ Sim ☐ Não	
11 — Se desenvolveu uma fase preparatória, quanto tempo despendeu com esse trabalho?	
☐ 1 semana ☐ 2 semanas ☐ 3 semanas ☐ 1 mês ☐ Mais de 1 mês. Quanto tempo exatamente?	
12 — Que atividades desenvolveu nessa fase preparatória?	
1 — 2 — 3 — 4 — 5 —	
13 — Qual o método de alfabetização que está usando?	
☐ Soletração ☐ Fonação ☐ Palavração ☐ Sentenciação ☐ Misto (História da Abelhinha) ☐ Pré-livro ☐ Outro. Qual?	
14 — Em que data começou a aplicar o método?	
.....	

	Não escrever nesta coluna
15 — Se partiu de sons, de letras ou de sílabas, em que data iniciou a união dêsses elementos para formar palavras?	
.....	
16 — Se partiu de palavras, em que data iniciou a análise destas, em sílabas, sons ou letras?	
.....	
.....	
17 — Se iniciou a alfabetização dos alunos partindo de sentenças ou histó- rias, em que data iniciou a análise das palavras em sílabas, sons ou letras?	
18 — Em sua opinião, quantos de seus alunos deveriam este ano ser promo- vidos à 2ª série?	
19 — Se há alunos da turma que não aprenderão a ler este ano, porque, em sua opinião, não o conseguiram? Assinale a resposta ou as respostas convenientes:	
☐ Baixo nível mental	
☐ Baixo nível sócio-econômico	
☐ Pouca assiduidade	
☐ Condições deficientes de saúde	
☐ Falta de apoio da família	
☐ Problemas emocionais	
☐ Falta de maturidade para a aprendizagem da leitura	
☐ Deficiências sensoriais (de visão, audição etc.)	
☐ O método de alfabetização usado não foi eficiente	
☐ Falta de prática do próprio professor	
☐ O professor teve de abandonar os alunos com dificuldades para atender aos mais aproveitáveis	
☐ O professor não dispõe de recursos para atender a alunos com dificuldades de aprendizagem	
☐ Falta de livro e de material didático	
☐ Houve muita mudança de professores	
☐ Outras causas. Quais?	
.....	

	Não escrever nesta coluna
20 — Os alunos alfabetizados cursarão no próximo ano	
☐ uma turma de 1º ano adiantado.	
☐ uma turma de 2º ano.	
21 — Está seguindo este ano alguma cartilha ou pré-livro?	
☐ Sim	
☐ Não	
22 — Em caso afirmativo, qual?	
.....	
23 — Por que escolheu esse livro?	
☐ Exige menos material.	
☐ Observou em outras turmas que dá melhor resultado.	
☐ Foi recomendado num curso.	
☐ É mais fácil de ser aplicado.	
☐ O orientador o indicou.	
☐ Encontrou-o numa livraria.	
☐ Dá mais segurança ao professor.	
☐ Outras razões. Quais?	
.....	
.....	
24 — As crianças usaram algum livro de leitura depois de alfabetizadas?	
☐ Sim	
☐ Não	
25 — Em caso afirmativo, qual?	
26 — Que outros livros para ensino da leitura no 1º ano você conhece? (car- tilhas, pré-livros e leitura silenciosa)	
.....	
.....	

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO - C B P E
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — MEC
TESTES DE DIAGNÓSTICO — 1968
INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO

OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

1 — Os presentes testes de diagnóstico destinam-se, como o seu nome o indica, a um levantamento das condições dos alunos de 1.º ano. Os dados conseguidos servirão de base para a proposição de medidas relativas a reforma de programas, melhor adequação dos exames, critérios de organização de turmas, número de alunos por turma, material didático necessário etc. Essas provas não serão utilizadas para promoção ou classificação dos alunos nem como critérios de julgamento do trabalho do professor, servindo apenas como instrumentos de uma pesquisa, que visa a fixar as questões em que as crianças encontram maior dificuldade, em que condições está sendo realizado o ensino no 1.º ano (três turnos, assistência alimentar insuficiente etc.) e como essas condições estão afetando os resultados. Conclui-se, pois, que é do máximo interesse que os resultados desses testes de diagnóstico reflitam as condições reais em que se encontram os alunos. Para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos serão mandadas as provas e as listas de resultados, não figurando nas mesmas os nomes dos professores das turmas. Espera-se a compreensão dos professores para o alcance do presente estudo e o INEP está certo de que os testes serão aplicados adequadamente. Se, por exemplo, a maioria das crianças de determinados tipos de turma pouco tiver aprendido, isto se traduzirá em resultados baixos, que serão analisados para a caracterização de causas e proposição de sugestões para a melhoria das condições de assistência à criança.

2 — Os testes compõem-se de três partes: duas escritas (Parte 1 e Parte 2) e uma oral. Devem ser aplicados no mínimo em três dias, a saber:

- no primeiro dia será feita a Parte 1;
- no segundo a Parte 2;
- no terceiro a Leitura Oral (de acordo com o tamanho da turma, a leitura poderá ser aplicada em mais de um dia).

3 — O professor deverá interessar as crianças na realização do trabalho, prevenindo-as, por exemplo, que nos dias e irão fazer uns exercícios muito bonitos. Pedirá que não falem à escola.

4 — Os testes serão apresentados não como provas, mas como trabalhos comuns de classe.

5 — O ambiente da sala de aula durante a realização das provas será o habitual: tranquilo, oferecendo segurança e satisfação às crianças.

6 — O professor terá o máximo cuidado em evitar que os alunos copiem os trabalhos uns dos outros ou dêem respostas em voz alta.

7 — As ordens serão dadas com serenidade, sem que o professor se afaste das instruções de aplicação.

8 — Os alunos trabalharão sòzinhos. Se fizerem perguntas relativas às questões das provas, o professor deverá animá-los, dizendo que respondam como acharem melhor e que naturalmente irão acertar. Dirá, ainda, que procurem responder mas que, se não souberem fazê-lo, deixem a questão em branco, pois isto não terá importância. Mais tarde aprenderão o que ainda não sabem.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS PARA APLICAÇÃO

PARTE 1

1 — Estabelecidas condições favoráveis para a realização dos testes, o professor distribuirá as fórmulas, pedindo aos alunos que só escrevam quando receberem ordem para isso. A seguir, chamará a atenção para o cabeçalho, cujo modelo já se deve encontrar no quadro-negro, pedindo às crianças que o preencham. Verificará, depois, se todos os alunos o fizeram devidamente, ajudando aqueles que ainda não o tenham completado ou preenchendo o cabeçalho dos que não souberem fazê-lo.

2 — A seguir, dirá aos alunos: — Vocês irão fazer Leitura Silenciosa. Vamos fazer o primeiro exercício juntos. (O modelo deve ser reproduzido no quadro-negro). Aí estão duas palavras e quatro desenhos. Vamos ler a primeira palavra e procurar o desenho que mostra o que a palavra diz. Vamos agora fazer uma linha que vá da palavra ao desenho. Agora vamos ler a segunda palavra e procurar o desenho que mostra o que ela diz. Cada um de vocês vai fazer uma linha que vá dessa palavra ao desenho. Podem fazer. O professor verificará se as crianças uniram corretamente a palavra ao desenho, pois assim terão mostrado que compreenderam como devem realizar o exercício. Dirá depois:

— Vocês agora vão trabalhar na questão n.º 1 (Mostrar). Vocês têm aí duas palavras e quatro desenhos. Leiam a primeira palavra e procurem o desenho que mostra o que a palavra diz. Façam o mesmo com a segunda palavra.

O professor procederá de modo idêntico nas questões de números 2, 3, 4, 5 e 6 (1ª página), que serão dadas uma a uma.

3 — Os alunos passarão em seguida para a página 2. O professor dirá:

— Vamos, agora, fazer o primeiro exercício juntos. (O modelo deve ser reproduzido no quadro-negro). Aí estão quatro palavras e um desenho. Vamos ler todas as palavras e procurar a que diz o que está no desenho. Vamos agora fazer uma cruz no quadrinho que está ao lado dessa palavra. O professor verificará se todos os alunos realizaram corretamente o modelo. Dirá depois:

— Vocês agora vão trabalhar na questão n.º 1. (Mostrar). Vocês têm aí um desenho e quatro palavras. Leiam todas as palavras até o fim, procurem aquela que diz o que vocês estão vendo no desenho e coloquem uma cruz no quadrinho ao lado dessa palavra.

O professor procederá de modo idêntico nas questões da Parte B de números 2, 3, 4 e 5, que serão dadas uma a uma.

4 — Os alunos passarão em seguida para a Parte C. O professor dirá:

— Vamos agora fazer um outro trabalho juntos. (O modelo deve ser reproduzido no quadro-negro). Aí estão uma expressão (ou umas palavras) e três desenhos. Vamos ler essa expressão (ou essas palavras) e procurar o desenho que mostra o que elas dizem. Agora vamos colocar uma cruz no quadrinho que está abaixo do desenho do que as palavras dizem. O professor verificará se todos os alunos realizaram certo o modelo e dirá:

— Vocês, agora, irão trabalhar na questão n.º 1. (Mostrar). Vocês têm aí uma expressão (ou umas palavrinhas) e três desenhos. Procurem o desenho que mostra o que as palavras dizem e coloquem uma cruz no quadrinho que está abaixo desse desenho. O professor procederá de modo idêntico nas questões da Parte C de números 2, 3, 4 e 5, que serão dadas uma a uma.

5 — Os alunos passarão em seguida para a página 3. O professor dirá:

— Vamos fazer outro exercício juntos. (O modelo deve ser reproduzido no quadro-negro). Aí estão três frases e um desenho. Vamos ler todas as frases e procurar a que diz o que está no desenho. Vamos agora fazer uma cruz no quadrinho que está ao lado dessa frase. O professor verificará se todos os alunos fizeram certo o modelo e dirá:

— Vocês, agora, irão trabalhar na questão n.º 1. (Mostrar). Vocês têm aí um desenho e três frases. Leiam todas as frases, procurem aquela que diz o que vocês estão vendo no desenho e ponham uma cruz no quadrinho que está ao lado da frase que diz o que está no desenho. O professor procederá de modo idêntico nas questões da Parte D de números 2, 3, 4 e 5, que serão dadas uma a uma.

6 — O professor recolherá as provas e dará um intervalo de 15 minutos.

7 — Terminada a pausa, os testes serão redistribuídos e abertos na página 4.

O professor dirá aos alunos:

— Vocês irão fazer agora um trabalho de Matemática. Vejam a questão A. (Mostrar). Aí estão umas continhas de somar. (Mostrar). Podem fazer essas continhas. Vocês vão trabalhar até aqui. (Mostrar).

8 — Terminado o trabalho o professor dirá:

— Vejam a questão B. (Mostrar). Aí estão umas continhas de subtrair (ou de diminuir). (Mostrar). Podem fazer essas continhas.

9 — Terminado o trabalho, o professor recolherá os testes.

PARTE 2

1 — Estabelecidas condições favoráveis para a realização dos testes, o professor distribuirá as fórmulas, pedindo aos alunos que só escrevam quando receberem ordem para isso. A seguir, chamará a atenção para o cabeçalho, cujo modelo já se deve encontrar no quadro-negro, pedindo às crianças que o preencham. Verificará, depois, se todos os alunos o fizeram devidamente, ajudando aqueles que não o tenham completado ou preenchendo o cabeçalho dos que não souberem fazê-lo.

2 — A seguir, dirá aos alunos: — Vocês irão fazer *Leitura Silenciosa*. Vamos fazer o primeiro exercício juntos. (O modelo deve ser reproduzido no quadro-negro). Aí estão uma pequena história e duas frases incompletas. Vamos ler a história. Agora vamos ler a primeira frase e todas as palavras que estão ao lado dela. Vamos ver qual a palavra que completa a frase de acordo com a história e colocar uma cruz no quadrinho que está ao lado dela. Vamos, agora, ler a segunda frase e todas as palavras que estão ao lado dela. Cada um de vocês vai colocar uma cruz no quadrinho que está ao lado da palavra que completa a frase. O professor verificará se as crianças assinalaram a resposta certa com uma cruz no quadrinho ao lado da mesma, pois assim terão mostrado que compreenderam como devem realizar o exercício. Dirá depois:

— Vocês agora vão fazer o mesmo na história n.º 1. (Mostrar). Leiam a história. Leiam a primeira frase e todas as palavras que estão ao lado dela. Marquem o que completa a frase colocando uma cruz no quadrinho que está ao lado da resposta certa. Façam o mesmo com a segunda frase.

O professor procederá de modo idêntico nas questões da Parte E de números 2, 3 e 4, que serão dadas uma a uma.

3 — Os alunos passarão em seguida para a página 3. O professor dirá: — Vocês agora irão fazer um ditado. Explicará que vai ditar uma palavra de cada vez e que deverão escrevê-la na linha que se encontra abaixo do desenho correspondente. Avisará que vai ditar duas vezes cada palavra, mas depois não repetirá palavra alguma.

Começará, então, a ditar clara e pausadamente:

— Na linha abaixo do desenho do boi, escrevam *boi*.

— Na linha abaixo do desenho do remo, escrevam *remo*.

Procederá da mesma forma com as demais palavras, ditando: *vela, copo, nota, jaula, fada, gaita, meia, pote, barco, limão, noiva, ferro, saia, escada, milho, grilo, leque, cenoura*.

4 — Terminado o ditado, o professor recolherá as provas e dará um intervalo de 15 minutos.

5 — Acabada a pausa, os testes serão redistribuídos e abertos na página 4.

O professor dirá aos alunos:

— Vocês irão fazer agora um trabalho de Matemática. Vejam a letra *a*. (Mostrar e escrever a letra no quadro). Na linha que está ao lado da letra *a* vocês vão escrever o número 39.

Olhem a letra *b*. (Mostrar e escrever a letra no quadro). Na linha que está ao lado da letra *b* vocês vão escrever o número 81.

Reparem na letra *c*. (Mostrar e escrever a letra no quadro). Na linha que está ao lado da letra *c* vocês vão escrever o número de laranjas que há em uma dúzia de laranjas.

Vejam a letra *d*. (Mostrar e escrever a letra no quadro). Na linha que está ao lado da letra *d* vocês vão escrever quantas dezenas há no número 20.

Olhem a letra *e*. (Mostrar e escrever a letra no quadro). Na linha ao lado da letra *e* vocês vão escrever o número que tem 1 dezena e cinco unidades.

6 — Vamos, agora, fazer outro trabalho de Matemática. Reparem na letra *a*. Vou ler para vocês o problema que aí está. Acompanhem a leitura silenciosamente. Depois, façam o cálculo e escrevam o resultado na linha do lado da palavra *Resposta*. (Mostrar).

O professor procederá de modo idêntico com os problemas *b, c, d, e*, que serão dados um a um.

7 — Terminado o trabalho, o professor recolherá os testes.

DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO - C B P E
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — MEC
TESTES DE DIAGNÓSTICOS — 1968
INSTRUÇÕES PARA APLICAÇÃO DA LEITURA ORAL

Textos para a leitura (cada aluno lê apenas um)	Perguntas a serem feitas
FÓLHA 1 <u>Filó é um pato.</u> <u>Ele nada na lagoa.</u> <u>Filó gosta muito de milho.</u>	1 — Quem é Filó? 2 — Onde é que Filó nada?
FÓLHA 2 <u>Mimi é um gato sabido.</u> <u>Ele apanha ratos.</u> <u>Mimi bebe leite.</u>	1 — Quem é Mimi? 2 — Que é que o Mimi bebe?
FÓLHA 3 <u>Dudu é um cavalo.</u> <u>Ele come fubá.</u> <u>O cavalinho corre muito.</u>	1 — Quem é Dudu? 2 — Que é que o Dudu come?
FÓLHA 4 <u>Lili é uma boneca.</u> <u>Ela fala mamãe.</u> <u>Lili tem dois vestidos.</u>	1 — Quem é Lili? 2 — Que é que a Lili fala.

1 — A aplicação da prova de leitura oral deve ser feita pelo professor da turma. No caso disso não ser possível, a prova deve ser dada por outro professor de 1º ano.

2 — Os alunos da turma não devem permanecer na sala de aula: serão chamados um a um para realizarem a leitura (1).

3 — O professor chamará a primeira criança que figura na lista de alunos da turma. Pedirá que se sente e em seguida dará à criança a fôlha para a leitura, dizendo: — "Aqui está uma historinha para você ler. Você gostará dela. Leia com atenção e em silêncio. Quando acabar você lerá em voz alta e eu lhe darei duas perguntas sobre a história".

O aplicador dará 3 minutos no máximo para a leitura silenciosa, findos os quais pedirá que a criança comece a ler em voz alta.

4 — Durante a leitura, o professor não intervirá quando o aluno tiver qualquer erro, limitando-se a anotar, numa lista destinada ao registro da leitura oral (2), o número de palavras lidas erradamente. No caso do aluno não conseguir ler alguma palavra (após um espaço razoável, digamos, de 15 segundos), o professor deverá pronunciá-la, marcando-a como erro.

5 — Se o professor perceber que o aluno não sabe ler, não deverá fazer-lhe as duas perguntas destinadas a medir a compreensão do texto. Em caso contrário, fará as perguntas correspondentes ao texto.

(1) Sugestões para atendimento aos alunos da turma durante a prova de leitura oral:

a) Os alunos ficarão em outra sala, atendidos por outro professor, que os encaminhará um a um para prestarem prova oral.

b) Os alunos, nesse dia, comparecerão à escola apenas para fazerem a leitura oral. Serão marcados 10 alunos por hora. Por exemplo: os 10 primeiros alunos da lista chegarão às 7 horas, os outros 10 chegarão às 8 horas, os 10 seguintes às 9 horas, e assim por diante. Esses alunos ficarão sentados do lado de fora da sala de aula, enquanto esperam a chamada para a leitura. À medida que o aluno que tiver feito a prova sair da sala, entrará outro aluno que esteja esperando do lado de fora.

Terminada a leitura, o aluno volta para casa.

(2) Modelo da lista para registro de leitura oral:

Nome do aluno	Nº de palavras erradas	Nº de pontos perdidos em leitura (8 pontos perdidos em cada erro)	Nota da leitura (80 pontos menos o nº de pontos perdidos pelo aluno)	Nota das respostas às 2 perguntas (10 pontos para cada resposta certa. Máximo: 20 pontos)	Total da prova de leitura (nota de leitura + nota das respostas)

6 — Terminada a prova de leitura, o aluno que a realizou sairá da sala, devendo haver o cuidado de que ele não se comunique com os colegas.

7 — Será chamado o segundo aluno da lista e o professor procederá de modo idêntico, continuando até que toda a turma tenha realizado a prova de leitura oral.

Observações sobre o uso das folhas de leitura:

1 — Quando o aluno for chamado para a prova receberá uma das folhas para leitura (1, 2, 3 ou 4) e o professor — para acompanhar e registrar a leitura da criança — usará a lista para registro de Leitura Oral.

2 — Se a turma for pequena e o professor tiver possibilidade de examinar todos os alunos no mesmo dia, utilizará as Folhas 1, 2, 3 e 4 nesse dia (o primeiro aluno chamado lerá a Folha 1, o segundo a Folha 2, o terceiro a Folha 3, o quarto a Folha 4 e assim sucessivamente).

3 — Se o tamanho da turma exigir que a prova seja dada em dois dias, o professor no primeiro dia usará alternadamente as Folhas 1 e 2 e deixará as Folhas 3 e 4 para o segundo dia.

INSTRUÇÕES PARA JULGAMENTO

1 — Na Parte I, o máximo de acertos é 10. Para a contagem dos pontos serão consideradas apenas as dez palavras sublinhadas. Serão atribuídos 8 pontos para cada acerto.

Máximo de pontos — 80

2 — Na Parte II, serão atribuídos 10 pontos para cada resposta certa. Máximo de acertos: 2.

Máximo de pontos: 20

3 — A nota final de Leitura Oral será a soma dos pontos obtidos pelo aluno nas Partes I e II.

Filó é um pato.

Ele nada na lagoa.

Filó gosta muito de milho.

Mimi é um gato sabido.

Ele apanha ratos.

Mimi bebe leite.

Dudu é um cavalo.

Ele come fubá.

O cavalinho corre muito.

Lili é uma boneca.

Ela fala mamãe.

Lili tem dois vestidos.

TESTES - DIAGNÓSTICO

INSTRUÇÕES PARA JULGAMENTO

LINGUAGEM *		Máximo de pontos
I	<u>Leitura Silenciosa</u>	
	A - (Parte 1) — 6 questões com 2 palavras para ler. Cada palavra certa vale 1 ponto.	12
	B - (Parte 1) — 5 questões com uma palavra em cada questão. 2 pontos por palavra certa.	10
	C - (Parte 1) — 5 expressões, cada uma valendo 3 pontos.	15
	D - (Parte 1) — 5 respostas valendo 3 pontos cada.	15
	E - (Parte 2) — 4 questões, pedindo 8 respostas. Cada resposta vale 1 ponto.	8
	Total de pontos de Leitura Silenciosa	60
II	<u>Ortografia (Parte 2)</u>	
	20 palavras, cada acêrto valendo 2 pontos.	40
	Total de pontos da prova escrita de Linguagem	100

MATEMÁTICA

I	(Parte 1) — 30 cálculos a 2 pontos por acêrto.	60
II	(Parte 2) — 5 questões a 2 pontos por acêrto.	10
III	(Parte 2) — 5 problemas a 6 pontos por acêrto.	30
	Total de pontos da prova de Matemática	100

* As instruções para julgamento da parte de Leitura Oral figuram na Fôlha Individual de Registro de Resultados.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - DAM - CBPE - MEC 1968

TESTES - DIAGNÓSTICO

MODELO DA LISTA DE RESULTADOS

N.º de ordem	Nome do aluno (1)	Data (ou ano) de nascimento do aluno	N.º de anos que o aluno frequenta o 1.º ano (inclusive 1968)	Leitura silenciosa						Ortografia	Total de Linguagem escrita	Leitura oral			Matemática				Média de Linguagem (2)
				A	B	C	D	E	Total			I	II	Total	I	II	III	Total	
1																			
2																			
3																			

(1) De preferência, em ordem alfabética, relacionando primeiro os meninos e em seguida as meninas.

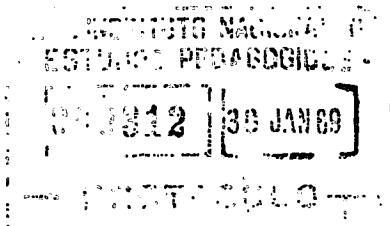
(2) $\frac{\text{Total de linguagem escrita} + \text{Total de leitura oral}}{2}$

Relação do material que, depois de devidamente completado, deverá ser todo reunido e enviado pelo Diretor da Escola ao Diretor do Ensino Primário do Estado:

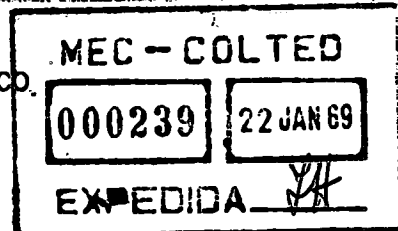
1 — Questionário destinado ao Diretor da Escola

2 — Questionários respondidos pelos professores de 1º ano das turmas da amostra

3 — Listas de resultados (de acordo com o modelo acima) das turmas de 1º ano da amostra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO



Em

Do Diretor Executivo da COLTED

Ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Prof. Carlos Corrêa

Maçcaro.

Assunto

Senhor Diretor :

Em atenção ao ofício de V. Sa. datado de 21 de janeiro, lamentamos informar que, por motivo de excesso de trabalho e o número reduzido de funcionários desta Comissão, não podemos prescindir da colaboração da Professora Rosa Duran Stepanenko, no período de 20 a 24 do corrente mês, época em que se realiza o Encontro de Coordenadores e Diretores de Cursos do Programa MEC/ INEP / UNICEP / UNESCO.

No entanto, sentindo-nos honrados com a oportunidade que nos foi concedida para prestar, aos participantes, informações sobre a COLTED, designamos as técnicas Rosa Duran Stepanenko, Margarida Ferreira da Costa e Nair Paiva Speranza para representar esta Direção Executiva na reunião do dia 22, às 10 hs. e 30 m.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

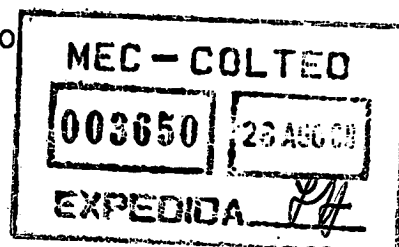
RS/lf.

*Ciente
arquivado
[assinatura]*

[Assinatura]
RUY BALDAQUE
Diretor Executivo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO



Em

Do Diretor Executivo da COLTED

Ao Dr. CARLOS CORRÊA MASCARO - Diretor do Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos - MEC
Assunto

Senhor Diretor :

A COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático, dando cumprimento a uma das metas do seu Plano Piloto para 1969, planejou - um Seminário com a participação de técnicos sobre o ensino primário, no período de 4 a 10 de setembro, das 9 às 18 horas, na cidade do Rio de Janeiro - Estado da Guanabara.

O referido Seminário terá como objetivo principal traçar as diretrizes e elaborar um documento básico para os Cursos de Treinamento de Professores do Ensino Primário dos Municípios das Capitais, no que se refere a Utilização do Livro-Texto, tendo como temas fundamentais :

1 - Conteúdo dos cursos :

1.1 - Utilização do Livro - texto

- Princípios gerais
- O manual para o professor
- Cadernos de exercícios
- O livro-texto nas diversas áreas de ensino
- Utilização dos livros complementares e das obras de referência
- Avaliação e escolha do livro.

2 - Metodologia dos cursos :

2.1 - Abordagem dos assuntos: exposição, discussão em grupo etc...

2.2 - Material a ser preparado : apostilas, folhetos, recursos audio-visuais

Cientes do trabalho que este órgão vem realizando em benefício da educação elementar em nosso País, gostaríamos de contar com a colaboração indispensável para o êxito do nosso trabalho, das seguintes técnicas -

do INEP :

- Lucia Marques Pinheiro - INEP - Rio de Janeiro - GB
- Elza Nascimento Alves ' ' ' ' "
- Maria Ivonne A. de Araújo - INEP - Rio de Janeiro - GB
- ← - Leny Dorenelles Werneck ' ' ' ' "
- Norma Osório - INEP - Rio de Janeiro - GB
- ← - Maria Lúcia Kohn - INEP - Rio de Janeiro - GB
- Yedda Dias da Silva - CRPE - Belo Horizonte - MG
- Maria Onolita Peixoto - CRPE - Belo Horizonte - MG
- Regina de Almeida - CRPE - João Pinheiro - DAP - MG
- Terezinha Nardelli - CRPE - João Pinheiro - DAP - MG

Consultamos, pois, a V. Sa. sobre a possibilidade de autorizá-las a participar deste nosso programa de estudo, parte básica para o desenvolvimento dos Cursos de Treinamento de Professores que atenderá todo o professorado primário dos Municípios das Capitais, que representa 23% do total no País, abrangendo 20% das matrículas em nível primário.

Informamos, por outro lado, que todas as despesas ficarão sob o encargo da COLTED.

Na oportunidade apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

lf.


RUY BALDAQUE
Diretor Executivo

Of. 1032

30 de agosto de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Diretor Executivo da COLTED

: Seminário da COLTED

Senhor Diretor Executivo:

Tenho o prazer de acusar o recebimento do ofício nº 3.650, de 28 do corrente mês, em que V. Sa. solicita a participação de técnicos do INEP no Seminário que a COLTED promoverá, de 4 a 10 de setembro próximo, com o objetivo de traçar diretrizes para cursos de treinamento de professores primários no que se refere à avaliação e utilização do livro-texto.

Comunico a V. Sa. que autorizo a participação, no referido Seminário, dos seguintes funcionários deste Órgão:

Lúcia Marques Pinheiro
Elza Nascimento Alves
Maria Yvone Atalécio de Araújo
Norma Cunha Osório
Yedda Dias da Silva
Maria Onelita Peixoto
Regina Almeida
Terezinha Mardelli

Conforme entendimento verbal tido com V. Sa., integrará o grupo participante do Seminário um técnico do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", de São Paulo, cujo nome será oportunamente indicado a V. Sa.

Renovo a V. Sa., nesta oportunidade, meus protestos de elevada estima e consideração.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Q. 1054

1 de setembro de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Diretor Executivo da COLTED

: Seminário da COLTED

Senhor Diretor Executivo:

Tenho o prazer de informar a V. Sa. que deverão comparecer ao Seminário que a COLTED promoverá, de 4 a 10 de setembro próximo, as Professôras Jacira Calazans de Campos, Diretora da Escola de Demonstração e Clarisse Mariano, Orientadora Pedagógica do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" - São Paulo.

Poderá, pois, V. Sa., de posse desta comunicação, tomar as providências cabíveis.

Reitero meus protestos de alta consideração.

Guido Ivan do Carvalho
Diretor Substituto

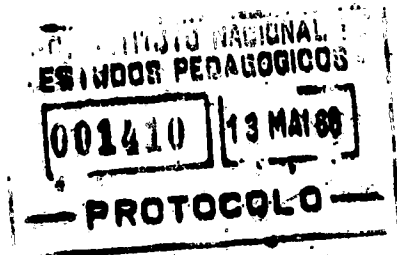
Ilma. Sr.

Dr. Ruy Baldaque

DD. Diretor Executivo da COLTED

Av. Almirante Barroso, 90 - 8º andar

N e s t a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

C. D. D. E. N. C. I. A	
EXPEDIDA L.:	13 5/68
N.º	2114

Em

Do Presidente do Colegiado da COLTED
Dr. Carlos Correa Mascaro
Ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Assunto " Reunião do Colegiado "

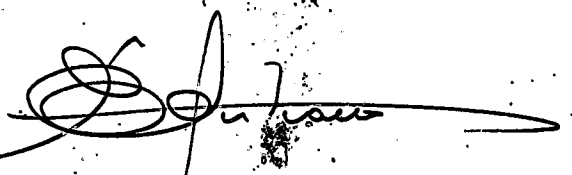
Senhor Diretor :

Apraz-me dirigir o presente a Vossa Senhoria para solicitar-lhe sua presença, no dia 14 de maio do corrente, às 11 horas, no salão anterior do Gabinete do Senhor Ministro, para participar da reunião do Colegiado da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático constando da pauta, entre outros, os seguintes assuntos :

- 1) - Exame das recomendações da II Semana de Estudos da COLTED, realizada em São Paulo, entre 4 e 9 de março ;
- 2) - Exame e aprovação do Regimento básico das Comissões Estaduais da COLTED.

Agradecendo por sua presença, sirvo-me dêste para apresentar-lhe protestos de elevada consideração.

EF/lf.


EDSON FRANCO
Presidente

Anexo arquivado na
parte da "COLTED"
(arquivo do gabinete).

COLTED

RELATÓRIO DA COMISSÃO

I. Na seleção dos títulos recomendados à COLTED para aquisição e distribuição imediata a escolas de nível primário, procurou a Comissão atender aos seguintes princípios :

1) Colocar ao alcance do professor primário uma coleção de obras com as seguintes características: livros de metodologia e didática de reconhecido valor instrumental, livros de conteúdo adequados à média do professorado e textos para as diferentes matérias e séries tanto quanto possível diversificados, de modo a constituírem uma amostra significativa do mercado atual, em nível de qualidade considerada ótima, boa ou, pelo menos, aceitável.

2) Fixar as bases percentuais de livros para alunos de acordo com a distribuição da matrícula no início do ano de 1965 :

<u>Séries</u>	<u>%</u>
1ª	49,9
2ª	20,7
3ª	15,1
4ª	10,0
5ª	3,6
6ª	0,6

3) Incluir na coleção apenas obras que não estejam acima do nível de preparação da maioria dos professores, tendo em vista a impossibilidade de conhecer previamente os tipos de escolas primárias que serão beneficiadas.

II. Além do exame da maior parte possível do acervo da COLTED, a Comissão, tendo em vista a exigüidade do tempo de que dispôs, também submeteu as listas de livros apresentadas pelas editoras à apreciação de elementos qualificados, aproveitando ainda outros já analisados por especialistas em educação.

III. Adotando como percentuais básicos aproximadamente 22% dos títulos para professores (66 títulos) e 66,6% de títulos para alunos (220 títulos), e 11,3% para obras de referência, a Comissão estabeleceu os seguintes critérios para elaboração das listas de títulos :

Livros para professores

1) Levantamento de títulos, levando-se em consideração:

Conteúdo: 27 livros

Metodologia e didática: 39 livros

2) Estabelecimento de percentagens tendo em vista a distribuição equilibrada dentro das áreas:

Linguagem	19,7%	13
Matemática	15,5%	10
Estudos Sociais	18,2%	12
Ciências	18,2%	12
Pré-Primário	4,5%	3
Psicologia	7,8%	5
Currículo	6,1%	4
Outras Atividades, Todas as Matérias)	10 %	7
	100 %	66

3) Fixação de títulos suplementares, na base de 20% da lista básica.

Livros para alunos

1) Levantamento de títulos, levando-se em consideração:

a) Textos informativos no total de 110, distribuídos dentro das áreas de:

Linguagem	55	=	50%
Matemática	20	=	18,1%
Estudos Sociais	20	=	18,1%
Ciências	15	=	13,6%
Total	110		

e entre as várias séries.

b) Literatura infanto-juvenil, cuja distribuição quantitativa, abaixo indicada, atendeu aos seguintes critérios:

- faixas de escolaridade onde há maior concentração de crianças;

- períodos em que a criança desenvolve maior esforço para completo domínio da técnica de ler e começa a firmar bases para desenvolver o gosto e o interesse pela leitura e pela literatura;

- tendência da criança para o mais simples e o mais fácil nas horas de lazer;

- importância da ilustração como mensagem de novas idéias

e como estímulo ao desejo de ler;

- fascínio que os livros de Literatura Infantil bem ilustrados exercem sobre crianças do Interior nem sempre habituadas ao seu manuseio.

1ª e 2ª séries	40 livros
3ª e 4ª séries	30 livros
5ª e 6ª séries	20 livros
Total	90

Para ambas as distribuições indicou-se 20% de títulos suplementares.

Livros de referência

Tendo em vista o preço médio fixado pela COLTED para aceitação dos livros, a Comissão deu preferência às obras editadas pela Campanha Nacional de Material de Ensino, que reúnem qualidade e baixo custo, incluindo ainda algumas outras de preço não muito elevado, no total de 34 livros.

IV. Ao finalizar o trabalho que lhe foi confiado, a Comissão toma a liberdade de apresentar as seguintes sugestões:

1) Seja a remessa de livros acompanhada de uma cópia da lista elaborada pela Comissão, considerando que as discriminações adotadas na elaboração da mesma poderão orientar a direção das escolas quanto à melhor utilização das obras selecionadas.

2) Sejam organizadas comissões permanentes, descentralizadas em função das regiões mais representativas do trabalho editorial realizado no país, tendo em vista os objetivos:

a) completar o "levantamento dos livros atualmente disponíveis nos diversos níveis educacionais, para determinar deficiências e necessidades e estabelecer uma base adequada para o planejamento de todo o programa".

b) assegurar adequada representação de editoras e autores junto à COLTED.

Acredita a Comissão que as observações acima poderão contribuir para a consecução dos objetivos da COLTED.

<u>- Elza Nascimento -</u>	<u>Genesice Vilina</u>
<u>Maria Elvira Abalício de Araújo</u>	<u>Nair S. Dutra</u>
<u>Maria José Berutti</u>	<u>Maria Olimene Pereira Fátima</u> DNE
<u>Helena Lopez</u>	<u>Amanda de Freitas Lima-DNE</u>
<u>Terezinha Corraça, CRPMG</u>	<u>José Fadel - DNE</u>
<u>Maria Otilia Pinho - CRPMG</u>	

— 7 —

~~Prof. Lúcia Inês Pinheiro~~
~~Prof. Lyra Paixão~~

Comandante Ivan Camarate
Conselho de Segurança Nacional

23- 6/06

de 12 às 18,30

/arn.

COLTED	COORDENADORIA
EXPEDIDA EM:	2 / 1 / 68
N.º 0001	FUNC. Irene



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

Em 2 de janeiro de 1968

Do Diretor Executivo da COLTED

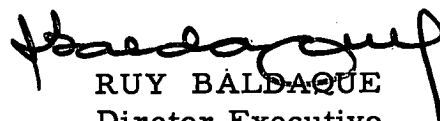
Ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Prof. Carlos Corrêa Mascaro
Assunto "Reunião do Colegiado"

Senhor Diretor :

Temos o prazer de convidá-lo para a Reunião do Colegiado da COLTED, a realizar-se no dia 4 do corrente, às 11 horas, no Gabinete do Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V.Sa. nos protestos de alta estima e consideração.

ALP/lf.


RUY BALDAQUE
Diretor Executivo

*livro didático**Arguente, Sr.
C. B. P. E.*

C. B. P. E.

Senhor Diretor,

O Secretário Geral do MEC encaminhou a este Instituto as cartas em que o Prof. Teobaldo Miranda Santos manifesta suas restrições aos livros de leitura selecionados pela Comissão INEP/DNE para distribuição a bibliotecas de escolas primárias, pela COMED.

Os pontos essenciais das críticas feitas pelo referido professor, são, em resumo:

1 - Tentativa de padronização do livro didático - afirma o Prof. Teobaldo M. Santos que o INEP realizou reuniões entre professores e editores, "prevalecendo nelas o ponto de vista, já firmado pelo INEP, de estabelecer, como padrão, um tipo único de livro didático para as bibliotecas de escolas primárias". Deixa expresso "não duvidar da honestidade de propósitos do INEP" e acreditar que o critério seguido pela Comissão "é o mais aconselhável sob o ponto de vista didático", embora impraticável quanto ao aspecto econômico. Alerta, contudo, as autoridades educacionais, em nome "dos interesses inalienáveis da liberdade e da democracia", para o "fantasma da estatização" que agora supõe ressurgir através do "poder que o INEP se atribuiu" de estabelecer um único tipo de livro didático para todas as escolas do país.

2 - Inadequação do livro adotado pelo INEP, "como padrão", à variedade das condições sócio-econômicas e culturais brasileiras, às preferências dos professores, aos interesses dos editores e à pluralidade das correntes doutrinárias atuais em matéria de livro didático.

3 - Influência da "missão pedagógica norte-americana, que representa apenas a posição de uma corrente didática e não, de todas, nos Estados Unidos", sobre a adoção oficial de "livros de leitura pura" nas escolas primárias mineiras. Em outros Estados, segundo afirma, a preferência do professorado recai em "livros que contêm, num só volume, separados, leituras e conhecimentos, ou em livros de leitura, sem conhecimentos gerais, mas com exercícios junto ao texto".

Ao discutir os argumentos em que se apoiou o Prof. Teobaldo M. Santos procuraremos também configurar as diretrizes que fundamentaram os trabalhos da Comissão: tentativa de padronização do livro didático - 1. O

1 - Tentativa de padronização do livro didático :

O INEP não promoveu reuniões entre professores, com qualquer propósito, em nenhuma fase dos trabalhos de seleção. Para essa tarefa foi constituída uma comissão composta de 11 membros, entre os quais especialistas nas diversas áreas do ensino primário. Essa comissão deveria selecionar 300 títulos, destinados a alunos e professores, entre os livros encaminhados à COLTED pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros, podendo, naturalmente, incluir em sua área de escolha outros que fôsem de seu conhecimento.

Achou a referida comissão que a tarefa que lhe fôra atribuída deveria merecer todo seu esforço, a fim de que o material escolhido correspondesse realmente aos objetivos do convênio MEC-SNEL-USAID, de que resultou a COLTED, e as bibliotecas em formação levassem às escolas a assistência de que necessitam. Dêste modo, trabalhou ativamente na seleção dos livros, à luz dos conceitos mais modernos da psicologia da criança, da psicologia da aprendizagem, da didática especial de cada disciplina, numa coerência absoluta com os critérios válidos das técnicas atuais de ensino. E, na presunção de que o INEP, órgão por excelência de orientação e pesquisa, deveria optar pelas obras que melhores condições de ensino e aprendizagem oferecessem ao professor e ao aluno, estabeleceu os seguintes critérios :

- a) - Estar o livro de acôrdo com a psicologia infantil, os interesses, necessidades e desenvolvimento da criança numa determinada idade.
- b) - Conter informações válidas e atualizadas e conceitos de valor na sua área específica
- c) - Apresentar em seu conteúdo, organização e forma as características que o tornam um instrumento eficiente, para a consecução dos objetivos educacionais que deve alcançar.

Naturalmente muitos dos livros analisados não ofereciam tais condições, uma vez que foram escritos para atender às necessidades de currículos existentes - currículos êstes que também precisam de pronta atualização por serem tradicionais, inadequados, em desacôrdo com a psicologia da criança e com os objetivos educacionais.

Estabeleceu a comissão os seguintes percentuais para compor a coleção : -

Livros para professores : -

Conteúdo: 27 livros

Metodologia e didática : 39 livros com a seguinte distribuição dentro das áreas :

Linguagem	19,7%	13
Matemática	15,5%	10
Estudos Sociais	18,2%	12
Ciências	18,2%	12
Pré-Primário	4,5%	3
Psicologia	7,8%	5
Currículo	6,1%	4
Outras atividades	<u>10,0%</u>	<u>7</u>
	100,0%	66

Livros para alunos : -

a) Textos informativos, no total de 110, distribuídos dentro das áreas de : -

Linguagem	50 %	55
Matemática	18,1%	20
Estudos Sociais	18,1%	20
Ciências	13,6%	15
	<u>99,8%</u>	<u>110</u>

b) Literatura infanto-juvenil, com distribuição quantitativa proporcional à concentração de crianças nas diversas faixas de escolaridade :

1a. e 2a. séries	40
3a. e 4a. séries	30
5a. e 6a. séries	20
	<u>90</u>

Livros de referência : - 34

A Comissão não poderia pretender impor um "livro-padrão" ao magis-
tério primário por diversas razões :

- a) - Todos os seus ^{mentes}componentes têm plena consciência de que a liberdade de experimentação é fator básico para promover o progresso educacional.
- b) - O número de escolas contempladas nesse primeiro projeto da COLTED, isto é, a área de possível influência da comissão, constitui uma parcela irrisória da rede escolar de nível primário (3%).
- c) - Essas escolas terão plena liberdade para pronunciar-se sobre os livros selecionados, podendo naturalmente manter outras preferências, que a COLTED levará em conta no planejamento de outros projetos.

O fato de não ter a comissão objetivado padronizar o livro didático não a obrigava, porém, a fazer concessões no sentido de incluir na coleção, sob qualquer pretexto, tipos de livros que contrariam certos princípios considerados básicos ao bom desenvolvimento do processo educativo.

Conhecendo a necessidade de orientação mais moderna na educação do país, conhecendo, sobretudo, a letra do Convênio MEC-SNEL-USAID, a Comissão houve por bem rejeitar publicações que apresentam resumos de todas as matérias e os que trazem gramática formal ao final dos trechos de leitura. Não pretendeu, com isso, tirar a liberdade de quem quer que escreva, ou padronizar os textos num modelo único. O que se desejou foi fazer uma seleção de acordo com a finalidade específica do livro, a fim de que ele corresponda realmente à sua finalidade, no contexto da educação. Assim como há normas para uma intervenção cirúrgica, para a execução de um quadro ou a composição de um soneto, também há padrões que determinam a qualidade didática de um livro, sem que isto, em nada influa na competência ou criatividade de seus autores.

A COLTED não terá nenhum sentido se não vier a contribuir para melhorar a qualidade do livro didático, como ficou definido no Decreto Nº... 59.355, de 4/10/1966, se constituir-se num elemento para facilitar a perpetuação de livros rigidamente planejados, que levam o professor a padronizar as técnicas de aula, que não o estimulam à utilização de recursos inerentes a uma aprendizagem dinâmica.

2 - Inadequação dos livros escolhidos pela Comissão INEP/DNE :

- a) - à variedade das condições sócio-econômicas e culturais brasileiras.

Não encontramos nenhum fundamento para a fórmula esdrúxula a que recorreram alguns autores e editôres objetivando contornar o problema sócio-econômico do aluno; livro único, de conteúdo pobre e frequentemente desatualizado, de orientação didática ultrapassada, que não resolve o problema de despreparo do professor e contraria fundamentalmente, tudo já esclarecido sobre a psicologia da criança e a psicologia da aprendizagem. A substituição do livro para o aluno pelo livro para o professor, quando possível, por razões econômicas, abre perspectivas muito mais positivas para o ensino primário brasileiro, conforme, aliás, foi recomendado pela Comissão Nível Primário da I Semana de Estudos da COLTED.

b) - As preferências dos professores.

Mesmo admitindo o alto índice de vendas do livro único, como informa o Prof. Teobaldo M. Santos, e interpretando-o como prova de preferência dos professores, consideramos de alta validade as questões :

- pode-se tomar como acertada a preferência de um professorado em grande parte com nível de preparação considerada insuficiente ?
- se houve também certa penetração desse tipo de livro entre uma parcela do professorado mais esclarecido, não será lícito concluir que foram levados a utilizar esses recursos rotineiros por comodismo ou falta de incentivos noutra direção? Não acreditamos na possibilidade de bom ensino fora do trabalho criador do mestre, atento às diferenças individuais e à variedade das situações reais de aprendizagem.

Cada matéria tem objetivos próprios e o livre deve concorrer para a consecução deles, ajustando-se à experiência total da classe, no desenvolvimento de centros de interesse, de unidades de estudo ou qualquer outra forma de integração das matérias do currículo. Em quaisquer disciplinas não constituem os pontos feitos - generalizações completas, ciência pronta a priori - a melhor maneira de ensinar. Que restará à criança, senão memorizar toda a matéria fatual que lhe é apresentada ?

A Didática dos Estudos Sociais por exemplo, prescreve os resumos pontos, de Geografia e História porque não é dessa forma que pretende levar à criança o fato social e muito menos prepará-la para a vida em sociedade. O currículo da matéria obedece a uma seqüência natural de concreto para o abstrato, do próximo para o remoto, do conhecido para o desconhecido e, principalmente nas primeiras séries, nada substitui as experiências

diretas. A prática de desenvolver esse currículo em áreas amplas ou unidades selecionadas de acordo com os interesses e a compreensão da criança resultará, certamente, não só na aquisição das informações necessárias, mas sobretudo na formação de hábitos, atitudes e apreciações desejáveis.

Não é lendo um resumo sobre pontos cardiais que o aluno aprenderá melhor a orientar-se como também não é um trecho sobre democracia, na primeira série, que o levará a compreender melhor seus direitos e seus deveres, o que é o bem e o mal ou torná-lo um bom cidadão. Além de não ter suficiente amadurecimento para apreender tais conceitos, a criança só terá competência social se lhe for dada a oportunidade para experiências sociais. Espera-se que os conhecimentos fatuais de Geografia e História transformem-se em fatores de socialização e tempo perdido. Valores morais e espirituais são obtidos paulativamente pelas vivências diárias, pelos exemplos, por diferentes processos de ensino usados na própria classe. Os livros, para que ajudem na obra da educação, precisam ter conteúdos bem organizados, equilibrados, dando oportunidades para a criança ganhar idéias valiosas para seu desenvolvimento como indivíduo e como membro da coletividade no mundo moderno.

Por outro lado, as mutações por que passa o mundo e particularmente o Brasil não permitem que textos de Estudos Sociais perpetuem-se em livros de leitura que, em geral, não sofrem modificações periódicas. Achou a comissão preferível aprovar textos e séries específicas de Estudos Sociais, sempre dinâmicas, que acompanham as modificações que se efetuam no tempo e no espaço.

Um escrito sobre o rio São Francisco de hoje será muito diferente da informação de cinco anos atrás. Os rápidos avanços tecnológicos que fazem o progresso das nações desenvolvidas têm sido também a meta do Brasil, que vai deixando o estágio agrícola a caminho da industrialização. A criança precisa sentir nos livros esse dinamismo. Não é justo que se lhe dê uma imagem senão falsa, mas anacrônica do seu país.

Da mesma forma que os Estudos Sociais, a didática de CIÊNCIAS vem passando por transformações profundas, procurando os melhores meios que a levem às finalidades específicas desse currículo na educação. Estamos na era científica e tecnológica e o mundo em que a criança vive é um convite constante à sua curiosidade e indagações. Os métodos modernos rejeitam os

os pontos feitos porque não é com eles que vamos oferecer às crianças e aos professores o melhor recurso para o estudo da matéria. A criança precisa aprender a observar e experimentar, compreender o próprio meio em que vive, desenvolver seus raciocínios e chegar às suas próprias generalizações. Se lhe dermos tudo já resolvido, ela não fará suas redescobertas, aceitando passivamente a informação já pronta. A educação para a democracia pressupõe seres ativos que tenham meios de resolver seus problemas, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento geral.

O INEP, como órgão orientador da educação, procurou proporcionar ao professor o que há no país de mais moderno e atualizado, e, em boa hora, vários autores e professores estão renovando textos e currículos para atender às exigências atuais, quanto ao conteúdo, organização, conceitos e outras características de valor.

Já os compêndios da MATEMÁTICA moderna trazem muitas modificações tanto na forma de apresentação do conteúdo a ser ensinado quanto nos processos usados, e, no Brasil, observam-se movimentos de reforma. Na Guanabara, em São Paulo, em Minas, no Rio Grande e outros Estados. À luz dessas idéias julgou a comissão mais acertado indicar livros que se dedicam, em especial, ao assunto, uma vez que os simples textos inseridos em livros de leitura só podem tratar superficialmente do assunto, concorrendo para a cristalização de processos noticiosos de ensino matemático.

e) - A pluralidade das correntes doutrinárias atuais em matéria de livro didático.

Os livros didáticos europeus e americanos não confirmam a existência de "corrente doutrinárias" em favor de livro único. Apresentam conteúdos altamente interessantes, a par de outras qualidades necessárias às séries básicas. Informações, quando há, são formas de enriquecimento cultural e nunca pontos áridos sobre diferentes disciplinas. As atividades que se seguem às leituras dizem respeito à compreensão dos textos e ao enriquecimento de vocabulário - e não são exercícios de gramática formal.

A comissão não manteve uma posição radical contra os livros de leitura acompanhados de exercícios. Coerente, entretanto, com as diretrizes dos livros estrangeiros, insurge-se contra lições de gramática, baseadas em abstrações e definições incompreensíveis para a criança, em enumerações in

digestas, seqüentes aos trechos de leitura e às vezes sem mesmo guardar um elo de relação com os mesmos, contrariando o que de mais moderno se vem tentando entre nós em termos de um ensino funcional da gramática. Apresentar ao aluno definições de substantivos, adjetivos e outros aos 7 anos, é fazê-lo decorar conceitos puramente intelectuais que não pode compreender.

Sobre o assunto já ^{se}rebelava, no princípio desse século, o professor Ferdinand Brunot, da Universidade de Paris, na excelente obra: "L'Enseignement de la Langue Française; ce qu'il est - Ce qu'il devrait être dans l'enseignement primaire, 5ème edition, 1922. À página 128 lê-se : -

"Il faut rompre d'abord complètement, absolument, avec la méthode déductive, qui part des définitions. Dans certaines sciences, il est possible de s'appuyer sur des définitions rigoureusement exactes, comme celle des parallèles ou du triangle rectangle. En grammaire, il n'y a jamais de définition strictement vraie, si cette définition n'est pas bornée à la forme, et il n'y en aura jamais."

E à pag. 133 :

"On ne commence plus par une définition, on ne finit même pas par elle; car ce que je viens de dire n'est pas une définition, c'est une appellation. Il y a une différence totale, essentielle, entre la définition qui dit : Le verbe est un mot qui ... et cette simple constatation: Le mot qui, dans cette phrase, lie l'attribut au sujet, s'appelle verbe. - Le mot qui dit ce que fait ici le sujet, s'appelle verbe. Avec le premier système, je suis obligé, sous peine d'erreur, de renfermer dans ma phrase toutes les fonctions du verbe, et je ne le puis pas. Avec le second, quand je l'ai vu en fonctions, que j'ai examiné et compris ce qu'il fait dans une phrase, puis dans une autre, où il n'a pas le même rôle, je nomme verbe le mot que je viens d'observer; rien de plus".

As idéias de Brunot foram divulgadas em Minas, por Artur Joviano e a Gramática Funcional foi incluída nos programas de ensino de Minas Gerais, por Lúcia Casasanta, em 1953. Aceita com entusiasmo em todo o Brasil, constituiu um movimento contra o formalismo da antiga aprendizagem da gramática, que, segundo os psicólogos, não se transfere para as formas corretas da linguagem. A língua não é disciplina que se possa ensinar com pontos feitos e horas marcadas. A gramática aprende-se pelo treino das formas corretas e a criança será levada à indução das leis que regem tais ou tais casos.

d) Aos interesses dos editôres: -

Qual a origem desses interesses ?

Maior índice de vendas de livro único? Preço mais baixo desse tipo de livro em relação ao de originais resultantes de mais longos estudos e experiências ? Falta de assessoramento técnico às editôras ? Acreditamos nessa última hipótese pois o professorado brasileiro apesar dos fatores adversos que lhe dificultam o trabalho e da baixa remuneração a êle atribuída tem revelado possuir espírito renovador e progressista quando estimulado nesse sentido.

3 - Influência do PABAEE na adoção de "livros de leitura pura" nas escolas primárias mineiras ...

Antes de tudo convém assinalar que convergiram ao PABAEE, para cursos e estágios, dezenas de professores proenientes de todo o Brasil, não se restringindo, pois, sua influência, ao Estado de Minas Gerais. Pode-se, assim, afirmar que os técnicos americanos encontraram nesse Estado campo propício ao desenvolvimento de princípios didáticos modernos, principalmente no campo do ensino da linguagem. A produção e adoção de bons livros de leitura já constituíam uma tradição mineira à época em que foi iniciado o programa americano-brasileiro de educação elementar, de tão fecundos resultados.

Também, em São Paulo, já em 1919, foi premiado com uma edição especial pelo Estado o livro do Prof. Tales de Andrade - Saudade - , de "leitura pura". Sobre êle disse, em prefácio, Sampaio Dória: "Eis um livro digno de aplauso. Para que êle se imponha, não é preciso confrontá-lo com a massa de livros, sem idéias e sem estilo, que andam por aí a enfarar e seducir as crianças. Mas brilha, pelo seu valor intrínseco, entre os melhores livros de leitura como os de Köpke.

O autor tem a intuição exata da psicologia infantil; sabe ser criança entre as crianças, aliando a um assunto próprio uma linguagem sóbria e expressiva ...".

Quarenta anos depois, em 1959, por requerimento do Senador Auro de Moura Andrade, foi aprovada moção de louvor, pelo Senado Federal, em sessão de 29/11/1959, a Tales de Andrade e a Saudade, ao mestre-escola e ao livro.

Influência americana ?

Todos conhecem o fato de que a 1a. edição de "Marizinho Arrebitado", de Monteiro Lobato, saiu como "2º livro de leitura para uso das escolas primárias". Washington Luís, então na presidência de São Paulo, quando percorria os grupos escolares em companhia de Alarico Silveira, notou que em todos eles havia um livrinho de leitura extraprograma, muito surrado, e disse: "Se este livro anda assim tão escangalhado em tantos grupos, é sinal de que as crianças gostam dele. Indague de quem é e faça uma compra grande, para uso em todas as Escolas". Assim foram adquiridos pelo Governo .. 30.000 exemplares da obra.

Influência americana ? Estatização ?

Será também em virtude dessa influência que muitas escolas da Guanabara estão adotando, como livro básico de leitura, Cazuza, de Viriato Corrêa ? cremos, isto sim, que o nosso professorado está chegando à conclusão de que o desinteresse pela boa leitura, o baixo padrão de linguagem oral e escrita da grande maioria de nossos jovens têm, em sua raiz, não só, na escola primária como também no ginásio, as leituras mecânicas e estereis, as redações estereotipadas, os exercícios de gramática formais e sem eficiência. Citamos, aqui, a Prof. Juraci Silveira - Leitura na Escola Primária, pag. 38 : "Com a esdrúxula medida que, assustadoramente, medrou entre nós de um só livro, contendo todo o programa de uma determinada série, tendem a desaparecer, lamentavelmente, os verdadeiros livros de leitura, com qualidades literárias, com elementos de beleza e ficção, com adequação de vocabulário, com sugestões para outras atividades e para outras leituras, de apresentação agradável e, não raro, ilustrados de maneira sugestiva, destinados a encantar, a prender a atenção dos pequeninos leitores. E não é só isso. A criança, durante todo o ano letivo, lê um único livro, quando não ocorre mal maior - o de ler, durante todo o curso, um único autor ... "

Ao desenvolver essas considerações em torno da questão levantada pelo Prof. Teobaldo M. Santos esclarecemos, Sr. Diretor do INEP, que desejamos, sobretudo, invalidar a motivação atribuída à Comissão de Seleção.

Foi uma exposição honesta e sincera das diretrizes que orientaram a Comissão. Qualquer argumentação mostrando o desacerto dos critérios adotados será naturalmente aceita, para que, em decisões futuras, evitem-se as

falhas que, porventura, tenha havido nesse primeiro trabalho de seleção de livros para a COLTED.

Rio de Janeiro, de agosto de 1967

*Impressão
7.11.67*

Senhor Diretor,

Em ofício nº 1.276, de 22/9/67, solicitou o Senhor Diretor Executivo da COLTED que o INEP se incumbisse da seleção de livros para a composição de 1.000 bibliotecas-amostra para escolas normais.

Com êsse objetivo foi constituída a seguinte comissão de especialistas nas diversas áreas do ensino normal, dos quais indicamos algumas credenciais:

1. Cândida Luiza Cerne de Carvalho - Técnica de Educação do INEP- Professôra de História e Filosofia da Educação da Escola Normal Carmela Dutra.
2. Eunice da Conceição Macedo Rosa - Professôra de Português - Integrante da equipe de assistência ao ensino primário MEC-USAID.
3. Heloisa Feital dos Reis - Orientadora de Recreação no Setor de Ensino Primário do Estado da Guanabara - Professôra de Educação Física e Recreação no Curso Normal do Instituto de Educação.
4. Leny Werneck Dornelles - Professôra de Teoria e Prática da Escola Primária na Cadeira de Prática de Ensino do Curso de Formação de Professôres para o Ensino Normal do Instituto de Educação da Guanabara.
5. Maria Augusta Joppert - Professôra de Educação Musical e Artística - Chefe do Serviço de Educação Musical da Sec. de Educação e Cultura da Guanabara de 1955 a 1967.
6. Maria Helena Novais - Psicóloga do ISOP da Fundação Getúlio Vargas - Professôra de Psicologia da PUC.
7. Maria José Berutti - Professôra de Didática de Ciências Naturais da Divisão de Aperfeiçoamento de Professôres do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro, de Belo Horizonte.
8. Maria José Penna Firme - Técnica de Educação do INEP - Professôra de Psicologia do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco.
9. Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira - Professôra de Psicologia Educacional do CRPE João Pinheiro - Professôra Contratada do Instituto Central de Ciências Humanas da Univ. Federal de M. Gerais.
10. Maria Vicentina de Campos Carvalho - Chefe do Setor Técnico da Campanha Nacional de Educação Alimentar em M. Gerais - Professôra da cadeira "Educação Alimentar" do Curso para Supervisores do programa de educação e assistência alimentar, B. Horizonte.
11. Maria Onolita Peixoto - Técnica de Ensino e Professôra de Didática de Estudos Sociais do CRPE João Pinheiro.
12. Nair Ferreira Tulha - Técnico de Educação do INEP - Professôra de Matemática do Instituto de Educação da Guanabara.
13. Newton Dias dos Santos - Professor Catedrático de Metodologia de Ciências do Instituto de Educação da Guanabara - Professor de Zoologia e

Metodologia da História Natural e Ciências da Fac. de Filosofia da Univ. Gama Filho.

14. Norma Cunha Osório - Professora da Sec. de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, atualmente integrando a equipe MEC/USAID de assistência ao ensino primário.
15. Maria Yvonne Atalécio de Araújo - Professora de Didática da Linguagem, atualmente integrando a equipe técnica MEC/USAID de assistência ao ensino primário.
16. Lydinéia Gasman - Professora do Colégio Pedro II - Professora de Didática de História da Faculdade Nacional de Filosofia .
17. Terezinha de Jesus Casasanta - Professora de Didática do Curso Colegial Normal do Instituto de Educação de B. Horizonte - Diretora da revista "Criança e Escola".

As obras indicadas pela comissão de seleção acham-se relacionadas em anexo, obedecendo à seguinte distribuição:

<u>Á R E A</u>	<u>Nº de Títulos</u>
1. Obras de Referência.....	17
2. História e Filosofia da Educação.....	11
3. Psicologia(geral, evolutiva, educacional, social)...	32
4. Sociologia (Geral e educacional).....	19
5. Didática Geral(inclusive obras gerais de educação)..	18
6. Prática de Ensino.....	16
7. Didática da Linguagem.....	16
8. Ciências Naturais:	
Didática.....	12
Conteúdo.....	14
Biologia Educacional..... <u>6</u>	32
9. Estudos Sociais:	
Didática.....	19
Conteúdo..... <u>23</u>	42
10. Matemática:	
Didática.....	15
Conteúdo..... <u>10</u>	25
11. Português.....	25
12. Literatura Infantil e Folclore.....	4
13. Música.....	13
14. Recreação.....	13
15. Pré-Primário..... <u>7</u>	
Total.....	290

Esclarecemos a V. Sa. que a Comissão conferiu substancial ponderação às disciplinas específicas do ensino normal, restando apenas, em virtude do limitado número de títulos estabelecido, a margem de um terço para as matérias de cultura geral. Mesmo nessa área deu preferên-

preferência às obras que constituem reforço ao conteúdo programático da escola primária.

Indicou ainda a Comissão uma brasileira básica, no sentido de proporcionar a alunos e professores de escolas normais fontes para um conhecimento mais profundo da realidade brasileira, suas determinantes históricas e perspectivas futuras, base indispensável à consecução dos objetivos do ensino primário.

Dispensou também especial atenção às obras dedicadas ao estudo da língua portuguesa, aspecto central de qualquer plano didático destinado à formação de professores primários.

Informamos, outrossim, que os livros de nível primário selecionados constituem complemento indispensável ao desenvolvimento das cadeiras de didáticas especiais.

Estando, pois, concluída a seleção de livros, solicitamos a V. Sa. encaminhar as relações anexas ao Senhor Diretor Executivo da COLTED.

Cordialmente,

Elza H. Alves

Elza Nascimento Alves

Coordenadora da Comissão
de Seleção

*Procedencie-se e encaminhar
necessariamente. Agradecemos
outrossim ao Senhor Diretor
da COLTED, por oficializar ao
pela a Comissão pelo reforço
31.7.67*

de novembro de 1967

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

x Profa. Heloisa Feital dos Reis

: Agradecimento por colaboração

Helena

Senhora Professora:

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos deseja consignar seu agradecimento pela eficiente colaboração prestada por V. Sa., ao fazer parte da Comissão de eleição que, coordenada pela Profa. Elza Nascimento Alves, indicou obras para a composição de bibliotecas-amostra para Escolas Normais por solicitação da COLTED.

Apresento neste ensejo minhas atenciosas saudações.

Carlos Correa Maccaro
Diretor

Ilma. ra.

Profa. Heloisa Feital dos Reis

DD. Orientadora de Recreação no Setor de Ensino Primário no Estado da Guanabara - Professora de Educação Física e Recreação no Curso Normal do Instituto de Educação

N e s t a

De

Arquivado - 12
1.368



COLTED	CORRESPONDÊNCIA
EXPEDIDA EM: 13/2/68	
N.º 849	FUNC. June

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COLTED - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

M.E.C. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	
600497	13 FEV 68
PROTOCOLO	

Em 13 de fevereiro de 1968

Do Diretor Executivo da COLTED

Ao Dr. Carlos Corrêa Mascaro - Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Assunto

*Comunicar as pessoas convidadas
16. II - 68
June*

Prezado Diretor:

Levamos ao conhecimento de V.Sª. que na relação dos professores convidados para participarem do Seminário COLTED em São Paulo, no período de 4 a 8 de março próximo, incluímos os nomes de:

- Maria Yvonne Atalécio de Araújo
- Norma da Cunha Ozorio
- Lucia Marques Pinheiro, que trabalham no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, sob sua direção.

Solicitamos a colaboração de V.Sª. no sentido de permitir a participação das professoras acima citadas no Seminário da COLTED e subscrevemo-nos com elevado apreço e consideração.

*Ciente
Em 19/2/68
June 21/2/68*

Ruy Baldaque
RUY BALDAQUE
Diretor Executivo

*2. A lista de comunicados
professores estão sendo
do Seminário COLTED e que
solicitem a representação
muitos a parte Ely
fóruns. 29.2.68*

AD/jf

de fevereiro de 1968

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Diretor Executivo da COLTED

: Autoriza participação de funcionárias no Seminário COLTED

Senhor Diretor Executivo:

Atendendo a convite formulado por essa Comissão, ficam autorizadas a participar do Seminário COLTED, a realizar-se em São Paulo, em dias do próximo mês, as Professoras Maria Yvonne Atalócio de Araújo, Norma da Cunha Ozório e Lúcia Marques Pinheiro, funcionárias do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Por outro lado, apraz-me comunicar a V. Sa. que a Diretoria deste Instituto designou para representá-la nessas reuniões a Prof^a. Elza Nascimento Alves, Chefe da Sessão de Organização Escolar e Coordenadora da Comissão de Seleção de Livros para o Ensino Primário e Normal.

Reitero, nesta oportunidade, meus protestos de mais alto apreço.

Carlos Correa Mascaro
Diretor

Ilm^{as}. Sr.

Dr. Ruy Baldaque

DD. Diretor Executivo da COLTED

Av. Almirante Barroso, 90 - 8º andar

N e s t a